



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 01 | Janeiro 2014



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Janeiro de 2014

Elaborado com informação disponível até ao dia 24 de janeiro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
<hr/>	
Artigos	33
Em Análise	35
Acompanhamento da Evolução do Comércio Internacional de Mercadorias de Portugal com Angola	35
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	55
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	65

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Em 2013, assistiu-se a um ligeiro abrandamento da economia mundial, com destaque para a continuação de um fraco crescimento das economias avançadas, especialmente da área do euro e para um menor dinamismo dos países emergentes e em desenvolvimento, tendo o PIB da China aumentado 7,7% em termos homólogos reais (igual ao de 2012). Refletindo uma melhoria gradual da atividade económica ao longo do segundo semestre de 2013, o comércio mundial de mercadorias reforçou o seu crescimento neste período em resultado sobretudo da aceleração das exportações mundiais.
- * No 4.º trimestre de 2013, o PIB da China desacelerou ligeiramente para 7,7% em termos homólogos reais (7,8% no 3.º trimestre) devido a algum enfraquecimento do investimento; enquanto o PIB do Reino Unido reforçou o seu crescimento para 2,8% em termos homólogos reais (1,9% no 3.º trimestre) e evidenciou-se a manutenção de um forte dinamismo da atividade económica dos EUA e do Japão.
- * No último trimestre de 2013, o indicador de sentimento económico aumentou tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE) devido sobretudo à melhoria dos indicadores de confiança dos empresários da indústria e dos serviços. Também, o indicador previsional de Banco de Itália, indica que o PIB em cadeia da AE melhorou em dezembro, iniciando o prosseguimento desta tendência para o 4.º trimestre de 2013 (+0,1% no 3.º trimestre). Adicionalmente, no conjunto dos meses de outubro e novembro de 2013, os indicadores quantitativos para a área do euro (produção industrial, exportações e vendas a retalho) indicam uma recuperação da atividade económica. Em novembro de 2013, a taxa de desemprego manteve-se tanto na UE como na AE, em 10,9% e 12,1%, respetivamente e, a taxa de inflação da área do euro em dezembro de 2013 diminuiu para 0,8% em termos homólogos (0,9%, em novembro) devido à redução da taxa de variação homóloga dos preços dos serviços e, para 1,4% em termos de variação dos últimos 12 meses (2,5% em 2012).
- * Em janeiro de 2014 e, até ao dia 27, o preço spot do petróleo Brent diminuiu, em média, para 107 USD/bbl (79 €/bbl) seguindo a tendência global de descida registada no ano de 2013, o qual se situou, em média, em 108,6 USD/bbl (111,6 USD/bbl, em 2012).
- * Em finais de janeiro de 2014, assistiu-se globalmente a uma evolução desfavorável dos índices bolsistas internacionais, influenciada pela conjugação de vários fatores, com destaque para: a expectativa de uma moderação da atividade económica dos países emergentes; política monetária dos EUA menos acomodatória; problemas internos e sinais de alguma instabilidade política na Turquia, Argentina, Ucrânia e Brasil. Igualmente, a elevada saída de capitais dos países emergentes traduziu-se num aumento da volatilidade do mercado cambial e levou a fortes desvalorizações das respetivas moedas. Com efeito, a taxa de câmbio do euro face ao dólar atingiu no dia 27 de janeiro (1,37), tendo-se depreciado 1% face ao final do ano de 2013 (1,38).

Conjuntura Nacional

- * De acordo com os dados publicados pelo INE para o 4.º trimestre de 2013, o indicador de clima económico recuperou de forma significativa, mantendo a tendência iniciada no início do ano.
- * A opinião dos empresários sobre o volume de vendas no comércio a retalho recuperou em novembro, atingindo um valor positivo, algo que não se verificava desde junho de 2010.
- * O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou uma variação homóloga de -0,6%, o que compara com a variação de -3,5% do 3.º trimestre do ano.

- * O número de desempregados inscritos registou um decréscimo face ao período homólogo. O emprego apresentou uma variação homóloga positiva, traduzindo-se em mais 2 634 colocações que no mesmo mês de 2012.
- * O Índice de Preços do Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 0,3% em 2013 (-2,5 p.p. face ao verificado em 2012).
- * Até novembro de 2013, o excedente acumulado da balança corrente foi de 869M€, o que representa uma melhoria de 4140M€ em termos homólogos.
- * Em 2013, o défice global provisório das Administrações Públicas (AP), na ótica da contabilidade pública, foi de 8 730,94M€, aumentando 1 596,2M€ face ao período homólogo. Concomitantemente, o saldo relevante para efeitos de aferição do cumprimento do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro ascendeu a 7 151,5M€, inferior em 1 748,5M€ ao valor definido como meta.
- * Excluindo as operações pontuais que ocorreram em 2012 e em 2013¹, o défice global das AP diminuiu 2 408,1M€ e o saldo primário atingiu um valor positivo de 438,6M€, o que compara com o défice de 1 736, milhões de euros no período homólogo.
- * Para este comportamento contribuíram a melhoria do défice do Estado excluindo medidas pontuais (em 3 781,8M€) e das regiões autónomas (em 205,9M€). Em sentido contrário, a Segurança Social e a Administração Local contribuíram para o agravamento do saldo das Administrações Públicas ao diminuir o seu excedente (respetivamente em 184,9M€ e em 124,7M€), assim como os Fundos e Serviços Autónomos (ao passarem de um excedente de 847,3M€ para um défice de 422,7M€).
- * A execução financeira consolidada² provisória do SNS, em 2013, aponta para um excedente de 8,0M€, correspondendo a uma diminuição de 1 849,6M€ face ao período homólogo. Excluindo a transferência do Orçamento do Estado em 2012 para a regularização extraordinária de dívidas, o saldo do SNS apresentou uma melhoria de 82,4M€.
- * De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em novembro de 2013, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 217,2 mil M€, mais 6 569M€ que no final de outubro. Esta evolução deve-se ao aumento do stock da dívida da Administração Central em 6 563M€, dado que a dívida da Administração Regional e Local diminuiu 33M€.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados³ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 4,4% nos primeiros onze meses de 2013. Neste mesmo período, as importações cresceram apenas 0,7%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 15,1%, correspondendo a 1 490 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 84,0%, mais 3 p.p. que em igual período de 2012.

¹ Em 2012 foram consideradas como operações pontuais a transferência dos fundos de pensões dos bancários (2 687,1M€), do BPN (96,8M€) e da PT (476,2M€), as receitas da venda das licenças 4G (272M€), a receita relativa à concessão de infraestruturas aeroportuárias (800M€), e o pagamento de dívidas da saúde (1 500M€), RAM (46,8M€) e Administração Local (13,3M€). Em 2013 foram consideradas como operações pontuais os remanescentes relativo à transferência dos fundos de pensões dos bancários (22,8M€), às receitas da venda das licenças 4G (20M€) e da concessão de infraestruturas aeroportuárias (400M€), o pagamento das dívidas de anos anteriores da área da saúde (423,5M€), da Administração Local (407,8M€), da RAM (891,9M€) e, ainda, a receita proveniente da transferência dos fundos de pensões do IFADAP (48,1M€) e a receita do regime excecional de regularização de dívidas fiscais (1 277M€).

² Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

³ Resultados mensais preliminares de janeiro a novembro de 2013.

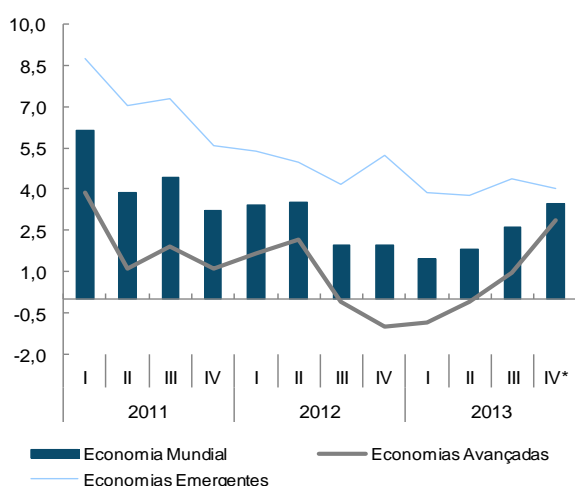
- * Nos primeiros onze meses de 2013, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (1,8%). As importações registaram uma variação homóloga positiva (1,5%) mas inferior ao crescimento das exportações, o que levou a uma melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 2,6%.
- * No último ano a terminar em novembro de 2013, as exportações de mercadorias cresceram 4% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+2,5 p.p.), dos “Agroalimentares” (+0,8 p.p.), dos “Químicos” e dos “Produtos Acabados Diversos” (ambos com +0,6 p.p.). Nos primeiros onze meses de 2013, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,7 p.p.), seguido do contributo dos “Agroalimentares” (+0,8 p.p.), dos “Químicos” e dos “Produtos Acabados Diversos” (ambos com +0,6 p.p.).
- * De janeiro a novembro de 2013, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 3,1% e contribuíram em 2,2 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 também registaram uma variação homóloga positiva de 3,1% enquanto as exportações para os países do Alargamento cresceram 4,2%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 2,1 p.p. e 0,1 p.p.. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (23,6% do total de janeiro a novembro de 2013), registaram o maior contributo Intra UE-15 (+2,2 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para o Reino Unido e França (+0,4 p.p. e +0,2 p.p. respetivamente).
- * Nos primeiros onze meses de 2013, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 7,4%, passando a representar 29,6% do total das exportações nacionais (+0,8 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para Marrocos (+65,5%) e Argélia (+29,3%).
- * De janeiro a novembro de 2013, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 4,3%. As exportações de produtos de baixa e média-baixa intensidade tecnológica foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+2,2 p.p. e 2,1 p.p., respetivamente).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de outubro de 2013, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 5,0% nos primeiros dez meses de 2013. A componente de Serviços registou uma melhor performance relativamente à dos Bens (6,6% e 4,3%, respetivamente) no entanto a componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (3,0 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2013, a produção industrial mundial acelerou para 3,5% em termos homólogos (2,6% no 3.º trimestre) devido ao reforço do crescimento das economias avançadas. Pelo contrário, a produção industrial dos países emergentes abrandou, causado sobretudo pela desaceleração dos países asiáticos.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



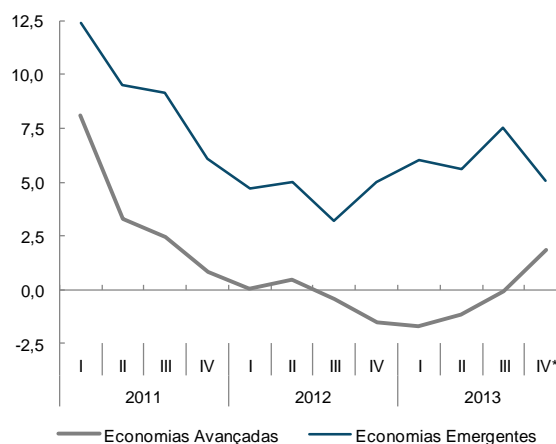
Fonte: CPB. * média dos meses de outubro e novembro.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também melhorou em resultado das exportações mundiais; já que as importações mundiais abrandaram ligeiramente.

De facto, no conjunto dos meses de outubro e novembro de 2013 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial acelerou para 3,9% (3,1% no 3.º trimestre);
- as importações mundiais abrandaram para 3,4% (3,6% no 3.º trimestre); enquanto as exportações mundiais aceleraram para 4,4% (2,7% no 3.º trimestre).

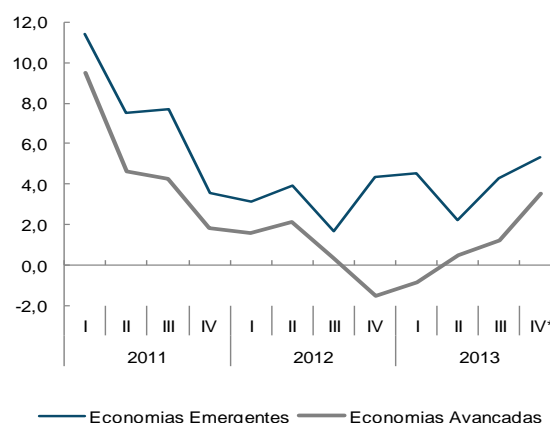
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * média dos meses de outubro e novembro.

O comércio externo das economias avançadas fortaleceu-se, tendo abrangido quer as exportações quer as importações, com destaque para a recuperação significativa deste último indicador, especialmente do Japão. Já em relação às trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, registou-se um enfraquecimento das importações; contrariamente por um forte crescimento das exportações.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * média dos meses de outubro e novembro.

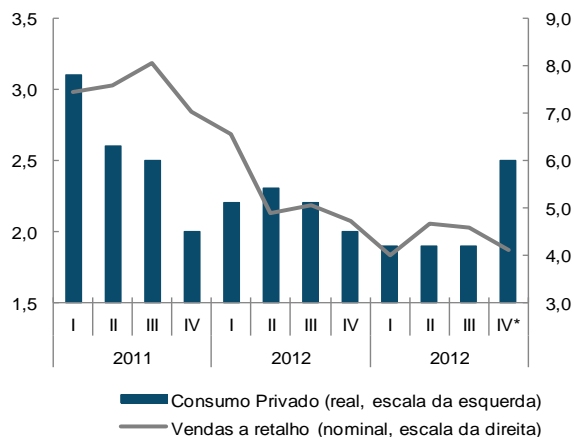
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012		2013			2013			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	2,7	2,0	2,0	1,5	1,8	2,6	2,6	3,2	3,3	3,6
Economias Avançadas	VH	CPB	0,7	-0,1	-1,0	-0,8	-0,1	1,0	0,6	2,2	2,4	3,3
Economias Emergentes	VH	CPB	4,9	4,2	5,2	3,9	3,8	4,4	4,6	4,2	4,1	3,9
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	1,9	1,1	1,5	1,9	1,7	3,1	2,8	3,2	4,0	3,8
Importações Mundiais	VH	CPB	1,9	1,3	1,6	2,0	2,1	3,6	2,5	4,0	3,7	3,2
Economias Avançadas	VH	CPB	-0,4	-0,4	-1,5	-1,7	-1,2	-0,1	-1,0	1,1	2,3	1,4
Economias Emergentes	VH	CPB	4,5	3,2	5,0	6,0	5,6	7,5	6,4	7,0	5,1	5,0
Exportações Mundiais	VH	CPB	1,9	1,0	1,3	1,8	1,3	2,7	3,1	2,4	4,4	4,4
Economias Avançadas	VH	CPB	0,6	0,4	-1,5	-0,8	0,5	1,2	0,7	2,3	3,8	3,2
Economias Emergentes	VH	CPB	3,3	1,7	4,4	4,5	2,2	4,3	5,7	2,5	5,0	5,7

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores disponíveis para o 4.º trimestre de 2013 indicam a continuação de um forte dinamismo da atividade económica dos EUA, do Japão e do Reino Unido e, a manutenção de um PIB robusto da China. A taxa de inflação das economias avançadas manteve-se baixa; enquanto continuou elevada em alguns países emergentes (Índia, Argentina, Indonésia e Rússia).

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fontes: *Bureau of Economic Analysis; Census Bureau.* * p/ Consumo Privado, média dos meses de outubro e novembro.

Nos **EUA**, os dados para o 4.º trimestre de 2013 indicam que, em termos homólogos:

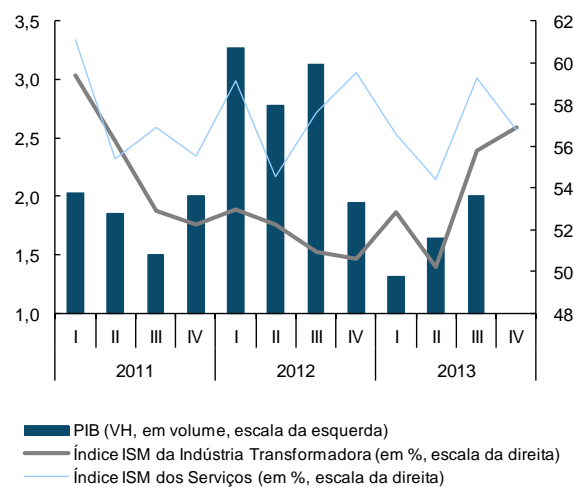
- a produção industrial acelerou em linha com o aumento expressivo do indicador de confiança dos empresários da indústria;
- as vendas a retalho abrandaram para 4,1% em termos nominais (4,6% no 3.º trimestre) seguindo a tendência do indicador de confiança dos consumidores;
- a taxa de desemprego desceu para 7,0% (o valor mais baixo desde o 4.º trimestre de 2008) e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,2%.

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2013 e em comparação homóloga, o consumo privado aumentou fortemente para 2,5% em termos reais e as exportações de bens e serviços aceleraram para 5,5% em termos nominais (3% no 3.º trimestre).

Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012	2013				2013			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
EUA – PIB real	VH	BEA	:	2,0	1,3	1,6	2,0	:	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	2,7	2,8	2,4	2,0	2,5	3,6	3,2	3,7	3,5	3,7
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	53,9	50,6	52,9	50,2	55,8	56,9	56,2	56,4	57,3	57,0
Índice ISM dos Serviços	%	"	56,8	59,5	56,6	54,4	59,2	56,8	55,1	59,7	55,5	55,2
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	79,2	79,4	76,7	81,7	81,6	76,9	77,5	73,2	75,1	82,5
Taxa de Desemprego	%	BLS	7,4	7,8	7,7	7,5	7,2	7,0	7,2	7,2	7,0	6,7
China – PIB real	VH	NBSC	7,7	7,9	7,7	7,5	7,8	7,7	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	7,9	9,5	18,9	4,1	4,0	7,6	-0,3	5,6	12,7	4,3
Japão – PIB real	VH	COGJ	:	-0,3	-0,1	1,3	2,4	:	-	-	-	-

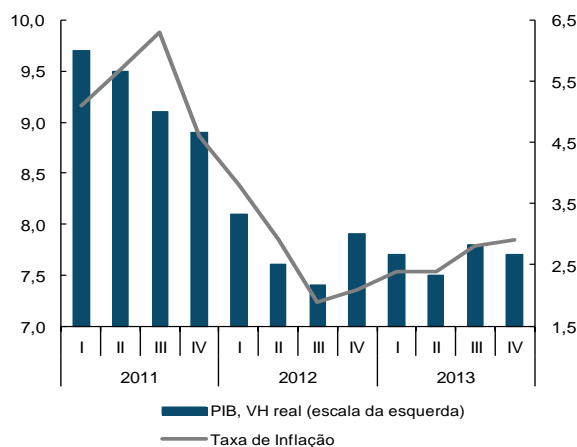
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e Serviços dos EUA



Fontes: *Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management.* Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade.

No 4.º trimestre de 2013, o crescimento do PIB da **China** desacelerou ligeiramente para 7,7% (7,8% no 3.º trimestre) em resultado de algum enfraquecimento do investimento. Pelo contrário, as exportações aceleraram para 7,6% em termos nominais (4,0% no 3.º trimestre), tendo mantido a variação de 7,9% no ano de 2013.

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China

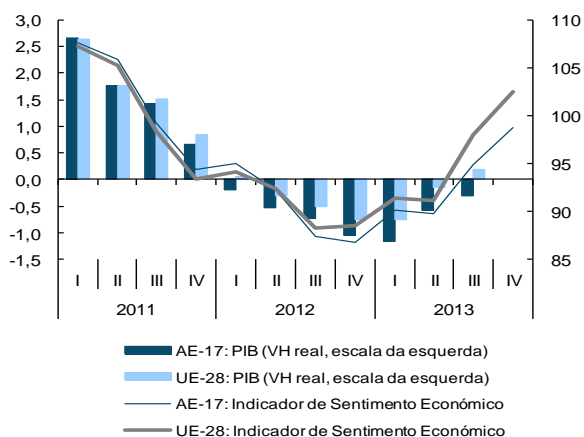


Fonte: Instituto de Estatística da China.

Atividade Económica da UE

No 4.º trimestre de 2013, o indicador de sentimento económico aumentou tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE). Também, o indicador previsional do Banco de Itália indica que o PIB em cadeia da AE melhorou em dezembro, iniciando o prosseguimento desta tendência para o 4.º trimestre (+0,1% no 3.º trimestre).

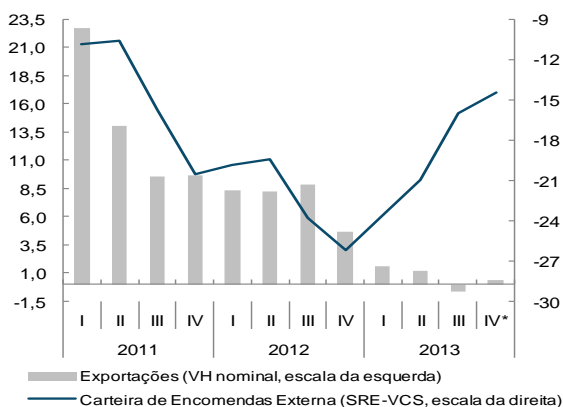
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2013, os indicadores quantitativos (produção industrial, exportações e vendas a retalho) para a área do euro recuperaram.

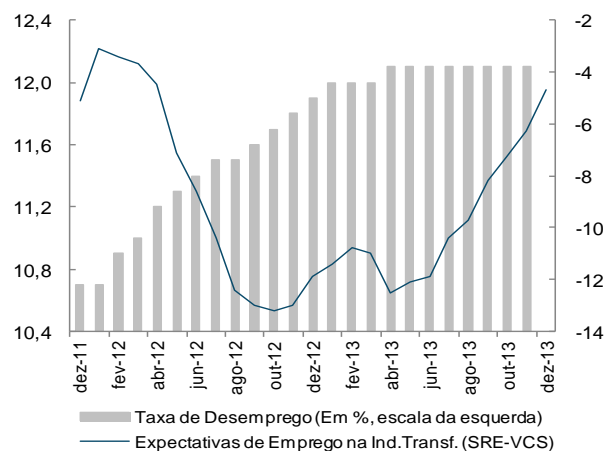
Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/Exportações, média dos meses de outubro e novembro.

Em novembro de 2013, a taxa de desemprego manteve-se tanto na UE como na AE, em 10,9% e 12,1% respetivamente.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em dezembro de 2013, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para todos os setores (indústria transformadora; serviços; comércio a retalho e construção).

Em dezembro de 2013, a taxa de inflação da área do euro desceu para 0,8% em termos homólogos, refletindo a redução da taxa de variação homóloga dos serviços para 1,0% (1,4% em novembro).

Em 2013, a taxa de inflação média da área do euro diminuiu para 1,4% (2,5% em 2012), situação para a qual contribuiu a descida significativa dos preços de energia, tendo diminuído para 0,6% (7,6% em 2012). Pelo contrário, assistiu-se a um ligeiro aumento dos preços de bens alimentares não transformados. Excluindo os preços de energia e dos produtos alimentares não transformados, a taxa de inflação média anual foi de 1,3% (1,8%).

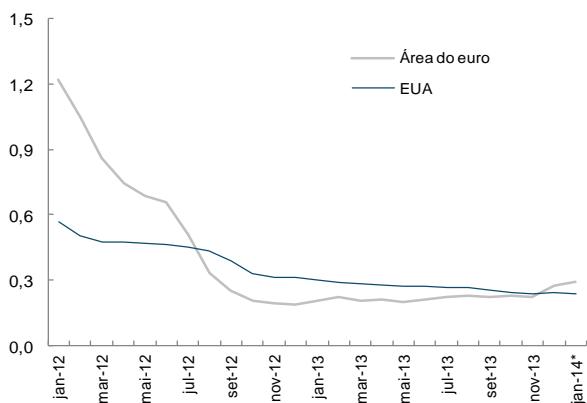
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012					2013			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	:	-0,7	-0,8	-0,1	0,1	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	95,7	88,5	91,4	91,1	98,0	102,4	100,6	101,7	102,1	103,5
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	:	-1,0	-1,2	-0,6	-0,4	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	93,4	86,8	90,1	89,8	94,9	98,7	96,9	97,7	98,4	100,0
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	:	-3,3	-2,2	-0,9	-1,1	:	0,2	0,3	2,8	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	:	-2,5	-2,0	-0,8	-0,4	:	0,1	0,0	1,5	:
Taxa de Desemprego	%	"	:	11,8	12,0	12,1	12,1	:	12,1	12,1	12,1	:
IHPC	VH	"	1,4	2,3	1,9	1,4	1,3	0,8	1,1	0,7	0,9	0,8

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em janeiro de 2014 e até ao dia 27, as taxas de juro de curto prazo subiram ligeiramente para a da área do euro; enquanto evoluíram no sentido descendente para os EUA. Já para o ano de 2013, este mesmo indicador diminuiu tanto para a área do euro como para os EUA, para 0,22% e 0,27%, respetivamente (0,57% e 0,43%, no ano de 2012).

Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 Meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 27.

Em dezembro de 2013, as taxas de juro de longo prazo aumentaram para a área do euro e para os EUA, embora de forma mais acentuada para o último caso. Esta evolução resultou da publicação de indicadores favoráveis da economia dos EUA e da decisão do Comité da Reserva Federal relativa à redução progressiva da aquisição de títulos de dívida pública, a partir de janeiro de 2014.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

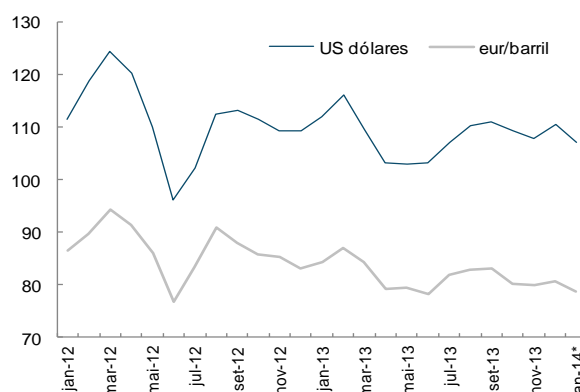


Fonte: Banco de Portugal. Para janeiro, o valor é do dia 27.

Após uma forte apreciação da taxa de câmbio do euro face às principais divisas internacionais na parte final do ano de 2013, assistiu-se a alguma volatilidade cambial no mês de janeiro de 2014. Com efeito, o euro face ao dólar apreciou-se para se situar em 1,38 no final de dezembro de 2013 (1,32 no final de dezembro de 2012), tendência interrompida em janeiro de 2014.

Em dezembro de 2013, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 76,9 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em janeiro de 2014 e, até ao dia 27, o preço do petróleo Brent diminuiu para se situar, em média, em 107 USD/bbl (79 €/bbl), seguindo a tendência global registada no ano de 2013.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 27.

No 4.º trimestre de 2013, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou, tendo diminuído 3,0% em termos homólogos (-2,8% no 3.º trimestre) em resultado sobretudo da quebra mais acentuada dos preços dos metais.

Pelo contrário, os preços das matérias-primas agrícolas evoluíram no sentido ascendente, tendo aumentado 4,9% em termos homólogos, neste período (2,4%, no 3.º trimestre de 2013).

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012					2013			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,29	0,19	0,21	0,23	0,23	0,29	0,23	0,23	0,23	0,29
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,35	1,71	1,95	2,00	2,71	2,75	2,81	2,62	2,72	2,90
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,06	3,32	3,06	2,82	3,15	3,21	3,24	3,16	3,17	3,31
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,379	1,319	1,281	1,31	1,351	1,379	1,351	1,364	1,361	1,379
Dow Jones*	VC	Yahoo	26,5	-2,5	11,3	2,3	1,5	9,6	2,2	2,8	3,5	3,0
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	17,9	7,4	-0,5	-0,8	11,2	7,5	6,3	6,0	0,6	0,7
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	108,63	110,01	112,56	103,17	109,50	109,28	111,10	109,41	107,84	110,59
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-2,6	1,0	-4,8	-5,2	0,2	-0,7	-1,8	-1,8	-1,4	1,3
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-5,8	4,9	-5,4	-6,8	-5,4	-5,3	-5,4	-6,6	-6,3	-3,0
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	80,0	85,5	83,6	77,8	80,5	78,0	83,3	79,5	77,5	76,9

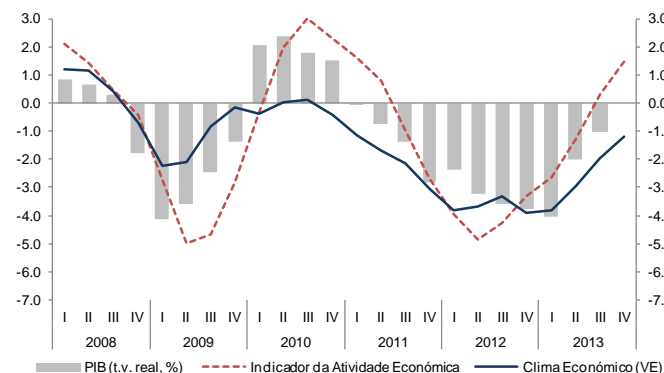
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent de 2009 a 2013 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE para o 4.º trimestre de 2013, o indicador de clima económico recuperou, mantendo a tendência iniciada no início do ano.

Figura 2.1. Indicador de Clima Económico

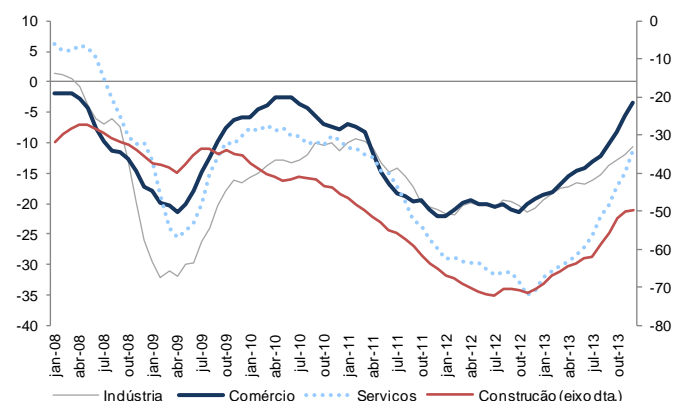


Fonte: INE.

Nota: O Indicador de Atividade Económica para o 4.º trimestre corresponde à variação média homóloga registada no trimestre terminado em novembro.

De facto, no quarto trimestre, assistiu-se a uma melhoria generalizada dos indicadores de confiança em todos os setores de atividade, quando comparados com o trimestre anterior.

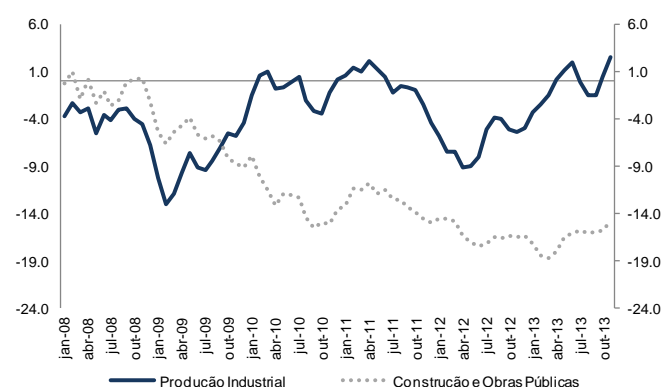
Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

O indicador de atividade económica do INE, no trimestre terminado em novembro, apresentou um crescimento homólogo de 1,6%, reforçando assim a tendência de recuperação que tem registado desde o 2.º trimestre de 2012.

Figura 2.3. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos aos meses de outubro e novembro, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção registou um crescimento de 3,6% e o índice de volume de negócios apresentou um crescimento de 2,8% (0,2% e 1,2% no trimestre terminado em setembro, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra menos acentuada (-14,1% quando no 3.º trimestre apresentava uma variação homóloga de -15,9%);
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma quebra face ao período homólogo de 3,3% (0,4 p.p. acima da variação registada no trimestre terminado em setembro);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou um crescimento de 2,0%, superior em 3,0 p.p. face ao período compreendido entre julho e setembro.

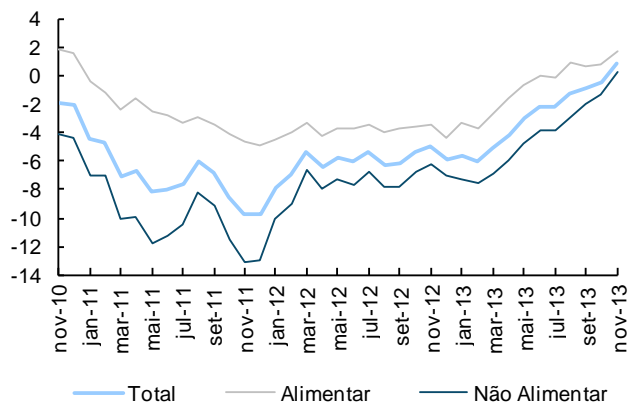
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012	2013				2013				
				4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-3,8	-4,1	-2,0	-1,0	:	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-2,5	-3,9	-3,8	-3,0	-1,9	-1,2	-1,9	-1,6	-1,3	-1,2	-1,0
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-14,7	-20,6	-17,6	-16,8	-13,7	-10,6	-13,3	-12,0	-13,5	-10,1	-8,2
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-11,1	-19,2	-16,8	-14,1	-10,1	-4,0	-10,7	-7,9	-6,3	-2,5	-1,6
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-22,2	-34,3	-30,1	-27,1	-20,3	-11,4	-18,9	-19,2	-13,4	-12,5	-8,3
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-58,4	-70,4	-65,9	-62,4	-55,6	-49,7	-53,2	-51,5	-50,5	-48,1	-50,5
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	:	-1,1	-1,3	1,2	0,2	:	-1,2	2,2	2,7	4,6	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	:	-2,0	-5,0	1,4	1,2	:	-3,9	2,3	-0,5	6,4	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	:	-7,0	-7,3	-4,8	-2,9	:	-4,0	-2,1	-3,7	-2,8	:

Consumo Privado

O índice do volume de negócios do comércio a retalho, analisado através de médias-móveis trimestrais melhorou relativamente ao período homólogo. Em particular, no trimestre terminado em novembro, o aumento foi de 0,9% face ao mesmo trimestre de 2012. É a primeira vez que tal acontece desde junho de 2010.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



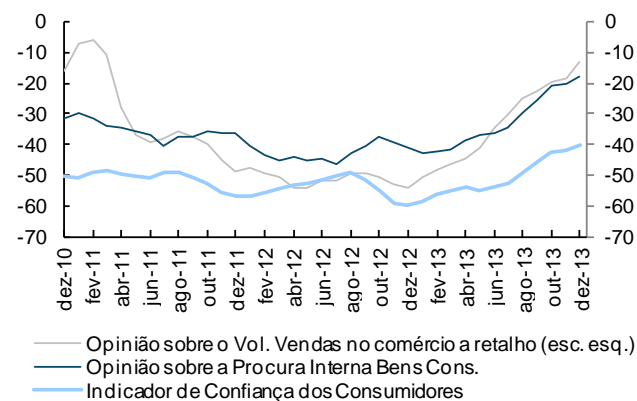
Fonte: INE.

No 4.º trimestre, o Indicador de Confiança dos Consumidores, apresentou uma melhoria face ao período homólogo. Esta melhoria foi registada em todas as componentes do indicador.

A opinião dos empresários relativamente ao volume de vendas no comércio a retalho apresentou, também, uma melhoria da sua média móvel a três meses.

Seguindo a tendência dos outros indicadores está a opinião dos empresários sobre a procura interna por bens de consumo, o qual continua a sua marcha ascendente que vem desde dezembro de 2012.

Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)

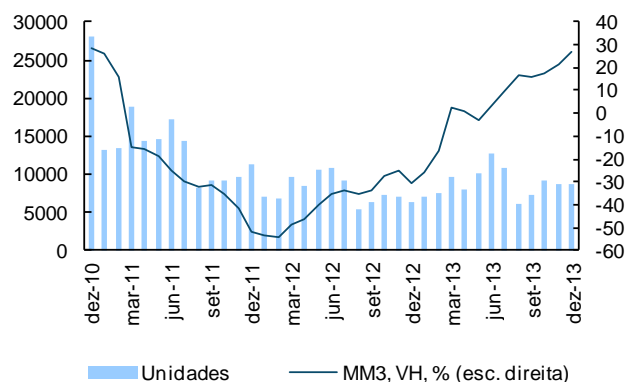


Fonte: INE.

As vendas de veículos ligeiros de passageiros situaram-se, em dezembro de 2013, nas 8 612 unidades, o que corresponde a um crescimento homólogo de 35,4%.

No 4.º trimestre verificou-se assim um crescimento de 26,9% das vendas, terminando o ano com um crescimento de 11,1% face a 2012.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012	2013					2013				
				T4	T1	T2	T3	T4	ago	set	out	nov	dez	
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	:	-5,1	-3,9	-2,5	-1,1	:	-	-	-	-	-	
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-48,7	-59,8	-55,3	-53,9	-45,3	-40,4	-44,1	-40,9	-43,5	-41,0	-36,8	
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SRE-VE	"	-29,1	-54,5	-46,4	-34,3	-22,5	-13,2	-19,7	-21,2	-18,3	-15,3	-6,0	
Índice de Vol. de negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	:	-5,9	-5,1	-2,2	-1,0	:	-0,4	-1,3	0,4	3,6	:	
Bens Alimentares	VH	"	:	-4,4	-2,6	0,1	0,8	:	2,1	-0,6	1,1	4,8	:	
Bens não alimentares	VH	"	:	-7,0	-6,8	-3,8	-2,2	:	-2,2	-1,8	-0,1	2,7	:	
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	11,1	-30,3	2,8	3,3	15,7	27,0	12,8	15,9	23,1	23,5	35,4	
Importação de Bens de Consumo ***	VH	INE	:	-4,2	-2,0	2,8	6,3	:	0,2	9,1	4,6	4,2	:	

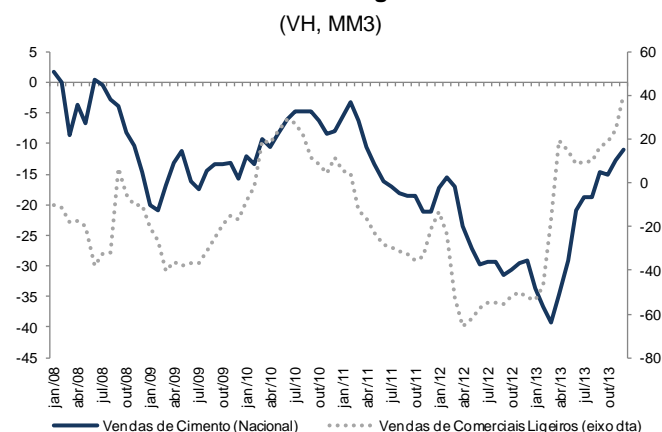
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no 4.º trimestre de 2013, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros subiram 40,8% (+24,1 p.p. face ao trimestre terminado em setembro) acompanhadas pela variação de 87,2% na venda de veículos comerciais pesados, uma melhoria de 89 p.p. face ao 3.º trimestre do ano;
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso melhorou substancialmente quando comparadas com o trimestre terminado em junho;
- as vendas de cimento registaram uma queda de 10,9% (-14,7% no 3.º trimestre de 2013).

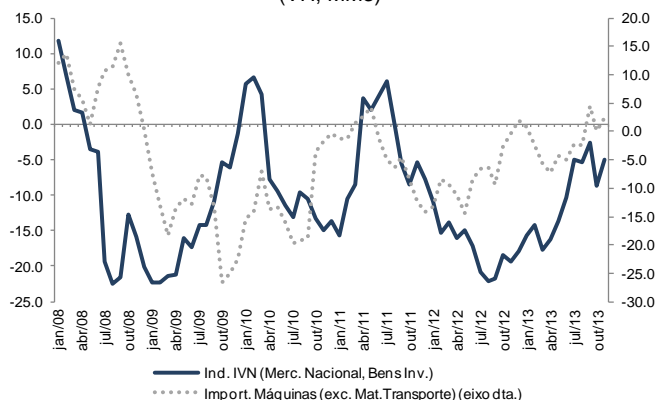
Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou uma variação homóloga de -0,6%, o que compara com a variação de -3,5% do 3.º trimestre do ano.

Figura 2.8. Bens de Equipamento

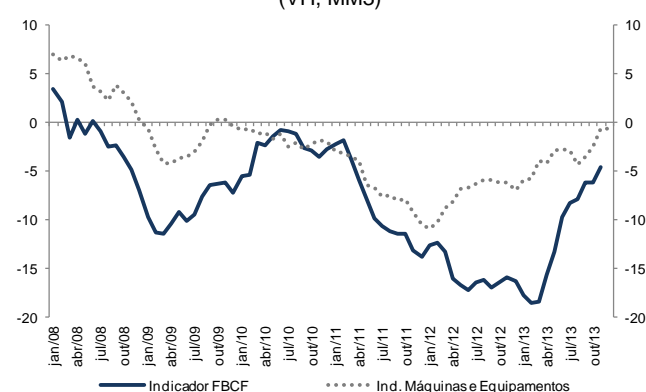


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos aos meses de outubro e novembro, mostram que, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou uma queda de -0,9% (-2,2% no 2.º trimestre de 2013);
- a importação máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte caiu 0,2% (-4,6 p.p. face ao 3.º trimestre).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

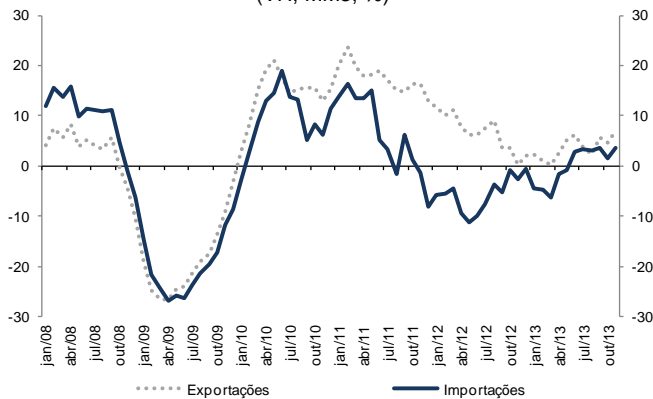
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012	2013				2013				
				4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-2,4	-16,4	-5,0	-3,3	:	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	:	-12,4	-16,4	-6,4	-5,3	:	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	:	-16,4	-18,3	-9,8	-6,2	:	-7,9	-6,2	-6,1	-4,5	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-22,8	-29,1	-39,2	-20,9	-14,7	-10,9	-18,4	-10,1	-16,5	-11,3	-15
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	13,8	-52,5	-16,9	8,5	16,7	40,8	8,8	14,8	29,2	27,3	55,6
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	16,9	7,9	-11,4	-11,1	-2,0	87,2	21,8	-22,6	39,4	23,4	255,9
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-21,2	-47,5	-30,3	-26,8	-19,8	-20,2	-21,4	-10,3	-14,3	-12,9	-1,3
Licenças de Construção de fogos	VH	"	:	-39,9	-44,8	-33,5	-25,0	:	-37,5	-4,9	-45,7	-30,1	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	:	2,0	-5,7	-5,1	4,3	:	-3,0	8,6	-4,3	3,9	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	:	-11,4	-14,6	-3,3	-2,2	:	-10,1	-6,3	-3,7	1,8	:

* no Comércio por Grosso; ** exceto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para outubro e novembro, apontam para uma subida de 3,6% das importações e um crescimento das exportações em 5,8% (3,6% e 5,8% no 3.º trimestre, respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

Também nos meses de outubro e novembro, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações aumentou 6,5%, um valor acima dos 5,5% registados no 3.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 5,6% (5,9% no 3.º trimestre);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário subiu 3,2%, enquanto que o mercado extracomunitário registou um crescimento de 4,6% em termos homólogos (6,1% e -1,9% no 3.º trimestre respetivamente). Em termos acumulados, a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situa-se atualmente em 84% (81% em igual período de 2012).

Também nos últimos dois meses, as novas encomendas à indústria do mercado externo caíram 1,9% em termos médios homólogos (-6.6 p.p. quando comparado com o trimestre terminado em setembro).

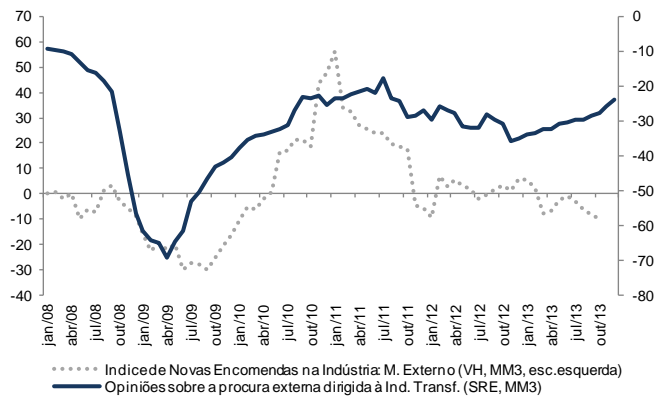
No 4.º trimestre, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram menos negativas quando comparadas com o trimestre anterior.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013			2013				
				1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	3,2	8,0	3,2	1,5	0,2	0,7	7,4	6,6	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-6,6	-5,6	-11,0	-8,0	-1,6	-4,4	5,2	5,1	:	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-0,6	-1,7	0,2	-0,3	-0,6	1,1	1,6	0,7	:	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-0,1	-3,4	-0,2	-0,4	3,7	0,6	3,1	0,6	:	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	5,7	11,2	6,2	3,6	1,9	0,1	6,2	5,8	7,4	-0,3	9,5	4,5	7,2
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-5,2	-4,4	-10,0	-5,2	-0,6	-6,2	2,8	3,6	10,5	-4,0	3,8	3,9	3,2

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013			2012	2013	Diferença
				1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	janeiro - novembro	janeiro - novembro	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	539	-1094	-803,5	2294,7	1411	560,8	1142,5	1879,2	383,6	3922,8	3539,2
Saldo Balança de Bens	"	"	-8 835	-2 350	-1858,5	-2304,9	-2321,5	-1451,4	-1523,2	-2127,0	-7958,0	-6382,9	1575,1
Saldo Balança de Serviços	"	"	8 687	1375	2032,8	3341,2	1938,0	1590,5	2326,7	3625,4	8047,2	9075,1	1028,0
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-6 938	-1661	-2403,6	-1585,6	-1287,9	-1117,0	-1874,1	-1482,6	-6599,5	-5343,2	1256,3
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	3 754	821	732,4	1316,7	884,5	823,4	1148,9	1018,5	3238,6	3519,8	281,2

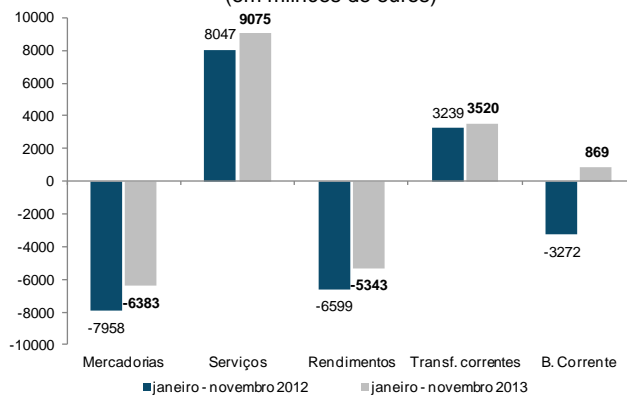
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até novembro de 2013, o excedente acumulado da balança corrente foi de 869M€, o que representa uma melhoria de 4 140M€ em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos sem exceção. É de destacar o comportamento da balança de bens que melhorou 1 575M€ face a igual período do ano anterior.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



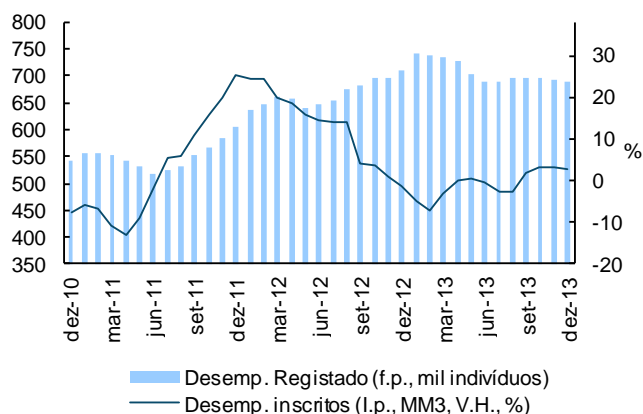
Fonte: BdP.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 3 923M€ (uma melhoria de 3 539M€ face ao ano acabado em agosto de 2012).

Mercado de Trabalho

No final do ano, segundo dados do IEFP, o número de desempregados em Portugal situa-se em cerca de 690 mil, o que representa uma diminuição de 2,8% face ao período homólogo.

Figura 2.13. Desemprego Registrado



Fonte: IEFP

Em valores absolutos, houve um decréscimo de cerca de 20 mil desempregados relativamente a dezembro de 2012 e de 1,5 mil desempregados face a novembro de 2013.

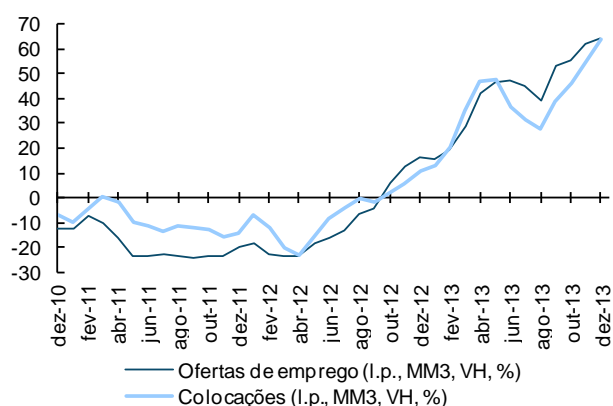
O número de desempregados inscritos em dezembro apresentou uma variação homóloga de 6,7%, 8,8 p.p. acima do mês anterior.

Inscreveram-se em dezembro mais 3,6 mil desempregados nos centros de emprego que em igual período do ano anterior. A variação face a novembro foi de -10,6 mil indivíduos.

O número de ofertas de emprego recebidas no decurso do mês de dezembro registou um acentuado aumento de 84,1% face ao período homólogo. Em termos absolutos, o número de ofertas de emprego existentes no final de dezembro foi de 10,8 mil, um valor inferior face ao mês anterior e superior em 4,9 mil, em relação a dezembro de 2012.

O rácio de colocações relativamente às ofertas teve uma ligeira descida (1,5 p.p.) relativamente ao período homólogo e ao mês anterior (8,9 p.p.), situando-se em 55,1%.

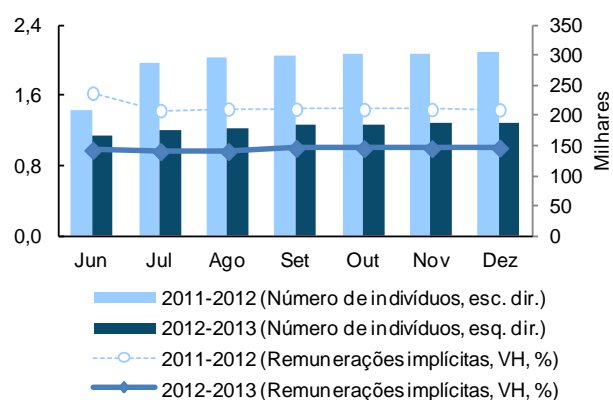
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Registaram-se 6 mil colocações ao longo de dezembro, um acréscimo de 2634 indivíduos ao face ao mês homólogo de 2012.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

O número de trabalhadores abrangidos por IRCT em dezembro situou-se em 187,2 mil trabalhadores, valor abaixo do registado em dezembro de 2012, o qual foi de cerca de 306,2 mil. A variação média anual da remuneração implícita convencionalizada pelos instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) observada em dezembro permaneceu em 1,0%.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012		2013				2013				
				T3	T4	T1	T2	T3	T4	ago	set	out	nov	dez
Taxa de desemprego	%	INE	:	15,8	16,9	17,7	16,4	15,6	:	-	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	:	-4,1	-4,3	-4,9	-3,9	-2,2	:	-	-	-	-	-
Desemprego Registrado (f.p.)	VH	IEFP	-2,8	23,4	17,4	11,0	6,8	2,0	-2,8	3,2	2,0	0,0	-0,8	-2,8
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	6,4	4,3	-1,3	-3,2	-0,5	1,9	2,8	-3,9	7,2	4,7	-2,1	6,7
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	49,1	-4,8	16,2	28,6	47,0	53,1	64,3	32,8	71,0	61,9	52,8	84,1
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,0	1,4	1,4	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	:	-9,2	-7,3	-2,7	1,2	-0,1	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	:	2,3	2,1	2,1	1,3	1,1	:	-	-	-	-	-

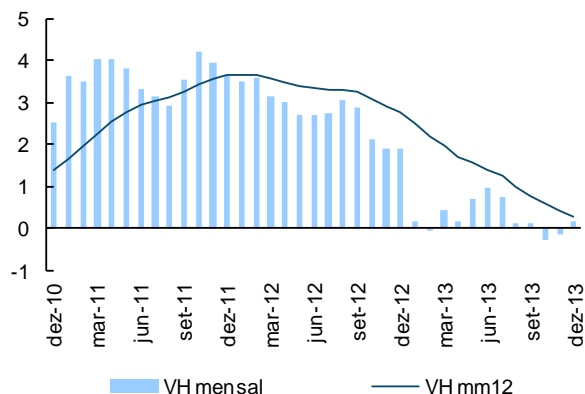
*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Em dezembro a variação homóloga do índice de preços no consumidor foi de 0,2%, representando uma variação de 0,4p.p. face ao mês anterior.

A taxa de inflação em 2013 foi de 0,3%, um valor 2,5p.p. abaixo do registado em 2012.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

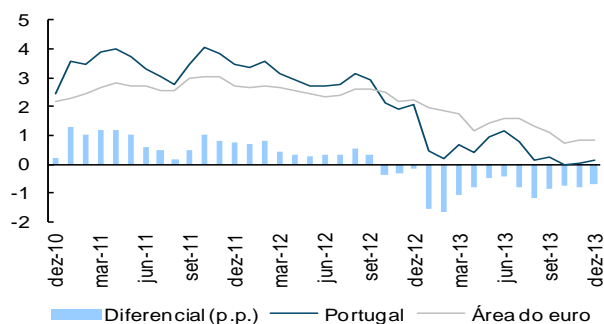
Entre as contribuições positivas para a taxa de variação homóloga do IPC de dezembro, destacam-se as classes das bebidas alcoólicas e tabaco, saúde, comunicações e habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis.

O preço dos bens e dos serviços apresentaram em dezembro um ligeiro crescimento homólogo de 0,03% e 0,43%, respetivamente.

A variação do IPC subjacente, isto é, do IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos, foi de 0,2% (0,23 p.p. acima do valor do mês anterior). O diferencial entre o IPC total e o subjacente situou-se este mês em -0,01 p.p..

No mês de dezembro de 2013, a variação homóloga do Índice harmonizado de Preços no consumidor (IHPC) em Portugal foi de 0,17%, um valor 0,11 p.p. acima do registado no mês anterior. Já a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 0,86%.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IHPC
(VH, em %)

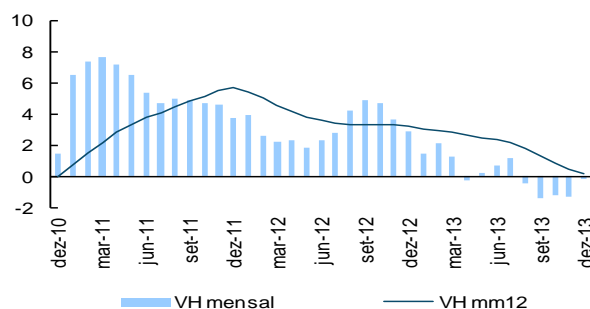


Fonte: INE.

Pelo décimo primeiro mês consecutivo, em dezembro, o diferencial entre a taxa de variação homóloga do IHPC da área do euro e de Portugal é negativo. Assim, tem-se assistido a um aumento do diferencial entre o IHPC da área do euro e de Portugal.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou em dezembro uma variação homóloga de -0,15% (1,16 p.p. acima do mês anterior).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, em %)



Fonte: INE.

O agrupamento dos Bens de investimento foi o que mais contribuiu para a evolução positiva do índice, tendo aumentado 2,44% face ao período homólogo. A secção com maior contributo foi a da eletricidade, gás, vapor, água quente e ar frio, cuja uma variação relativamente a dezembro de 2012 de 5,09%.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

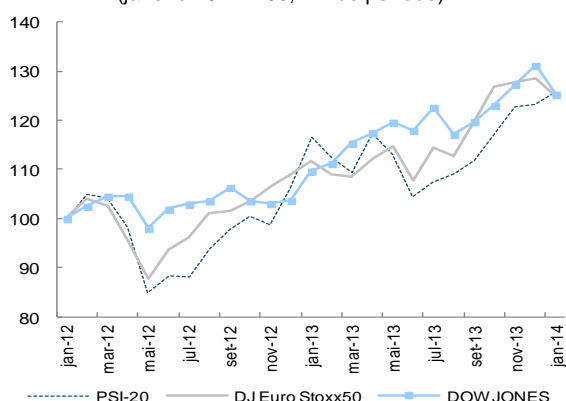
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013											
				abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez			
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,0	0,2	0,1	-0,2	-0,7	0,6	0,0	-0,2	0,4			
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0,3	0,2	0,7	1,0	0,8	0,2	0,1	-0,2	-0,2	0,2			
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	1,3	1,7	1,6	1,4	1,3	1,0	0,8	0,6	0,4	0,3			
IPC - Bens	VH	"	0,0	-0,2	0,7	1,0	0,6	-0,4	-0,1	-0,5	-0,2	0,0			
IPC - Serviços	"	"	0,7	0,7	0,8	1,0	0,9	0,8	0,4	0,2	-0,1	0,4			
IPC Subjacente*	"	"	0,2	0,3	0,5	0,6	0,5	0,0	0,3	0,2	0,0	0,2			
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	0,2	-0,3	0,2	0,7	1,2	-0,4	-1,3	-1,2	-1,3	-0,1			
IHPC	"	"	0,4	0,4	0,9	1,2	0,8	0,2	0,3	0,0	0,1	0,2			
Diferencial IHPC PT vs. AE (MM12, VH)	p.p.	Eurostat	-0,9	-0,3	-0,4	-0,5	-0,6	-0,7	-0,8	-0,8	-0,9	-0,9			

*IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em finais de janeiro de 2014, assistiu-se globalmente a uma evolução desfavorável dos índices bolsistas internacionais, interrompendo a valorização registada no final de 2013. Esta situação foi influenciada pela conjugação de vários fatores, tais como: expectativa de uma moderação da atividade económica dos países emergentes; política monetária menos acomodatória dos EUA; problemas internos na Turquia e Argentina; instabilidade política na Ucrânia e Brasil. Assim, no dia 27, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* desvalorizaram 4,5% e 3%, respetivamente, face ao final do ano de 2013.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(janeiro 2012=100, fim do período)

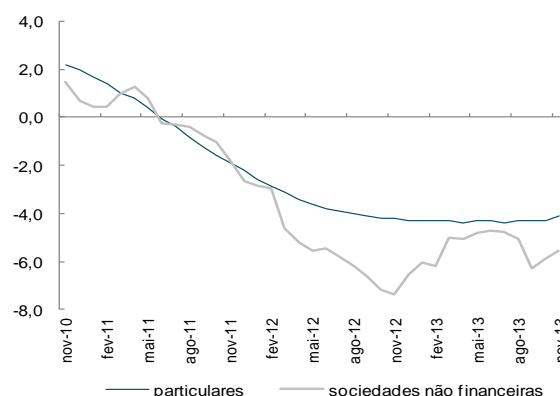


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para janeiro, o valor é do dia 27.

Para o mesmo período, o índice PSI-20 valorizou-se 2%, não acompanhando a tendência descendente evidenciada pelos mercados acionistas internacionais. Esta evolução decorreu, em parte, de uma melhoria das condições de financiamento externo dos países da área de euro mais atingidos pela crise de dívida soberana.

Em novembro de 2013, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro foi de -4,8% em termos anuais (-5% em outubro) devido sobretudo à melhoria, pelo 2.º mês consecutivo, do crédito destinado a empresas não financeiras.

Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

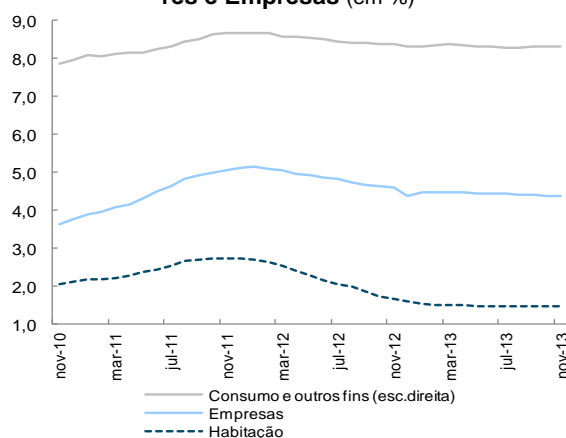


Fonte: Banco de Portugal.

O crédito destinado aos particulares também melhorou, tendo registado uma variação anual ligeiramente menos negativa (-4,1%) devido à melhoria do crédito habitação e ao consumo. Pelo contrário, a variação do crédito para outros fins apresentou-se mais negativa.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram ligeiramente para as empresas, mas estabilizaram para os particulares.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

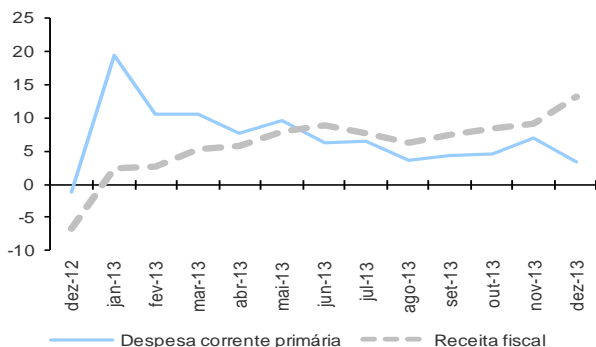
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013											
				abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez			
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	6,0	5,6	5,5	7,3	6,4	6,5	6,5	6,1	5,8	6,0			
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	408	446	393	563	475	460	474	438	40	408			
PSI 20*	VC	CMVM	16,0	7,3	-3,7	-7,7	3,0	1,5	2,5	4,9	4,7	0,3			
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	:	-3,7	-3,7	-3,8	-3,9	-3,8	-3,9	-3,9	-3,8	:			
- para consumo	va**	"	:	-9,1	-9,0	-8,6	-8,8	-8,0	-7,8	-7,9	-7,3	:			
Empréstimos a empresas	va**	"	:	-5,0	-4,8	-4,7	-4,8	-5,1	-6,3	-5,9	-5,6	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	:	1,49	1,47	1,46	1,47	1,47	1,47	1,47	1,47	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	:	4,47	4,45	4,45	4,42	4,39	4,39	4,39	4,38	:			

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até dezembro, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 1208,5M€, o que representa uma melhoria de 951,4M€ face ao período homólogo. O défice primário foi de 844,9M€, diminuindo 1177,1M€ face ao ano anterior. Excluindo os efeitos de medidas pontuais, o défice do Estado diminuiu 3781,8M€ face a idêntico período de 2012.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



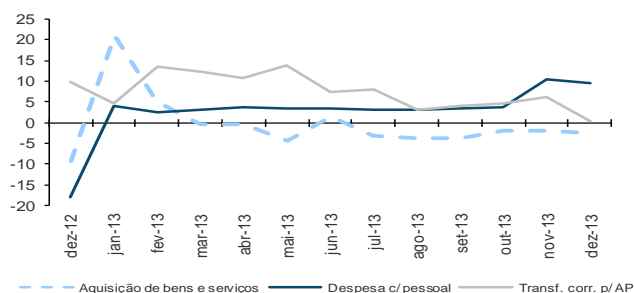
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face a 2012, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita fiscal, em 13,1% ou de 9,9% se excluirmos a receita obtida com o regime de regularização excecional de dívidas fiscais. Esta evolução deve-se ao aumento do IRS (35,5%), do IRC (18,8%), em consequência do crescimento da tributação sobre as grandes empresas, do IVA (3,5%), justificado pela recuperação da economia e pela maior eficácia no combate à evasão e fraude fiscal, e do imposto único de circulação (29,2%). Os restantes impostos, com exceção do imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas e de selo, apresentaram decréscimos ainda que em linha com o segundo orçamento retificativo. A receita não fiscal registou uma diminuição de 36,9%, refletindo essencialmente o efeito das medidas pontuais. Excluindo esses efeitos, a receita não fiscal aumentou 10,7% devido ao crescimento do pagamento de dividendos pelo Banco de Portugal e dos juros de obrigações de capital contingente; e

- um ligeiro aumento da despesa total e da despesa primária, em 0,2% e 0,4%, respetivamente. Esta evolução reflete comportamentos diferenciados entre a despesa corrente (2,8%) e de capital (-41,6%). O aumento da despesa corrente deve-se ao aumento da transferência para a Segurança Social, CGA e União Europeia, assim como das despesas com pessoal, em resultado do aumento das contribuições para a Segurança Social e CGA das entidades públicas e do pagamento do subsídio de férias e de Natal. Em sentido contrário, salienta-se a diminuição dos encargos com juros da dívida pública (-0,5%) e da despesa com a aquisição de bens e serviços (-2,6%). O decréscimo da despesa de capital justifica-se pela diminuição das transferências de capital e pela diminuição do investimento para a Parque Escolar, E.P.E. e REFER, no âmbito da gestão das infraestruturas integrantes da rede ferroviária nacional, atenuado pelo aumento da despesa com concessões rodoviárias, e ainda pelo efeito base relativo a compra à Camara Municipal de Lisboa dos terrenos do Aeroporto de Lisboa.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A despesa acumulada do Estado com ativos financeiros em dezembro atingiu 6821,5M€, correspondendo a 35,7% do valor orçamentado para o ano. Face ao mês anterior, o aumento foi de 1154,3M€ em resultado dos empréstimos de médio e longo prazo concedidos às empresas públicas reclassificadas (428,3M€), às autarquias locais (127,9M€) e à RAM (106M€), das dotações de capital de EPR (421,6M€) e, ainda, à execução de garantias (35,9M€).

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2012		2013		2013			
	jan a dez		jan a dez		set	out	nov	dez
	10^6 euros		Exec. face OE corrig.* (%)					
Receita Total	39859	41189	88,6	89,4	-1,0	0,5	1,7	3,3
Receita corrente	35757	40500	89,7	89,6	8,8	9,5	9,9	13,3
Impostos diretos	13634	17400	86,9	87,4	20,1	20,5	21,7	27,6
Impostos indiretos	18407	18852	92,6	93,2	-1,6	-0,2	0,6	2,4
Despesa Total	48755	48876	88,2	91,1	0,0	1,4	3,7	0,2
Despesa corrente	45934	47228	89,0	91,7	2,2	3,5	5,8	2,8
Despesa com pessoal	8438	9234	90,5	92,5	3,4	3,8	10,5	9,4
Aquisição bens e serviços	1650	1607	78,4	75,2	-3,7	-2,0	-2,0	-2,6
Subsídios	247	409	75,3	64,5	-18,2	-13,3	-15,3	65,4
Juros	6874	6843	98,5	98,7	-9,0	-1,8	-0,8	-0,5
Transferências corr. p/ AP	25811	25911	86,8	92,5	4,1	4,7	6,2	0,4
Saldo Global	-8896	-7688	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-2022	-845	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE retificativo corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional face à execução final do ano anterior.

Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as empresas públicas reclassificadas

Até dezembro e na ótica da contabilidade pública, o défice provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 654,7M€ que compara com um excedente de 847,3M€ em idêntico período do ano anterior¹.

Assim, a execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 6,3%, refletindo principalmente a diminuição das transferências de correntes e de capital, nomeadamente do Estado, das outras transferências e da União Europeia. Em sentido contrário, salienta-se o acréscimo das contribuições para a CGA², devido ao aumento da taxa da entidade empregadora, ao alargamento da base de incidência, ao pagamento em duodécimos de um subsídio e à aplicação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade; e
- uma diminuição da despesa (-1%), explicada essencialmente pela diminuição da despesa com aquisição de bens e serviços, com o investimento, com os juros da dívida pública e com outras despesas correntes. Em sentido inverso, salienta-se o aumento das outras transferências correntes, em resultado do pagamento do subsídio do 13.º e 14.º mês aos pensionistas e reformados da CGA e do aumento do seu número, e das despesas com pessoal, em consequência do pagamento do subsídio de férias e de Natal, a atualização dos encargos das entidades com a CGA e Segurança Social e também, no caso do Programa Segurança Interna, da regularização de reposicionamentos remuneratórios, e dos subsídios pagos no âmbito da atividade do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Em 2013, a execução financeira consolidada³ provisória do SNS aponta para um excedente de 8M€, correspondendo a uma diminuição de 1849,6M€ face ao período homólogo. Excluindo a transferência do Orçamento do Estado em 2012 para a regularização extraordinária de dívidas, o saldo do SNS apresentou uma melhoria de 82,4M€. A execução financeira, face a 2012, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 17,8%, justificado pela redução da transferência do OE, a qual está influenciada pela transferência destinada a regularização extraordinária de dívidas em 2013; e
- um aumento da despesa em 0,5%, devido sobretudo ao aumento da despesa com pessoal, em consequência do pagamento do subsídio de férias e de Natal e a atualização dos encargos das entidades com a CGA e Segurança Social, e da despesa com a aquisição de bens e serviços, com especial destaque para a evolução da despesa com as Parcerias Público Privadas e com as responsabilidades com as entidades públicas empresariais. Em sentido contrário, salienta-se a diminuição acentuada das despesas de capital e da despesa com outras aquisições de bens e serviços.

Quadro 2.9. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde				
	2012		2013		VHA (%)
	jan a dez		jan a dez		
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		
Receita Total	10 151	8 345	99,0	100,2	-17,8
Receita fiscal	85	88	94,0	109,5	2,9
Transferências das Administrações Públicas	9 735	7 919	99,9	100,6	-18,7
Receita de capital	44	6	24,1	38,5	-86,0
Despesa Total	8 294	8 337	97,4	100,1	0,5
Despesa com pessoal	864	926	87,4	100,4	7,2
Aquisição de bens e serviços	7 290	7 325	74,0	100,6	0,5
Despesa de capital	71	20	36,0	40,7	-71,4
Saldo Global	1 858	8	-	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (incluindo Empresas Públicas Reclassificadas)					Empresas Públicas Reclassificadas				
	2012		2013		VHA (%)	2012		2013		VHA (%)
	jan a dez		jan a dez			jan a dez		jan a dez		
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)			
Receita Total	28 194	26 432	97,4	95,6	-6,3	3 425	2 528	95,4	79,6	-26,2
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	3 353	4 597	96,6	97,5	37,1	-	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	16 851	15 216	99,5	100,5	-9,7	506	507	118,8	78,8	0,3
Despesa Total	27 347	27 087	92,9	95,9	-1,0	4 259	3 501	87,1	86,3	-17,8
Despesa com pessoal	3 065	3 462	92,9	101,3	12,9	683	724	100,3	99,8	6,1
Aquisição de bens e serviços	10 365	9 181	95,5	96,4	-11,4	811	738	90,5	83,6	-9,1
Transferências correntes	9 635	10 879	97,6	98,6	12,9	34	35	146,1	48,1	1,4
Saldo Global	847	- 655	-	-	-	- 835	- 973	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ De referir que o não reporte de dados de algumas entidades e as alterações ao universo das entidades abrangidas não permite uma correta comparabilidade entre os dados, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas.

² Na ótica da contabilidade pública, a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA) pertence aos Fundos e Serviços Autónomos.

³ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

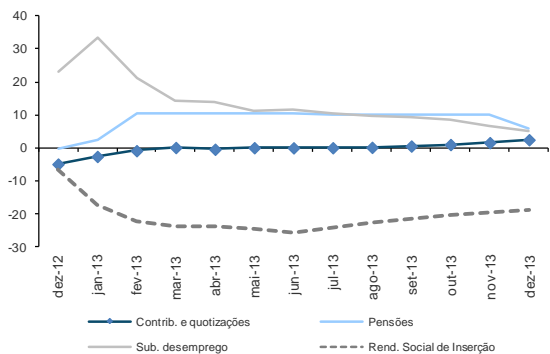
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Em 2013, o excedente da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 478,6M€, o que representa uma melhoria de 47,1M€ face ao mesmo período de 2012.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao período homólogo no anterior, caracterizou-se por:

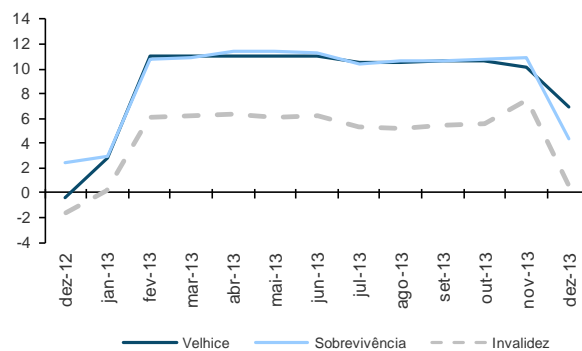
- um aumento da receita em 4,7%, em resultado do aumento das verbas transferidas do Orçamento do Estado (7,8%), da receita das contribuições e quotizações (2,5%), justificado pela receita proveniente da aplicação do regime excecional de regularização de dívidas, e do Fundo Social Europeu (14,5%); e
- um aumento da despesa em 4,6%, decorrente, sobretudo, da evolução da despesa com pensões (6,0%), influenciada pelo pagamento do 13.º mês e do 14.º mês de acordo com a legislação em vigor. É de salientar evolução das despesas de formação profissional, nomeadamente as comparticipadas pelo FSE que cresceram 21,1%, o aumento das despesas com o subsídio de desemprego e apoio ao emprego (5,1%), ainda que em desaceleração, e, ainda, das despesas no âmbito da ação social (+4,6%). Em sentido inverso, constata-se uma diminuição das despesas com o rendimento social de inserção (-18,8%). Relativamente ao número de beneficiários, verifica-se um acréscimo de 1,4% nas pensões de velhice, de 0,4% nas pensões de sobrevivência e de 2,6% no subsídio de doença. Em sentido inverso, registou-se uma diminuição nos beneficiários da pensão de invalidez, em 3,5% e de 5,8% nos subsídios de desemprego e social de desemprego.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



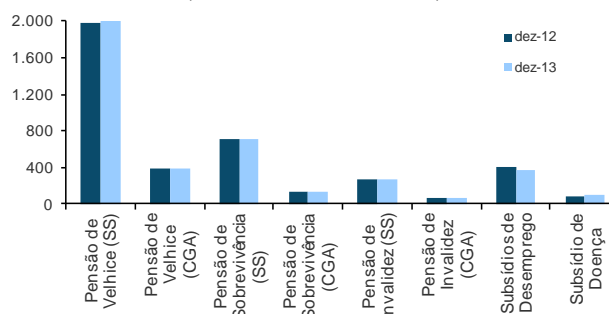
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em 2013, o saldo acumulado da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 62,7M€, menos 614,1M€ que no período homólogo. A receita total aumentou 7,3%, refletindo, fundamentalmente, o acréscimo das contribuições para a CGA (37,2%), em consequência do aumento da taxa das entidades empregadoras, de 15% para 20%, do alargamento da base de incidência contributiva e do pagamento dos subsídios de férias e de Natal. É de referir que a comparticipação do Orçamento do Estado diminuiu 3,2% e que as receitas de capital mantiveram uma diminuição de -91,6%, influenciada pela transferência do fundo de pensões do BPN e da PT em 2012, ainda que se tenha procedido à incorporação do fundo de pensões do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. na CGA em 2013. A despesa total aumentou 15,5%, justificada pelo acréscimo da despesa com pensões, em consequência do pagamento dos subsídios aos pensionistas e do aumento do número dos mesmos. O número de beneficiários de pensões de velhice aumentou 2,2% e de sobrevivência 1,4%, enquanto que o de invalidez se manteve.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social						Caixa Geral de Aposentações								
	2012			2013			2012			2013					
	jan a dez			jan a dez			jan a dez			jan a dez					
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)
Receita Total	24192	25336	4,7	99,0	99,8	8571	9197	7,3	99,4	99,6					
Contribuições e quotizações	13082	13414	2,5	100,3	100,6	3348	4593	37,2	96,6	97,5					
Transferências correntes da Adm. Central *	8045	8710	8,3	99,9	100,7	4469	4364	-2,3	100,7	101,6					
Despesa Total	23761	24858	4,6	97,4	98,1	8020	9260	15,5	97,3	99,1					
Pensões	14428	15296	6,0	100,0	99,8	7984	9214	15,4	97,5	99,3					
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	516	506	-1,8	79,8	99,9	-	-	-	-	-					
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	2593	2726	5,1	101,1	96,9	-	-	-	-	-					
Prestações e ação social	1535	1605	4,6	95,1	96,8	-	-	-	-	-					
Saldo Global	431	479	-	-	-	551	-63	-	-	-					

Fontes: DGO e GPEARI.

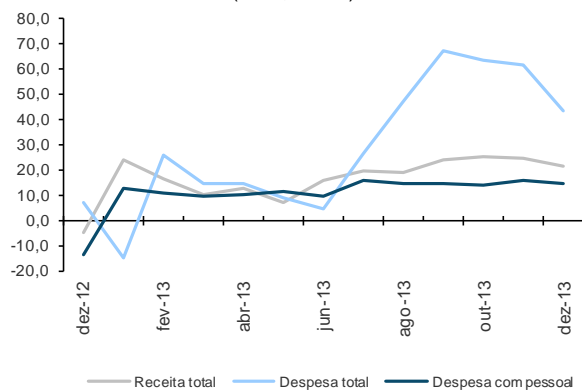
Administração Regional

Em 2013, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 825,3M€, o que corresponde a um défice, de 819,7M€ na Região Autónoma da Madeira (RAM), fortemente influenciado pelo pagamento de dívidas a fornecedores de anos anteriores, e de 5,6M€ na Região Autónoma dos Açores (RAA). Retirando-se o efeito deste pagamento de dívidas de anos anteriores, o saldo na RAM foi de 72,2M€ (-207,9M€ em 2012); e a RAA diminuiu o seu défice em 5,8M€ face ao período homólogo em virtude de um mais acelerado ritmo de aumento da receita face ao da despesa.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2012, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 21,3%, devido, sobretudo, ao comportamento positivo da receita fiscal, em ambas as Regiões Autónomas (29,9% na RAA e 29,8% na RAM), e das receitas de capital, que cresceram 9,1%, facto que se deve inteiramente ao recebimento pela RAM de uma receita extraordinária referente à concessão da ANAM, SA (no montante de 80M€), dado que na RAA a receita de capital decresceu 21,9%, e
- um acréscimo da despesa total em 43,3%, que em termos correntes foi de 11,1% (9,3% na RAA e 12,5% na RAM). A despesa com capital quase que triplicou (+165,5%), tendo sido fortemente influenciado pelo pagamento de dívidas comerciais de anos anteriores na RAM.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional				Administração Local			
	2012		2013		2012		2013	
	10 ⁶ euros		jan a dez		10 ⁶ euros		jan a dez	
			Grau de execução (%)	VHA (%)			Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita total	2 015	2 444	97,4	21,3	7 442	6 918	98,5	-7,0
Impostos	1 080	1 403	107,2	29,9	2 224	2 258	99,6	1,5
Transferências correntes	386	469	182,8	21,2	2 071	2 322	93,5	12,1
Despesa total	2 281	3 269	90,4	43,3	6 694	6 960	100,7	4,0
Pessoal	664	762	95,8	14,9	2 089	2 253	106,8	7,8
Aquisição de bens e servi	419	439	106,3	4,9	1 851	2 002	107,6	8,1
Transferências correntes	530	606	117,7	14,2	468	488	107,6	4,3
Investimento	323	1 061	92,0	228,3	1 555	1 589	88,0	2,2
Saldo global	- 266	- 825	-	-	749	- 42	-	-

Fonte: DGO.

Administração Local

Em 2013, na ótica da contabilidade pública, o saldo acumulado provisório da execução orçamental da Administração Local passou de um excedente de 748,6M€, em 2012, para um défice de 42,1M€, em 2013. Este resultado é influenciado pela regularização de dívidas a fornecedores no âmbito do PAEL, sem as quais este subsector teria um excedente de 365,7€, correspondendo a uma diminuição de 396,1M€ face ao período homólogo. A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita total em 7,0%, em resultado da diminuição da receita de capital, dado que a receita corrente aumenta 5,0%. A receita corrente encontra-se influenciada pelo aumento das transferências correntes no âmbito da Lei de Finanças Locais, em 16,4%, espelhando o aumento da dotação do Fundo de Equilíbrio Financeiro face a 2012, e pelo comportamento da receita fiscal que apresenta uma variação positiva de 1,5%, devido ao aumento da receita dos impostos municipais sobre imóveis e veículos; e
- um aumento da despesa total em 4,0% que traduz, fundamentalmente, a variação positiva da despesa corrente (5,9%), fortemente influenciada pelo pagamento de dívidas de anos anteriores no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).

Dívida Pública

Dívida pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em novembro de 2013, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 217,2 mil M€, mais 6569M€ que no final de outubro. Esta evolução deve-se ao aumento do *stock* da dívida da administração central em 6563M€, dado que a dívida da administração regional e local diminuiu 33M€. É de referir que os depósitos na administração central aumentaram 5128M€.

Quadro 2.13. Dívida Mensal das Administrações Públicas

(milhões de euros)

	2012 dez	2013 out	2013 nov
Administrações Públicas	204 844	210 581	217 150
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	204 193	211 146	217 709
Administração Regional e Local	9 645	9 836	9 803
Segurança Social	4	1	2
Consolidação entre subsectores	9 000	10 403	10 364
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	16 586	15 178	20 306

Fonte: Banco de Portugal.

No terceiro trimestre de 2013, segundo os dados publicados pelo Banco de Portugal, a dívida pública portuguesa cifrou-se em 128,7% do PIB, menos 2,6 p.p. que no anterior período, em resultado da diminuição da dívida da administração central e local. Este comportamento é explicado essencialmente pela variação das transações em ativos financeiros.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP

(milhões de euros)

	2012 dez	2013 nov	2013 dez
Administrações Públicas	5 413	4 406	3 817
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	328	597	333
Administração Regional	2 496	1 639	1 488
Administração Local	2 589	2 170	1 996
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira das Administrações Públicas, excluindo EPR, diminuiu, em dezembro, 589M€ face ao mês anterior. Este comportamento deve-se ao decréscimo da dívida da administração central, local e regional.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso

(milhões de euros)

	2012 dez	2013 nov	2013 dez
Administrações Públicas	2 322	1 401	1 255
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	58	51	30
SNS	23	22	10
Empresas Públicas Reclassificadas	29	17	17
Administração Regional	1 274	731	681
Administração Local	938	580	517
Outras Entidades	747	922	753
Empresas públicas não reclassificadas	33	97	97
Hospitais EPE	714	825	656
Adm. Públicas e outras entidades	3 069	2 323	2 008

Fonte: DGO.

Em dezembro, os pagamentos em atraso das AP, incluindo as empresas públicas não reclassificadas e os hospitais EPE, diminuíram 315M€ face ao mês anterior, explicada essencialmente pelo comportamento dos Hospitais E.P.E. (-169M€).

Dívida Direta do Estado

No final de dezembro, a dívida direta do Estado situava-se em 204,3 mil M€, diminuindo 5550M€ face ao mês anterior. A evolução mensal ficou a dever-se, essencialmente, à amortização de BT (3106M€) e à emissão líquida negativa de CEDIC (2550M€). O *stock* de OT diminuiu (85M€), em consequência das recompras parciais da OT 4,375% 16JUN2014. Foi ainda realizada uma operação troca de OT com maturidade em 2014/15, por OT com maturidade em 2017/18, sem qualquer impacto sobre o saldo de dívida. Este comportamento foi parcialmente compensado pelo aumento do *stock* de CEDIM, CT e CA (respetivamente 278M€, 185M€ e 32M€). As variações cambiais contribuíram para a diminuição do saldo da dívida em 262M€.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado

(milhões de euros)

	30-nov-13	dez-13			31-dez-13
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	118 064	6 530	9 898	113	114 810
Bilhetes do Tesouro	22 152		3 106	0	19 046
Obrigações do Tesouro	92 794	6 530	6 751	135	92 708
Não Transacionável	19 447	6 225	8 280	0	17 392
Cert. de Aforro e do Tesouro	11 941	294	78	0	12 158
CEDIC e CEDM	6 974	5 926	8 198	0	4 702
Prog. de Ajustamento Económico	72 291	0	0	- 240	72 051
Total	209 803	12 755	18 179	- 127	204 252

Fonte: IGCP.

Emissões de Dívida

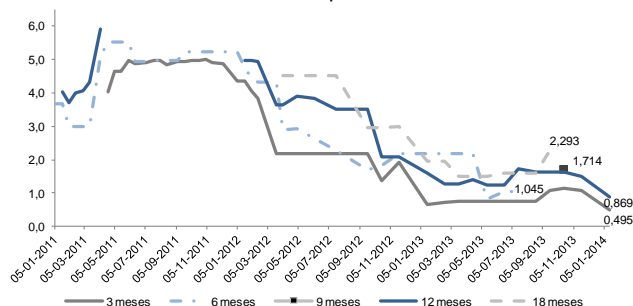
A 9 de janeiro de 2014, Portugal regressou ao mercado de dívida de médio e longo prazos com uma reabertura sindicada de 3,25 mil milhões de euros da OT 4,75% junho 2019.

A procura final excedeu os 11,2 mil M€, tendo 88% da emissão sido colocada junto de investidores não residentes. A taxa de emissão foi de 4,657%.

A 15 de janeiro de 2014, foram realizados dois leilões de BT do ano, tendo sido colocados na fase competitiva 240M€, a 3 meses, e 1010M€, a 1 ano. A taxa média ponderada da emissão a três meses foi de 0,495% (1,076% na anterior de igual maturidade) e a 1 ano foi de 0,869% (1,493% na anterior da mesma maturidade).

A descida das taxas de colocação dos BT resulta quer da evolução evidenciada nos mercados quer dos risco associado à dívida pública portuguesa desde o início de setembro.

Figura 2.28. Emissões de BT
Taxa média ponderada



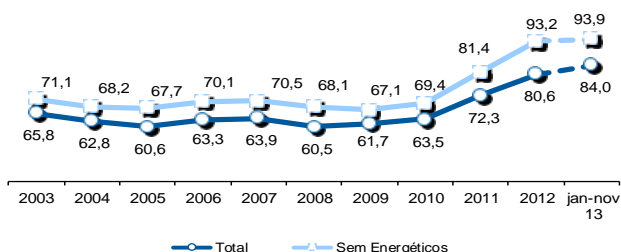
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros onze meses de 2013, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 4,4% enquanto as importações cresceram apenas 0,7% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 15,1%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 1,8% e as importações registaram uma variação homóloga positiva de 1,5% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a novembro			VH	
	2012	2013	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	42 019	43 847	4,4	7,0	4,0
Importações (cif)	51 891	52 229	0,7	3,7	0,2
Saldo (fob-cif)	-9 872	-8 381	-15,1	-9,6	-15,0
Cobertura (fob/cif)	81,0	84,0	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	38 542	39 244	1,8	3,8	1,6
Importações (cif)	41 140	41 775	1,5	5,1	0,8
Saldo (fob-cif)	-2 598	-2 532	-2,6	24,8	-9,5
Cobertura (fob/cif)	93,7	93,9	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	12 075	12 971	7,4	9,7	7,1
Importações (cif)	14 699	14 791	0,6	2,2	0,7
Saldo (fob-cif)	-2 624	-1 820	-30,6	-41,7	-29,2
Cobertura (fob/cif)	82,1	87,7	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas: Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, n.º1/2014").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de novembro de 2013 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do controlo regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com o IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros onze meses de 2013, as exportações representaram 84,0% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 3 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 93,9% das importações (+0,2 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de novembro

	Valores em milhões de Euros		
janeiro a novembro	2012	2013	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	42 019	43 847	4,4
Importações (cif)	51 891	52 229	0,7
Saldo (fob-cif)	- 9 872	- 8 381	-15,1
Cobertura (fob/cif)	81,0	84,0	-
Intra UE			
Exportações (fob)	29 944	30 877	3,1
Importações (cif)	37 192	37 438	0,7
Saldo (fob-cif)	- 7 248	- 6 561	-9,5
Cobertura (fob/cif)	80,5	82,5	-
Extra UE			
Exportações (fob)	12 075	12 971	7,4
Importações (cif)	14 699	14 791	0,6
Saldo (fob-cif)	- 2 624	- 1 820	-30,6
Cobertura (fob/cif)	82,1	87,7	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros onze meses de 2013, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 9,5% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 3,1% e as importações 0,7%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 30,6% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2012	2013	TVH	2012	2013	TVH
jan	4 695	4 463	-4,9	3 606	3 863	7,1
fev	4 648	4 422	-4,9	3 786	3 677	-2,9
mar	5 074	4 635	-8,6	4 138	4 002	-3,3
abr	4 409	4 833	9,6	3 542	4 085	15,3
mai	5 010	4 888	-2,4	4 032	4 246	5,3
jun	4 501	4 593	2,0	3 968	3 931	-0,9
jul	4 703	5 196	10,5	4 070	4 373	7,4
ago	4 403	4 225	-4,0	3 329	3 317	-0,3
set	4 674	4 853	3,8	3 581	3 922	9,5
out	5 127	5 327	3,9	4 049	4 230	4,5
nov	4 646	4 794	3,2	3 918	4 201	7,2
dez	4 275			3 241		
1º Trim	14 417	13 520	-6,2	11 531	11 542	0,1
2º Trim	13 921	14 314	2,8	11 542	12 262	6,2
3º Trim	13 781	14 275	3,6	10 980	11 612	5,8
4º Trim	14 048			11 207		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros onze meses de 2013, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 4,4%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 1,8%.

Entre janeiro e novembro de 2013, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,7 p.p.), seguido do contributo dos “Agroalimentares” (+0,8 p.p.), dos “Químicos” e dos “Produtos Acabados diversos” (ambos com +0,6 p.p.). As “Máquinas” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,8%). Seguem-se os “Químicos” (12,6%).

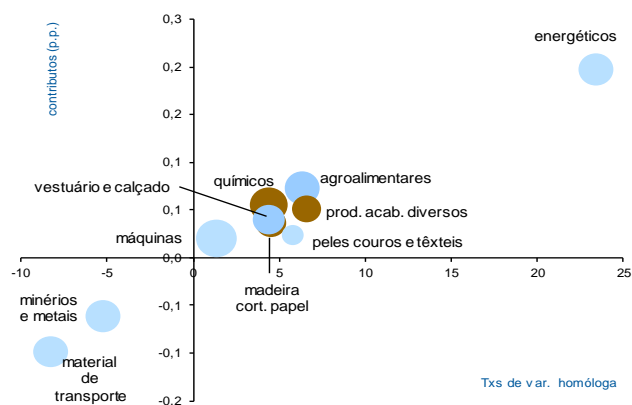
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em novembro de 2013.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+4,0%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+2,5 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Agroalimentares” (+0,8 p.p.), dos “Químicos” e dos “Produtos Acabados Diversos” (ambos com +0,6 p.p.).

De referir, ainda, os contributos do “Vestuário e Calçado” (contributo de 0,4 p.p.), da “Madeira, Cortiça e Papel” e das “Pele, Couros e Têxteis” (ambos com +0,3 p.p.) para o crescimento das exportações de mercadorias.

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2013 (Total: 4%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-nov		últimos 12 meses ^[1]		jan-nov	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	42 019	43 847	100,0	100,0	100,0	100,0	4,0	4,0	4,4	4,4
000 Agro-Alimentares	4 787	5 138	9,6	11,5	11,4	11,7	6,9	0,8	7,3	0,8
100 Energéticos	3 477	4 604	4,5	8,3	8,3	10,5	29,5	2,5	32,4	2,7
200 Químicos	5 257	5 529	10,6	12,4	12,5	12,6	5,0	0,6	5,2	0,6
300 Madeira, Cortiça e Papel	3 392	3 538	7,8	8,1	8,1	8,1	4,2	0,3	4,3	0,3
400 Peles, Couros e Têxteis	1 699	1 823	4,8	4,1	4,0	4,2	6,8	0,3	7,3	0,3
500 Vestuário e Calçado	3 852	4 018	10,5	9,2	9,2	9,2	4,0	0,4	4,3	0,4
600 Minérios e Metais	4 912	4 583	10,9	11,7	11,7	10,5	-6,0	-0,7	-6,7	-0,8
700 Máquinas	6 440	6 477	19,7	15,3	15,3	14,8	0,8	0,1	0,6	0,1
800 Material de Transporte	4 957	4 627	12,7	11,6	11,8	10,6	-7,5	-0,9	-6,7	-0,8
900 Produtos Acabados Diversos	3 246	3 511	9,0	7,7	7,7	8,0	7,2	0,6	8,2	0,6
Por memória:										
Total sem energéticos	38 542	39 244	95,5	91,7	91,7	89,5	1,6	1,5	1,8	1,7

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2013.

[2] $(\text{dez } 12\text{-nov } 13) / (\text{dez } 11\text{-nov } 12) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

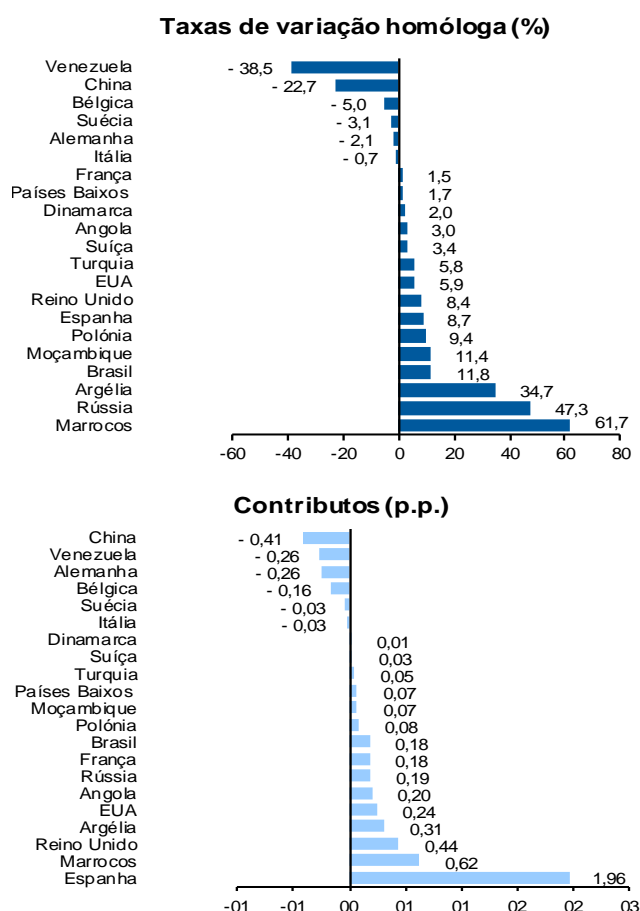
Nos primeiros onze meses de 2013, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 3,1%. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram o mesmo acréscimo enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 4,2% no mesmo período. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 7,4% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações totais (+2,1 p.p.).

As exportações de mercadorias para Espanha (+2,2 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para o Reino Unido e França (+0,4 p.p. e +0,2 p.p. respetivamente).

No último ano a terminar em novembro de 2013, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 2,7% e as exportações para os países da UE-15 registaram o mesmo acréscimo. As exportações para Espanha (+2,0 p.p.), o Reino Unido (+0,4 p.p.) e a França (+0,2 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para Marrocos (+61,7%), Argélia (+34,7%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino à Venezuela (-38,5%) e China (-22,7%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2013



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-nov		anual		jan-nov		12 meses ^[1]		jan-nov	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	Valores em milhões de Euros									
TOTAL	42 019	43 847	100,0	100,0	100,0	100,0	4,0	4,0	4,4	4,4
Intra UE	29 944	30 877	77,1	71,1	71,3	70,4	2,7	1,9	3,1	2,2
dos quais:										
UE-15	28 585	29 461	74,7	67,9	68,0	67,2	2,7	1,8	3,1	2,1
Espanha	9 432	10 354	22,7	22,5	22,4	23,6	8,7	2,0	9,8	2,2
Alemanha	5 285	5 198	12,9	12,4	12,6	11,9	-2,1	-0,3	-1,7	-0,2
França	4 981	5 073	12,6	11,8	11,9	11,6	1,5	0,2	1,8	0,2
R.Unido	2 221	2 404	6,0	5,3	5,3	5,5	8,4	0,4	8,2	0,4
P.Baixos	1 742	1 762	3,5	4,1	4,1	4,0	1,7	0,1	1,1	0,0
Itália	1 506	1 444	4,1	3,7	3,6	3,3	-0,7	0,0	-4,1	-0,1
Bélgica	1 326	1 261	2,6	3,1	3,2	2,9	-5,0	-0,2	-4,9	-0,2
Suécia	432	420	1,3	1,0	1,0	1,0	-3,1	0,0	-2,7	0,0
Dinamarca	289	293	0,7	0,7	0,7	0,7	2,0	0,0	1,4	0,0
Alargamento	1 359	1 416	2,4	3,2	3,2	3,2	2,5	0,1	4,2	0,1
Polónia	374	413	0,7	0,9	0,9	0,9	9,4	0,1	10,5	0,1
Extra UE	12 075	12 971	22,9	28,9	28,7	29,6	7,1	2,0	7,4	2,1
dos quais:										
Angola	2 759	2 854	4,4	6,6	6,6	6,5	3,0	0,2	3,5	0,2
EUA	1 702	1 810	4,7	4,1	4,0	4,1	5,9	0,2	6,4	0,3
China	751	605	0,5	1,7	1,8	1,4	-22,7	-0,4	-19,4	-0,3
Brasil	630	705	0,7	1,5	1,5	1,6	11,8	0,2	11,9	0,2
Marrocos	421	697	0,5	1,0	1,0	1,6	61,7	0,6	65,5	0,7
Argélia	382	494	0,2	0,9	0,9	1,1	34,7	0,3	29,3	0,3
Suíça	375	389	0,7	0,9	0,9	0,9	3,4	0,0	3,8	0,0
Turquia	332	355	0,6	0,8	0,8	0,8	5,8	0,0	6,8	0,1
Venezuela	297	174	0,0	0,7	0,7	0,4	-38,5	-0,3	-41,5	-0,3
Moçambique	261	291	0,2	0,6	0,6	0,7	11,4	0,1	11,7	0,1
Por memória:										
Gibraltar	268	331	0,0	0,7	0,6	0,8	26,0	0,2	23,4	0,1
PALOP	3 329	3 444	5,4	8,0	7,9	7,9	3,0	0,2	3,5	0,3
EFTA	478	506	1,0	1,1	1,1	1,2	5,8	0,1	5,8	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2013.

[2] (dez 12-nov 13)/(dez 11-nov 12) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Importações de Mercadorias

De janeiro a novembro de 2013, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 0,7% (Quadro 3.6).

Neste período o crescimento das importações da grande maioria dos grupos de produtos, com destaque para os “Agroalimentares” (+0,8 p.p.), foi amortecido pela redução das importações dos “Energéticos”, “Máquinas” e “Químicos” (-0,6 p.p., -0,4 p.p. e -0,1 p.p. respetivamente).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (71,7%).

Nos primeiros onze meses de 2013, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 0,7%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 aumentaram 0,8%. As importações provenientes dos países do Alargamento decresceram 2,3%. Neste período, as importações de todos os países da UE-15 registaram contributos negativos, justificando o decréscimo das respetivas importações.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 0,6%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (5,0% do total). Seguem-se a China (2,4%) e a Rússia (1,8%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-nov		Anual		jan-nov		12 meses ^[1]		jan-nov	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	51 891	52 229	100,0	100,0	100,0	100,0	0,2	0,2	0,7	0,7
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	8 028	8 408	12,6	15,6	15,5	16,1	4,2	0,7	4,7	0,7
100-Energéticos	10 751	10 453	13,4	20,7	20,7	20,0	-2,0	-0,4	-2,8	-0,6
200-Químicos	8 581	8 503	13,4	16,5	16,5	16,3	-1,1	-0,2	-0,9	-0,1
300-Peleis, Mad, Cortiça e Papel	2 209	2 392	4,7	4,3	4,3	4,6	6,7	0,3	8,3	0,4
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	3 345	3 535	6,7	6,4	6,4	6,8	4,4	0,3	5,7	0,4
500-M inérios e Metais	4 284	4 327	10,3	8,2	8,3	8,3	0,6	0,0	1,0	0,1
600-Máquinas [4]	7 619	7 434	20,2	14,8	14,7	14,2	-3,2	-0,5	-2,4	-0,4
700-Material de Transporte [5]	4 413	4 503	13,0	8,4	8,5	8,6	0,7	0,1	2,0	0,2
800-Prod. Acabados Diversos	2 661	2 672	5,7	5,1	5,1	5,1	-0,6	0,0	0,4	0,0
Total sem energéticos	41 140	41 775	86,6	79,3	79,3	80,0	0,8	0,6	1,5	1,2
Mercados de origem										
Intra UE	37 192	37 438	76,6	71,8	71,7	71,7	0,1	0,0	0,7	0,5
dos quais:										
UE-15	35 764	36 043	74,8	69,1	68,9	69,0	0,1	0,1	0,8	0,5
Espanha	16 511	16 745	31,1	32,0	31,8	32,1	0,6	0,2	1,4	0,4
Alemanha	5 990	5 880	14,0	11,4	11,5	11,3	-3,0	-0,4	-1,8	-0,2
França	3 384	3 514	8,7	6,6	6,5	6,7	3,9	0,3	3,8	0,3
Itália	2 723	2 676	5,5	5,2	5,2	5,1	-2,4	-0,1	-1,7	-0,1
Países Baixos	2 494	2 599	4,7	4,8	4,8	5,0	4,2	0,2	4,2	0,2
Reino Unido	1536	1532	3,7	3,0	3,0	2,9	0,7	0,0	-0,2	0,0
Bélgica	1292	1294	2,9	2,5	2,5	2,5	0,1	0,0	0,1	0,0
Suécia	526	527	1,1	1,0	1,0	1,0	-1,2	0,0	0,2	0,0
Irlanda	507	493	0,8	1,0	1,0	0,9	-7,5	-0,1	-2,8	0,0
Alargamento	1 428	1 395	1,8	2,7	2,8	2,7	-1,8	0,0	-2,3	-0,1
Extra UE	14 699	14 791	23,4	28,2	28,3	28,3	0,7	0,2	0,6	0,2
dos quais:										
Angola	1604	2 632	0,6	3,2	3,1	5,0	60,2	1,9	64,1	2,0
China	1285	1264	1,8	2,4	2,5	2,4	-2,5	-0,1	-1,7	0,0
Brasil	1324	811	2,3	2,4	2,6	1,6	-40,6	-1,0	-38,7	-1,0
EUA	874	768	1,6	1,7	1,7	1,5	-9,7	-0,2	-12,1	-0,2
Nigéria	891	746	1,7	1,6	1,7	1,4	-18,1	-0,3	-16,3	-0,3
Arábia Saudita	836	691	0,7	1,6	1,6	1,3	-15,7	-0,2	-17,3	-0,3
Argélia	610	399	1,0	1,4	1,2	0,8	-4,5	0,0	-34,6	-0,4
Cazaquistão	759	493	0,5	1,4	1,5	0,9	-41,7	-0,6	-35,1	-0,5
Azerbaijão	405	428	0,1	0,9	0,8	0,8	14,5	0,1	5,8	0,0
Guiné Equatorial	477	190	0,7	0,8	0,9	0,4	-64,3	-0,6	-60,1	-0,6
Rússia	462	916	0,9	0,8	0,9	1,8	99,3	0,8	98,1	0,9
Líbia	399	104	1,3	0,7	0,8	0,2	-73,9	-0,5	-73,9	-0,6
Camarões	299	732	0,0	0,7	0,6	1,4	168,4	0,9	145,0	0,8
OPEP^[6]	4 833	4 942	6,3	9,4	9,3	9,5	5,3	0,5	2,3	0,2
EFTA	473	388	1,9	0,9	0,9	0,7	-18,5	-0,2	-17,9	-0,2
PALOP	1628	2 697	0,7	3,2	3,1	5,2	61,4	1,9	65,6	2,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2013.

[2] (dez 12-nov 13)/(dez 11-nov 12) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) - 100.

[4] Não inclui tractores.

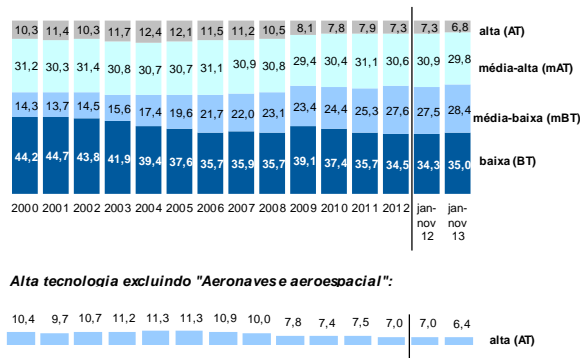
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros onze meses de 2013, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 4,3%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (58,2%), sendo os produtos de média-baixa tecnologia aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (+7,7%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

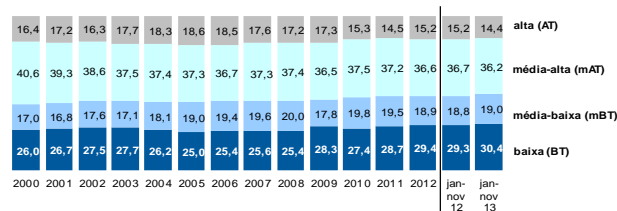
Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

As exportações de produtos de baixa e média-baixa tecnologia foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+2,2 p.p. e 2,1 p.p., respetivamente).

As exportações dos produtos de média-alta intensidade tecnológica também contribuíram positivamente (0,2 p.p.) para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 0,9%, com os produtos de baixa e média-baixa tecnologia a contribuírem positivamente para este acréscimo (1,3 p.p. e 0,4 p.p., respetivamente).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em milhões de Euros

Intensidade Tecnológica	2012	janeiro a novembro		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)	
		2012	2013	média 2007-12	2012-11	jan-nov 2013-12	2011	2012	jan-nov		2012	jan-nov 2013
									2012	2013		
EXPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	42 771	39 731	41 442	3,3	6,1	4,3	100,0	100,0	100,0	100,0	6,1	4,3
Alta tecnologia	3 121	2 902	2 829	-5,2	-1,8	-2,5	7,9	7,3	7,3	6,8	-0,1	-0,2
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 977	2 768	2 656	-5,4	-0,9	-4,0	7,5	7,0	7,0	6,4	-0,1	-0,3
Média-alta tecnologia	13 080	12 272	12 356	3,1	4,2	0,7	31,1	30,6	30,9	29,8	1,3	0,2
Média-baixa tecnologia	11 805	10 917	11 759	8,1	15,6	7,7	25,3	27,6	27,5	28,4	4,0	2,1
Baixa tecnologia	14 765	13 640	14 498	2,6	2,7	6,3	35,7	34,5	34,3	35,0	1,0	2,2
<i>Por memória:</i>												
Total das Exportações	45 259	42 019	43 847	3,4	5,7	4,4	100,0	100,0	100,0	100,0	5,7	4,4
Residual ^[3]	2 488	2 288	2 406	4,3	-1,3	5,1	5,9	5,5	5,4	5,5	-0,1	0,3
IMPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	42 738	39 544	39 899	-3,2	-9,6	0,9	100,0	100,0	100,0	100,0	-9,6	0,9
Alta tecnologia	6 496	5 999	5 750	-5,9	-5,5	-4,2	14,5	15,2	15,2	14,4	-0,8	-0,6
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	6 158	5 669	5 394	-5,5	-6,7	-4,9	14,0	14,5	14,5	13,6	-0,9	-0,7
Média-alta tecnologia	15 623	14 497	14 451	-3,6	-1,3	-0,3	37,2	36,6	36,7	36,2	-4,2	-0,1
Média-baixa tecnologia	8 060	7 442	7 587	-3,9	-12,7	2,0	19,5	18,9	18,8	19,0	-2,5	0,4
Baixa tecnologia	12 559	11 606	12 111	-0,5	-7,6	4,4	28,7	29,4	29,3	30,4	-2,2	1,3
<i>Por memória:</i>												
Total das Importações	56 166	51 891	52 229	-1,3	-5,2	0,7	100,0	100,0	100,0	100,0	-5,2	0,7
Residual ^[3]	13 428	12 347	12 329	6,8	12,6	-0,1	20,1	23,9	23,8	23,6	2,5	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

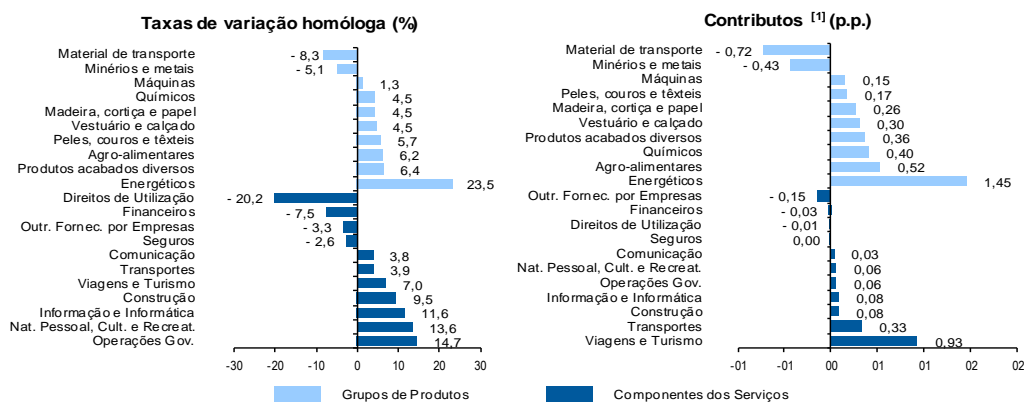
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de outubro de 2013, nos primeiros dez meses de 2013, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 5,0%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (3,0 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Nos primeiros dez meses de 2013, a componente dos Serviços representou 30,3% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (2,0 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 16,3% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (0,6%) em 0,3 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em outubro de 2013, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,45 p.p.) e dos “Agroalimentares” (+0,52 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+0,93 p.p.) e Transportes (+0,33 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em outubro de 2013



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (3,8%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	jan-out		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-out		média anual 07-12	12 meses [1]		jan-out	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013		VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	54 514	57 235	100,0	100,0	100,0	100,0	3,1	3,8	3,8	5,0	5,0
Bens	38 241	39 885	69,4	70,4	70,1	69,7	3,4	3,5	2,5	4,3	3,0
Serviços	16 273	17 350	30,6	29,6	29,9	30,3	2,4	4,6	1,4	6,6	2,0
Transportes	4 565	4 788	7,7	8,4	8,4	8,4	4,7	3,9	0,3	4,9	0,4
Viagens e Turismo	7 469	8 005	13,3	13,3	13,7	14,0	3,1	7,0	0,9	7,2	1,0
Comunicação	429	434	1,0	0,8	0,8	0,8	-1,4	3,8	0,0	1,2	0,0
Construção	454	506	1,1	0,9	0,8	0,9	-1,4	9,5	0,1	11,3	0,1
Seguros	83	81	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3	-2,6	0,0	-2,7	0,0
Financeiros	188	164	0,4	0,4	0,3	0,3	-0,4	-7,5	0,0	-12,9	0,0
Informação e Informática	381	425	0,4	0,7	0,7	0,7	15,0	11,6	0,1	11,3	0,1
Direito de Utilização	30	25	0,1	0,1	0,1	0,0	-10,2	-20,2	0,0	-18,4	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	2 242	2 441	5,6	4,1	4,1	4,3	-3,3	-3,3	-0,2	8,9	0,4
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	220	243	0,3	0,4	0,4	0,4	7,9	13,6	0,1	10,5	0,0
Operações Governamentais	211	239	0,3	0,4	0,4	0,4	8,6	14,7	0,1	13,4	0,1
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	54 390	54 739	100,0	100,0	100,0	100,0	-1,0	-0,4	-0,4	0,6	0,6
Bens	45 644	45 831	84,7	83,9	83,9	83,7	-1,2	-0,4	-0,3	0,4	0,3
Serviços	8 746	8 908	15,3	16,1	16,1	16,3	0,0	-0,6	-0,1	1,8	0,3
Transportes	2 740	2 850	4,9	5,0	5,0	5,2	-0,3	2,6	0,1	4,0	0,2
Viagens e Turismo	2 478	2 624	4,2	4,6	4,6	4,8	0,5	5,1	0,2	5,9	0,3
Comunicação	357	367	0,7	0,6	0,7	0,7	-3,6	0,3	0,0	2,7	0,0
Construção	83	100	0,2	0,2	0,2	0,2	-3,7	19,6	0,0	21,0	0,0
Seguros	209	194	0,3	0,4	0,4	0,4	5,4	-3,7	0,0	-6,9	0,0
Financeiros	373	226	0,3	0,7	0,7	0,4	16,0	-39,0	-0,3	-39,4	-0,3
Informação e Informática	316	350	0,4	0,6	0,6	0,6	4,7	2,1	0,0	10,8	0,1
Direito de Utilização	298	300	0,5	0,5	0,5	0,5	1,4	-0,8	0,0	0,7	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	1414	1438	3,0	2,6	2,6	2,6	-3,6	-7,9	-0,2	1,7	0,0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	406	387	0,5	0,8	0,7	0,7	6,0	-0,8	0,0	-4,6	0,0
Operações Governamentais	73	72	0,3	0,2	0,1	0,1	-13,1	9,5	0,0	-2,1	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até outubro de 2013.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Acompanhamento da Evolução do Comércio Internacional de Mercadorias de Portugal com Angola

Walter Anatole Marques ¹

Introdução

As exportações portuguesas de mercadorias, ainda muito centradas no espaço comunitário (71,1% do total em 2012) apesar da diversificação realizada nos últimos anos, encontram em Angola o seu 4.º mercado de destino em termos globais, com 6,6% do total em 2012, precedida da Espanha (22,5%), da Alemanha (12,4%) e da França (11,8%).

Angola é assim o 1.º mercado das nossas exportações para os Países Terceiros, à frente dos Estados Unidos da América, que ocuparam durante um largo período a posição dominante.

Numa fase em que se espera que as exportações nacionais sejam o motor da recuperação económica do país, e atendendo à perspetiva de alterações no relacionamento económico estratégico de Angola com o exterior, que parecem esboçar-se no horizonte, justifica-se um acompanhamento próximo, em termos estatísticos, da evolução das trocas de mercadorias entre os dois países, com ênfase no comportamento mensal das exportações para este importante mercado.

1- Balança Comercial de Mercadorias de Angola

De acordo com dados estatísticos divulgados pelo ITC – International Trade Centre, que correspondem a «*mirror statistics*» calculadas a partir de dados de base COMTRADE, da ONU, fornecidos pelos parceiros comerciais de Angola, a sua Balança Comercial de mercadorias face ao Mundo é francamente positiva, com elevados graus de cobertura das importações pelas exportações (*Quadro 1*).

**Quadro 1 – Balança Comercial de mercadorias de Angola face ao Mundo
com fonte ITC – International Trade Centre**

	<i>milhões de Euros</i>				
	2008	2009	2010	2011	2012
Importação (Cif)	13 909	12 557	11 813	11 983	15 203
<i>t.v.h.</i>	-	-9.7	-5.9	1.4	26.9
Exportação (Fob)	46 040	28 557	40 136	46 842	56 157
<i>t.v.h.</i>	-	-38.0	40.5	16.7	19.9
Saldo (Fob-Cif)	32 132	16 001	28 324	34 859	40 954
<i>t.v.h.</i>	-	-50.2	77.0	23.1	17.5
<i>Cobertura (Fob/Cif) [%]</i>	331.0	227.4	339.8	390.9	369.4

Fonte: A partir de dados de base do «International Trade Centre» (ITC) - (*mirror statistics*).

Recentemente, o Instituto Nacional de Estatística de Angola publicou o «Anuário de Estatísticas do Comércio Externo» para 2012 que, como era expectável, apresenta divergências em relação às «*mirror statistics*» do ITC, bastante mais acentuadas do lado das importações do que das exportações, aqui medidas em dólares americanos (*Quadro 2*).

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP).

**Quadro 2 – Balança Comercial de mercadorias de Angola face ao Mundo
com fonte INE de Angola e diferenciais face aos dados de fonte ITC**

1000 US\$

	ITC [1]		INE de Angola [2]		Diferencial [2]-[1]	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Importação (Cif) (a)	16 690 676	19 552 171	20 791 169	28 916 331	4 100 493	9 364 160
<i>t.v.h.</i>	-	17.1	-	39.1	-	-
Exportação (Fob)	65 242 879	72 222 896	66 427 390	70 863 076	1 184 511	-1 359 820
<i>t.v.h.</i>	-	10.7	-	6.7	-	-
Saldo (Fob-Cif)	48 552 203	52 670 725	45 636 221	41 946 745	-	-
<i>t.v.h.</i>	-	8.5	-	-8.1	-	-
Cobertura (Fob/Cif) [%]	390.9	369.4	319.5	245.1	-	-

(a) Os valores de Angola não incluem a Reimportação - 19 376 mil US\$ em 2011 e 35 857 mil US\$ em 2012.

Fonte: A partir de dados de base do «International Trade Centre» (ITC) - (*mirror statistics*) e do «Anuário de Estatísticas do Comércio Externo - 2012» do INE de Angola.

2- Principais Mercados das Trocas de Mercadorias de Angola

Os principais **mercados de destino e de origem** das trocas de mercadorias de Angola em 2012 e correspondentes posições no ano anterior, também aqui encontram divergências quando considerados na ótica do ITC ou do INE de Angola (*Quadro 3*).

Assim, enquanto segundo o ITC Portugal terá sido o 6.º destino das exportações angolanas em 2012, na ótica do INE de Angola não figura entre os doze principais mercados.

**Quadro 3 – Os principais mercados das trocas de mercadorias de Angola
- Janeiro a dezembro de 2011 e 2012 -
Destino das exportações angolanas**

Mercados	Fonte: ITC		Fonte: INE de Angola	
	2011	2012	2011	2012
	% do Total	nº de ordem	% do Total	nº de ordem
China	38.2	1	46.4	1
EUA	21.2	2	13.9	2
Índia	9.2	3	11.1	3
Taiwan	8.7	4	7.0	4
África SL	2.4	9	3.9	5
PORTUGAL	2.5	8	3.2	6
Canadá	3.8	5	2.7	7
Espanha	0.9	12	2.0	8
R.Unido	0.7	13	1.7	9
França	2.8	7	1.7	10
Itália	3.2	6	1.2	11
P.Baixos	1.4	10	1.0	12
Bélgica	0.4	14	0.8	13
Indonésia	0.2	15	0.7	14
Peru	1.1	11	0.6	15
<i>% do Total:</i>	96.6		97.8	

Mercados	Fonte: ITC		Fonte: INE de Angola	
	2011	2012	2011	2012
	% do Total	nº de ordem	% do Total	nº de ordem
China	36.7	1	47.6	1
Índia	10.3	3	9.8	2
EUA	16.0	2	9.3	3
Taiwan	8.1	5	6.6	4
Canadá	8.8	4	5.0	5
África SL	2.6	8	4.2	6
Espanha	1.0	10	2.3	7
França	3.3	7	1.7	8
Itália	3.4	6	1.5	9
P.Baixos	2.5	9	1.5	10
Israel	0.6	11	0.2	11
Bélgica	0.1	12	0.1	12
<i>% do Total:</i>	93.3		89.8	

(continua)

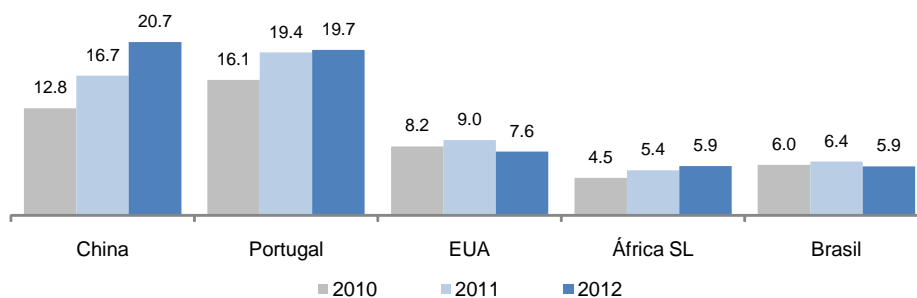
Origem das importações angolanas

Fonte: ITC					Fonte: INE de Angola				
Mercados	2011		2012		Mercados	2011		2012	
	% do Total	nº de ordem	% do Total	nº de ordem		% do Total	nº de ordem	% do Total	nº de ordem
China	16.7	2	20.7	1	PORTUGAL	16.6	1	18.7	1
PORTUGAL	19.4	1	19.7	2	China	8.8	2	12.2	2
EUA	9.0	3	7.6	3	EUA	8.4	4	7.1	3
África SL	5.4	5	5.9	4	África SL	4.6	5	5.3	4
Brasil	6.4	4	5.9	5	Brasil	4.5	6	5.1	5
França	4.9	6	3.6	6	R.Unido	3.8	8	3.9	6
R.Unido	3.6	7	3.3	7	França	4.1	7	3.8	7
Bélgica	2.2	9	2.9	8	Bélgica	3.0	9	3.6	8
P.Baixos	2.1	10	2.8	9	Emiratos	2.0	10	3.4	9
Índia	3.2	8	2.7	10	Japão	1.9	11	2.8	10
Alemanha	2.1	11	2.6	11	Índia	1.6	12	2.4	11
Coreia SL	1.3	15	2.1	12	P.Balxos	8.7	3	2.1	12
Espanha	2.1	12	2.1	13	Alemanha	1.6	13	1.5	13
Singapura	1.5	14	2.0	14	Itália	1.1	14	1.3	14
Itália	2.0	13	1.9	15	Namíbia	0.9	15	1.2	15
% do Total:		81.9	85.7		% do Total:		71.8	74.5	

Fonte: a partir de dados de base do «International Trade Centre» (ITC) - mirror statistics.

Já do lado das importações, enquanto Portugal, segundo o ITC, terá sido o 2.º fornecedor de Angola em 2012, depois da China, as posições invertem-se de acordo com as estatísticas angolanas, ocupando Portugal a primeira posição.

Gráfico 1 – Os 5 principais mercados de origem das importações angolanas (%)
(2010 a 2012 - Fonte ITC)



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo ITC (mirror statistics).

3- Comércio Externo de Angola por Agrupamento de Produtos

Em 2012, de acordo quer com os dados ITC quer com os do INE de Angola, mais de 98% das exportações angolanas centraram-se nos produtos “Energéticos”, essencialmente petróleo bruto.

No *Quadro 4* e *Gráfico 2* encontram-se relacionadas, por Agrupamentos de Produtos², as importações efetuadas por Angola de 2010 a 2012, com fonte ITC, individualizando-se as originárias dos seus cinco principais países fornecedores.

² Em *Anexo* encontra-se definido o conteúdo de cada Agrupamento de Produtos, com base na Nomenclatura Combinada (NC-2).

Quadro 4 - Importações em Angola por Agrupamentos de Produtos

com origem nos 5 principais mercados fornecedores de 2010 a 2012 (Fonte ITC)

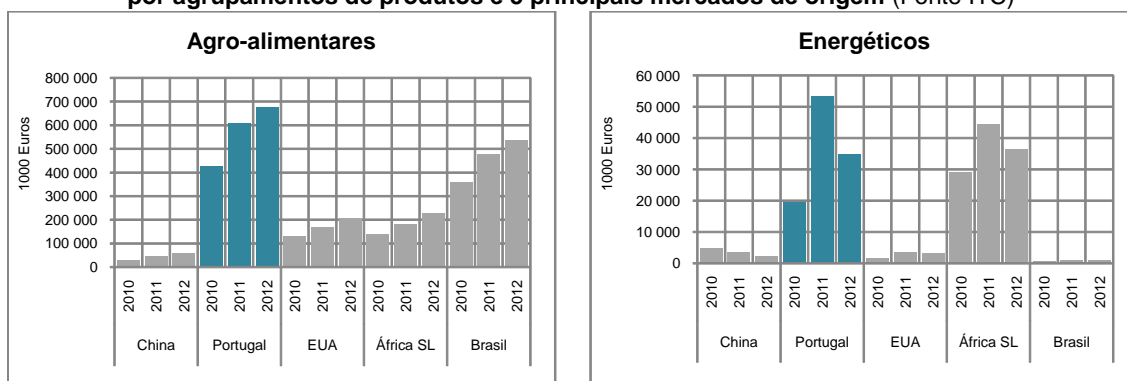
1000 Euros

Agrupamentos de Produtos	TOTAL			CHINA			PORTUGAL		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
TOTAL	11 812 952	11 983 238	15 202 869	1 509 069	1 998 910	3 140 863	1 907 490	2 329 842	2 997 794
000 Agro-alimentares	2 103 460	2 749 188	2 976 886	29 014	42 665	57 582	425 377	606 816	675 453
100 Energéticos	536 463	732 993	842 848	4 704	3 466	2 344	19 536	53 342	34 766
200 Químicos	869 486	1 169 016	1 579 567	111 006	196 410	326 126	201 488	271 484	351 524
300 Madeira, cortiça e Papel	204 482	265 566	282 185	41 242	82 864	69 476	82 946	103 916	122 838
400 Peles, couros e têxteis	204 581	233 000	303 586	70 588	85 439	135 595	28 636	34 922	42 998
500 Vestuário e calçado	231 279	222 745	305 083	122 696	102 265	178 738	37 986	49 892	60 912
600 Minérios e metais	1 702 707	1 612 097	1 980 921	355 865	523 549	613 098	251 115	318 046	461 376
700 Máquinas	3 279 746	2 734 611	4 048 150	418 459	532 325	809 460	482 066	506 335	741 325
800 Material de transporte	1 803 136	1 371 508	1 560 853	204 388	222 400	449 710	116 520	96 524	147 390
900 Prod. acabados diversos	877 612	892 514	1 322 788	151 107	207 527	498 734	261 820	288 565	359 213

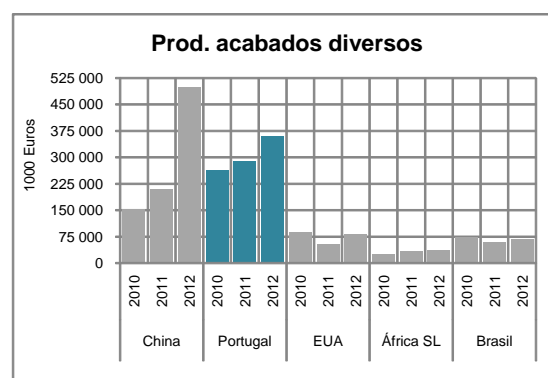
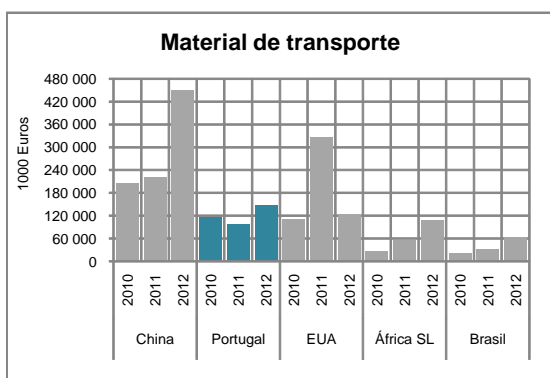
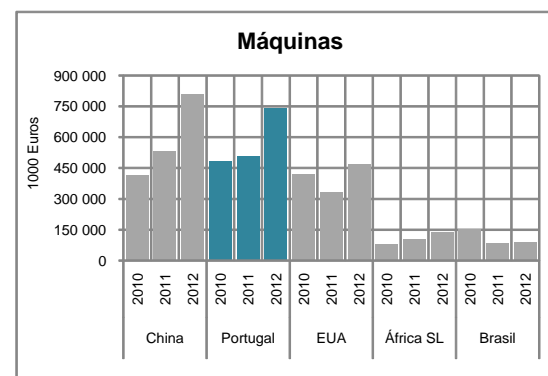
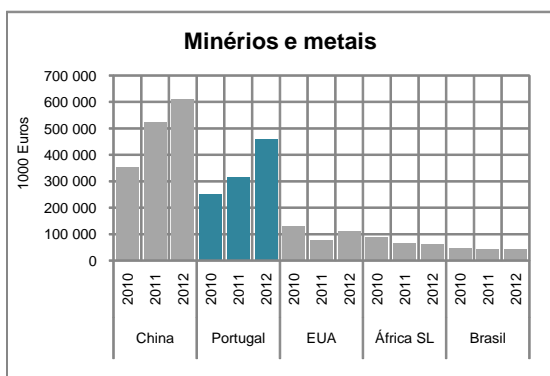
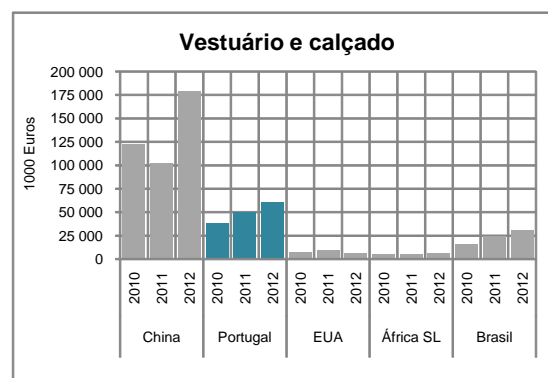
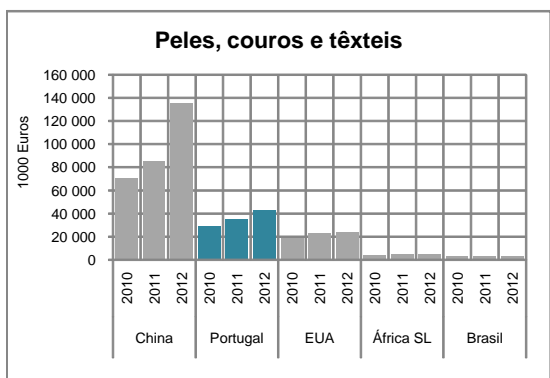
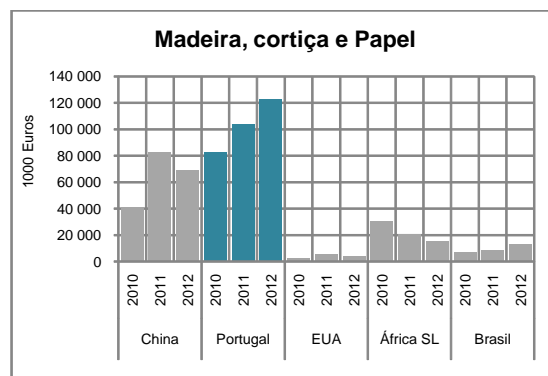
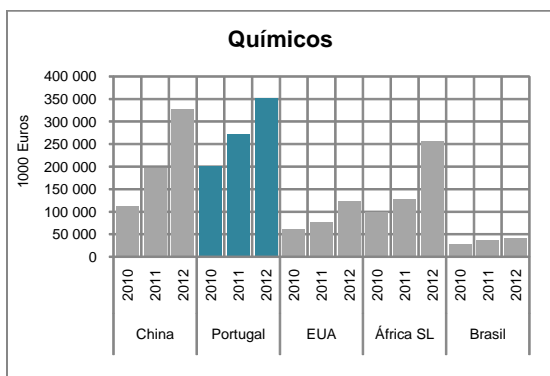
1000 Euros

Agrupamentos de Produtos	EUA			ÁFRICA SUL			BRASIL		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
TOTAL	972 675	1 077 603	1 158 141	527 219	644 536	895 713	710 833	770 757	889 943
000 Agro-alimentares	130 178	167 698	206 466	135 835	180 527	227 882	360 171	477 109	535 730
100 Energéticos	1 522	3 560	3 157	29 177	44 433	36 353	572	877	954
200 Químicos	61 809	75 113	122 844	99 046	127 431	257 276	27 040	35 561	40 270
300 Madeira, cortiça e Papel	2 355	5 360	4 579	31 025	20 850	15 473	7 574	8 898	12 972
400 Peles, couros e têxteis	18 592	23 220	23 393	4 434	5 166	4 628	3 491	3 464	3 447
500 Vestuário e calçado	7 124	9 496	6 164	5 436	5 142	5 885	16 070	24 551	30 958
600 Minérios e metais	128 979	78 313	112 788	90 504	68 001	61 866	47 837	44 067	45 869
700 Máquinas	422 450	333 528	471 989	78 821	105 386	140 957	154 103	86 734	89 929
800 Material de transporte	112 364	327 707	125 807	28 313	55 329	108 489	21 695	32 303	63 060
900 Prod. acabados diversos	87 302	53 609	80 954	24 627	32 272	36 906	72 280	57 192	66 755

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo ITC (mirror statistics).

Gráfico 2 – Importações em Angola por agrupamentos de produtos e 5 principais mercados de origem (Fonte ITC)

(continua)



Fonte: a partir de dados de base do «International Trade Centre» (ITC) - mirror statistics.

O Quadro 5 reproduz a estrutura dos agrupamentos para cada país e o Quadro 6 mostra-nos as quotas detidas por cada um deles.

Quadro 5 - Importações em Angola por Agrupamentos de Produtos com origem nos 5 principais mercados fornecedores – 2010 a 2012 (Fonte ITC)

Estrutura (%)

Agrupamentos de Produtos	TOTAL			CHINA			PORTUGAL		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
000 Agro-alimentares	17.8	22.9	19.6	1.9	2.1	1.8	22.3	26.0	22.5
100 Energéticos	4.5	6.1	5.5	0.3	0.2	0.1	1.0	2.3	1.2
200 Químicos	7.4	9.8	10.4	7.4	9.8	10.4	10.6	11.7	11.7
300 Madeira, cortiça e Papel	1.7	2.2	1.9	2.7	4.1	2.2	4.3	4.5	4.1
400 Peles, couros e têxteis	1.7	1.9	2.0	4.7	4.3	4.3	1.5	1.5	1.4
500 Vestuário e calçado	2.0	1.9	2.0	8.1	5.1	5.7	2.0	2.1	2.0
600 Minérios e metais	14.4	13.5	13.0	23.6	26.2	19.5	13.2	13.7	15.4
700 Máquinas	27.8	22.8	26.6	27.7	26.6	25.8	25.3	21.7	24.7
800 Material de transporte	15.3	11.4	10.3	13.5	11.1	14.3	6.1	4.1	4.9
900 Prod. acabados diversos	7.4	7.4	8.7	10.0	10.4	15.9	13.7	12.4	12.0

Agrupamentos de Produtos	EUA			ÁFRICA SUL			BRASIL		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
TOTAL	8.2	9.0	7.6	34.9	32.2	28.5	37.3	33.1	29.7
000 Agro-alimentares	1.1	1.4	1.4	9.0	9.0	7.3	18.9	20.5	17.9
100 Energéticos	0.0	0.0	0.0	1.9	2.2	1.2	0.0	0.0	0.0
200 Químicos	0.5	0.6	0.8	6.6	6.4	8.2	1.4	1.5	1.3
300 Madeira, cortiça e Papel	0.0	0.0	0.0	2.1	1.0	0.5	0.4	0.4	0.4
400 Peles, couros e têxteis	0.2	0.2	0.2	0.3	0.3	0.1	0.2	0.1	0.1
500 Vestuário e calçado	0.1	0.1	0.0	0.4	0.3	0.2	0.8	1.1	1.0
600 Minérios e metais	1.1	0.7	0.7	6.0	3.4	2.0	2.5	1.9	1.5
700 Máquinas	3.6	2.8	3.1	5.2	5.3	4.5	8.1	3.7	3.0
800 Material de transporte	1.0	2.7	0.8	1.9	2.8	3.5	1.1	1.4	2.1
900 Prod. acabados diversos	0.7	0.4	0.5	1.6	1.6	1.2	3.8	2.5	2.2

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo ITC (mirror statistics).

Quadro 6 - Importações em Angola por Agrupamentos de Produtos com origem nos 5 principais mercados fornecedores – 2010 a 2012 (Fonte ITC)

Quotas por cada Agrupamentos de Produtos (%)

Agrupamentos de Produtos	TOTAL			CHINA			PORTUGAL		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
TOTAL	100.0	100.0	100.0	12.8	16.7	20.7	16.1	19.4	19.7
000 Agro-alimentares	100.0	100.0	100.0	1.4	1.6	1.9	20.2	22.1	22.7
100 Energéticos	100.0	100.0	100.0	0.9	0.5	0.3	3.6	7.3	4.1
200 Químicos	100.0	100.0	100.0	12.8	16.8	20.6	23.2	23.2	22.3
300 Madeira, cortiça e Papel	100.0	100.0	100.0	20.2	31.2	24.6	40.6	39.1	43.5
400 Peles, couros e têxteis	100.0	100.0	100.0	34.5	36.7	44.7	14.0	15.0	14.2
500 Vestuário e calçado	100.0	100.0	100.0	53.1	45.9	58.6	16.4	22.4	20.0
600 Minérios e metais	100.0	100.0	100.0	20.9	32.5	31.0	14.7	19.7	23.3
700 Máquinas	100.0	100.0	100.0	12.8	19.5	20.0	14.7	18.5	18.3
800 Material de transporte	100.0	100.0	100.0	11.3	16.2	28.8	6.5	7.0	9.4
900 Prod. acabados diversos	100.0	100.0	100.0	17.2	23.3	37.7	29.8	32.3	27.2

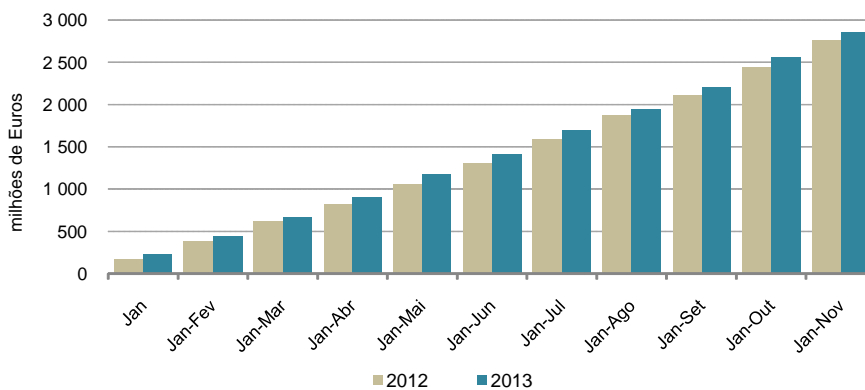
Agrupamentos de Produtos	EUA			ÁFRICA SUL			BRASIL		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
TOTAL	8.2	9.0	7.6	4.5	5.4	5.9	6.0	6.4	5.9
000 Agro-alimentares	6.2	6.1	6.9	6.5	6.6	7.7	17.1	17.4	18.0
100 Energéticos	0.3	0.5	0.4	5.4	6.1	4.3	0.1	0.1	0.1
200 Químicos	7.1	6.4	7.8	11.4	10.9	16.3	3.1	3.0	2.5
300 Madeira, cortiça e Papel	1.2	2.0	1.6	15.2	7.9	5.5	3.7	3.4	4.6
400 Peles, couros e têxteis	9.1	10.0	7.7	2.2	2.2	1.5	1.7	1.5	1.1
500 Vestuário e calçado	3.1	4.3	2.0	2.4	2.3	1.9	6.9	11.0	10.1
600 Minérios e metais	7.6	4.9	5.7	5.3	4.2	3.1	2.8	2.7	2.3
700 Máquinas	12.9	12.2	11.7	2.4	3.9	3.5	4.7	3.2	2.2
800 Material de transporte	6.2	23.9	8.1	1.6	4.0	7.0	1.2	2.4	4.0
900 Prod. acabados diversos	9.9	6.0	6.1	2.8	3.6	2.8	8.2	6.4	5.0

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo ITC (mirror statistics).

4- Comércio Internacional de Mercadorias de Portugal com Angola

As exportações portuguesas de mercadorias para Angola, quando consideradas por meses acumulados, cresceram sempre, entre Janeiro e Novembro de 2013, face às do período homólogo de 2012 (Gráfico 3).

**Gráfico 3 - Exportações portuguesas para Angola
por meses acumulados
Janeiro a Novembro de 2012 e 2013**



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Os quadros que se seguem, construídos a partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística de Portugal, sintetizam a evolução mensal em valor das trocas de mercadorias entre Portugal e Angola, por meses não acumulados e por meses acumulados, em 2011, 2012 e até novembro de 2013, designadamente no que se refere à Balança Comercial, às importações e às Exportações por Agrupamentos de Produtos.

Quadro 7 – Balança Comercial de Portugal com Angola 2012 e 2013 (valores não acumulados)

2012		1000 Euros e %											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Importações (cif)	157 434	245 625	172 570	273	183 781	95 375	75 566	251 679	258 846	162 817	401	176 509	
TVH (%)	14.6	250.2	68107.1	-31.1	141.5	37.8	3.9	71.7	65635.6	-46.3	-99.7	18.8	
Peso no Total (%)	3.4	5.3	3.4	0.0	3.7	2.1	1.6	5.7	5.5	3.2	0.0	4.1	
Exportações (fob)	174 831	215 964	230 358	198 207	243 415	243 031	283 276	289 872	235 520	325 055	319 196	232 078	
TVH	21.7	35.8	30.7	29.4	61.4	41.1	53.1	39.4	1.4	27.5	24.2	-2.4	
Peso no Total (%)	4.8	5.7	5.6	5.6	6.0	6.1	7.0	8.7	6.6	8.0	8.1	7.2	
Saldo (fob-cif)	17 397	- 29 662	57 788	197 935	59 634	147 656	207 710	38 193	- 23 325	162 238	318 795	55 569	
TVH (%)	174.7	-133.4	-67.2	29.6	-20.1	43.4	84.9	-37.7	-110.1	-435.6	204.8	-37.7	
Cobertura (fob/cif)	111.1	87.9	133.5	72719.3	132.4	254.8	374.9	115.2	91.0	199.6	79533.8	131.5	

Contributos de Angola para a taxa de crescimento anual das exportações portuguesas (em pontos percentuais)^[1] :

TVH global	12.8	12.5	8.7	2.1	7.1	9.0	6.2	12.9	-6.2	6.0	0.4	-1.0
Contributo de Angola (p.p)	1.0	1.7	1.4	1.3	2.5	1.9	2.6	2.8	0.1	1.8	1.6	-0.2

2013		1000 Euros e %											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Importações (cif)	262 874	208 939	335 514	320 076	233 501	232 976	231 666	245 771	94 900	318 449	147 383		
TVH (%)	67.0	-14.9	94.4	117331.1	27.1	144.3	206.6	-2.3	-63.3	95.6	36623.2		
Peso no Total (%)	5.9	4.7	7.2	6.6	4.8	5.1	4.5	5.8	2.0	6.0	3.1		
Exportações (fob)	233 193	211 795	221 019	245 153	268 861	232 123	280 987	256 976	255 804	348 243	299 786		
TVH	33.4	-1.9	-4.1	23.7	10.5	-4.5	-0.8	-11.3	8.6	7.1	-6.1		
Peso no Total (%)	6.0	5.8	5.5	6.0	6.3	5.9	6.4	7.7	6.5	8.2	7.1		
Saldo (fob-cif)	- 29 681	2 856	- 114 496	- 74 923	35 360	- 853	49 320	11 205	160 904	29 794	152 403		
TVH (%)	-270.6	-109.6	-298.1	-137.9	-40.7	-100.6	-76.3	-70.7	-789.8	-81.6	-52.2		
Cobertura (fob/cif)	88.7	101.4	65.9	76.6	115.1	99.6	121.3	104.6	269.6	109.4	203.4		

Contributos de Angola para a taxa de crescimento anual das exportações portuguesas (em pontos percentuais)^[1] :

TVH global	7.11	-2.87	-3.30	15.34	5.28	-0.93	7.44	-0.34	9.54	4.48	7.22	
Contributo de Angola (p.p)	1.6	-0.1	-0.2	1.3	0.6	-0.3	-0.1	-1.0	0.6	0.6	-0.5	

[1] Análise shift-share : (TVH) x (peso relativo do país ou agregado no ano anterior) ÷ 100.

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Gráfico 4 – Balança Comercial de Portugal com Angola por meses em 2012 e 2013 (milhões de euros)

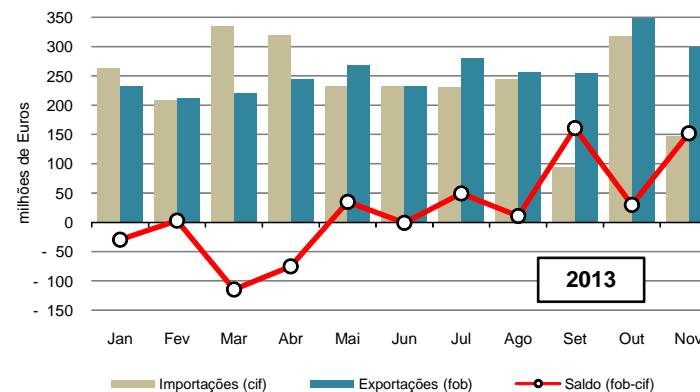
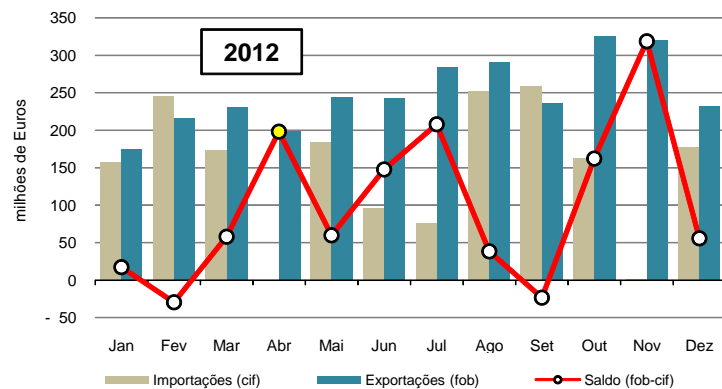
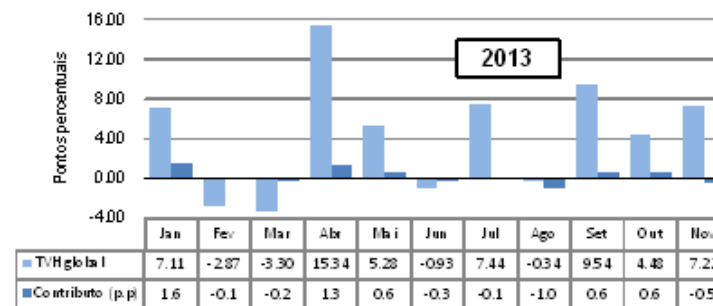
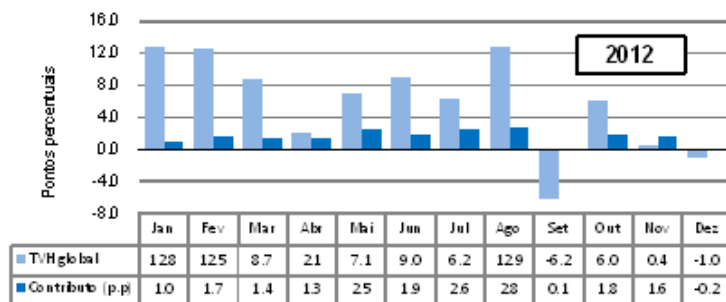


Gráfico 5 – Contributos de Angola para o crescimento das exportações portuguesas por meses em 2012 e 2013 (em pontos percentuais)



[1] Análise shift-share : (TVH) x (peso relativo do país ou agregado no ano anterior) - 100.
 Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Quadro 8 – Balança Comercial de Portugal com Angola 2012 e 2013 (valores acumulados)

2012												
	Jan	Jan-Fev	Jan-Mar	Jan-Abr	Jan-Mai	Jan-Jun	Jan-Jul	Jan-Ago	Jan-Set	Jan-Out	Jan-Nov	Jan-Dez
Importações (cif)	157 434	403 059	575 629	575 902	759 683	855 058	930 624	1 182 303	1 441 149	1 603 966	1 604 367	1 780 876
TVH (%)	14,6	94,3	177,1	176,7	167,3	141,9	118,4	106,4	151,4	83,0	55,9	51,2
Peso no Total (%)	3,4	4,3	4,0	3,1	3,2	3,0	2,8	3,2	3,4	3,4	3,1	3,2
Exportações (fob)	174 831	390 794	621 153	819 360	1 062 775	1 305 806	1 589 083	1 878 954	2 114 475	2 439 530	2 758 726	2 990 805
TVH (%)	21,7	29,1	29,7	29,6	35,8	36,7	39,4	39,4	33,8	32,9	31,9	28,4
Peso no Total (%)	4,8	5,3	5,4	5,4	5,6	5,7	5,9	6,2	6,2	6,4	6,6	6,6
Saldo (fob-cif)	17 397	-12 265	45 523	243 458	303 092	450 748	658 458	696 652	673 326	835 564	1 154 359	1 209 929
TVH (%)	174,7	-112,9	-83,2	-42,6	-39,2	-25,1	-7,8	-10,1	-33,1	-12,8	8,6	5,0
Cobertura (fob/cif)	111,1	97,0	107,9	142,3	139,9	152,7	170,8	158,9	146,7	152,1	172,0	167,9
Contributos de Angola para a taxa de crescimento anual das exportações portuguesas (em pontos percentuais) ^[1] :												
TVH global	12,8	12,7	11,2	9,0	8,6	8,6	8,3	8,8	7,0	6,9	6,2	5,7
Contributo (p.p)	1,0	1,3	1,4	1,4	1,6	1,7	1,8	1,9	1,7	1,7	1,7	1,5
2013												
	Jan	Jan-Fev	Jan-Mar	Jan-Abr	Jan-Mai	Jan-Jun	Jan-Jul	Jan-Ago	Jan-Set	Jan-Out	Jan-Nov	Jan-Dez
Importações (cif)	262 874	471 814	807 328	1 127 404	1 360 905	1 593 881	1 825 547	2 071 318	2 166 218	2 484 667	2 632 049	
TVH (%)	67,0	17,1	40,3	95,8	79,1	86,4	98,2	75,2	50,3	54,9	64,1	
Peso no Total (%)	5,9	5,3	6,0	6,1	5,9	5,7	5,5	5,6	5,1	5,2	5,0	
Exportações (fob)	233 193	444 989	666 007	911 161	1 180 021	1 412 144	1 693 131	1 950 107	2 205 910	2 554 153	2 853 939	
TVH (%)	33,4	13,9	7,2	11,2	11,0	8,1	6,5	3,8	4,3	4,7	3,5	
Peso no Total (%)	6,0	5,9	5,8	5,8	5,9	5,9	6,0	6,2	6,2	6,4	6,5	
Saldo (fob-cif)	-29 681	-26 825	-141 321	-216 243	-180 884	-181 737	-132 416	-121 211	39 693	69 487	221 890	
TVH (%)	-270,6	118,7	-410,4	-188,8	-159,7	-140,3	-120,1	-117,4	-94,1	-91,7	-80,8	
Cobertura (fob/cif)	88,7	94,3	82,5	80,8	86,7	88,6	92,7	94,1	101,8	102,8	108,4	
Contributos de Angola para a taxa de crescimento anual das exportações portuguesas (em pontos percentuais) ^[1] :												
TVH global	7,11	2,00	0,10	3,68	4,02	3,17	3,81	3,36	4,01	4,06	4,35	
Contributo (p.p)	1,6	0,7	0,4	0,6	0,8	0,5	0,4	0,2	0,3	0,3	0,2	

[1] Análise shift-share : (TVH) x (peso relativo do país ou agregado no ano anterior) + 100.

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Gráfico 6 – Balança Comercial de Portugal com Angola por meses em 2012 e 2013 (milhões de euros)

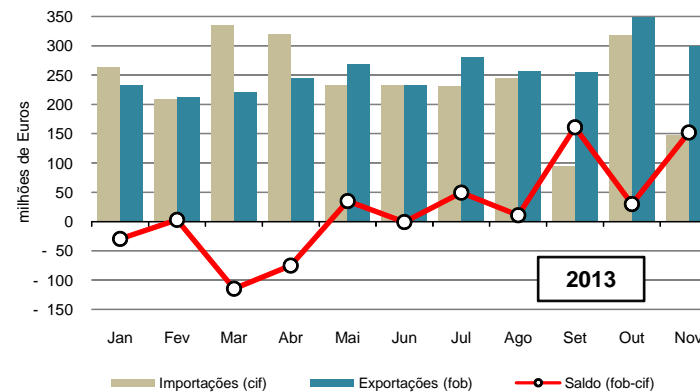
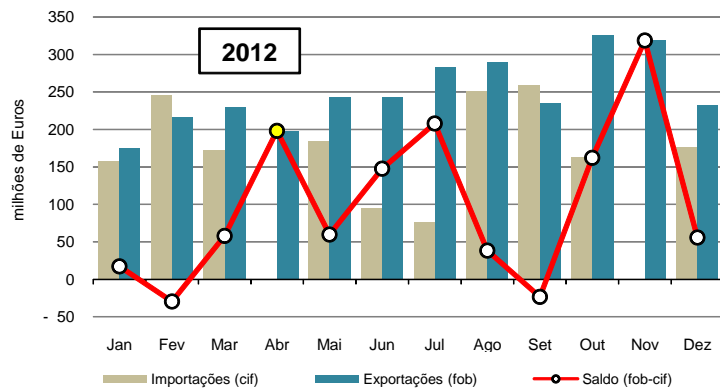
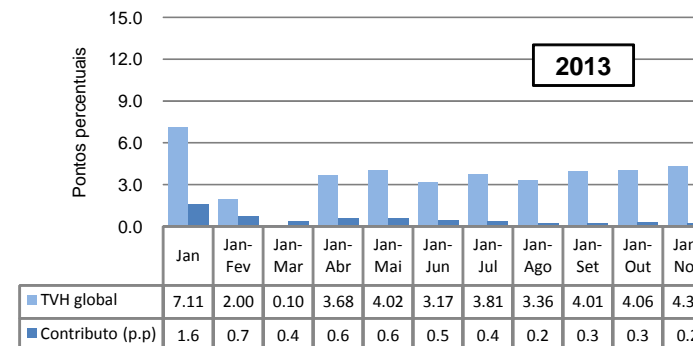
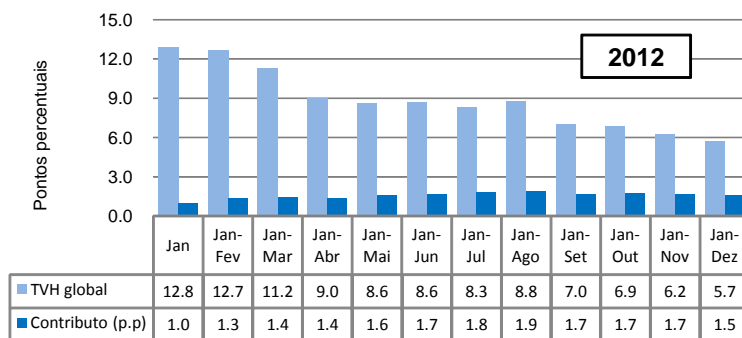


Gráfico 7 – Contributos de Angola para o crescimento das exportações portuguesas por meses em 2012 e 2013 (em pontos percentuais)



[1] Análise shift-share : (TVH) x (peso relativo do país ou agregado no ano anterior) ÷ 100.

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Quadro 9 – Importações portuguesas por agrupamentos de produtos com origem em Angola por meses (não acumulados) estrutura e sinal da evolução homóloga – 2011 a 2013

1000 Euros	1º Trimestre														
	Janeiro					Fevereiro					Março				
	1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)	
	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013
TOTAL	137 354	157 434 ↗	262 874 ↗	100.0	100.0	70 136	245 625 ↗	208 939 ↘	100.0	100.0	253	172 570 ↗	335 514 ↗	100.0	100.0
Agro-alimentares	0	47 ↗	162 ↗	0.0	0.1	0	63 ↗	0 ↘	0.0	0.0	29	107 ↗	0 ↘	0.1	0.0
Energéticos	137 018	156 855 ↗	262 143 ↗	99.6	99.7	69 211	245 464 ↗	208 619 ↘	99.9	99.8	0	172 265 ↗	335 276 ↗	99.8	99.9
Químicos	14	4 ↘	4 ↗	0.0	0.0	0	1 ↗	0 ↘	0.0	0.0	0	0 ↗	0 ↘	0.0	0.0
Madeira, cortiça e Papel	50	2 ↘	162 ↗	0.0	0.1	182	0 ↘	17 ↗	0.0	0.0	107	130 ↗	84 ↘	0.1	0.0
Peles, couros e têxteis	0	45 ↗	4 ↘	0.0	0.0	0	0	0	0.0	0.0	5	0 ↘	0	0.0	0.0
Vestuário e calçado	2	0 ↘	5 ↗	0.0	0.0	0	0	2 ↗	0.0	0.0	1	1 ↗	0 ↘	0.0	0.0
Minérios e metais	49	106 ↗	112 ↗	0.1	0.0	0	7 ↗	11 ↗	0.0	0.0	42	35 ↘	35 ↗	0.0	0.0
Máquinas	98	172 ↗	140 ↘	0.1	0.1	601	57 ↘	85 ↗	0.0	0.0	18	5 ↘	27 ↗	0.0	0.0
Material de transporte	108	165 ↗	101 ↘	0.1	0.0	1	30 ↗	27 ↘	0.0	0.0	0	3 ↗	27 ↗	0.0	0.0
Prod. acabados diversos	15	38 ↗	42 ↗	0.0	0.0	141	4 ↘	179 ↗	0.0	0.1	51	25 ↘	65 ↗	0.0	0.0

1000 Euros	2º Trimestre														
	Abril					Maio					Junho				
	1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)	
	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013
TOTAL	396	273 ↘	320 076 ↗	100.0	100.0	76 114	183 781 ↗	233 501 ↗	100.0	100.0	69 222	95 375 ↗	232 976 ↗	100.0	100.0
Agro-alimentares	27	53 ↗	0 ↘	19.6	0.0	54	70 ↗	14 ↘	0.0	0.0	108	14 ↘	0 ↘	0.0	0.0
Energéticos	0	0	319 756 ↗	0.0	99.9	74 958	183 369 ↗	233 147 ↗	99.8	99.8	68 827	94 716 ↗	232 802 ↗	99.3	99.9
Químicos	0	1 ↗	0 ↘	0.5	0.0	10	0 ↘	0 ↗	0.0	0.0	12	2 ↘	0 ↘	0.0	0.0
Madeira, cortiça e Papel	2	0 ↘	138 ↗	0.0	0.0	7	0 ↘	133 ↗	0.0	0.1	140	1 ↘	1 ↗	0.0	0.0
Peles, couros e têxteis	0	0	0	0.0	0.0	0	0 ↘	0	0.0	0.0	6	0 ↘	0 ↘	0.0	0.0
Vestuário e calçado	0	0	3 ↗	0.0	0.0	0	2 ↗	0 ↘	0.0	0.0	0	3 ↗	0 ↘	0.0	0.0
Minérios e metais	1	8 ↗	60 ↗	2.9	0.0	60	41 ↘	3 ↘	0.0	0.0	29	62 ↗	9 ↗	0.1	0.0
Máquinas	193	24 ↘	42 ↗	9.0	0.0	466	143 ↘	69 ↘	0.1	0.0	87	512 ↗	84 ↘	0.5	0.0
Material de transporte	171	6 ↘	1 ↘	2.4	0.0	556	61 ↘	1 ↘	0.0	0.0	1	13 ↗	69 ↗	0.0	0.0
Prod. acabados diversos	2	179 ↗	76 ↘	65.6	0.0	3	95 ↗	134 ↗	0.1	0.1	12	53 ↗	10 ↘	0.1	0.0

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

(continua)

Quadro 9 – Importações portuguesas por agrupamentos de produtos com origem em Angola por meses (não acumulados) estrutura e sinal da evolução homóloga – 2011 a 2013 (continuação)

1000 Euros	3º Trimestre														
	Julho					Agosto					Setembro				
	1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)	
	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013
TOTAL	72 695	75 566 ↗	231 666 ↗	100.0	100.0	146 614	251 679 ↗	245 771 ↘	100.0	100.0	394	258 846 ↗	94 900 ↘	100.0	100.0
Agro-alimentares	95	107 ↗	116 ↗	0.1	0.0	1 879	121 ↘	22 ↘	0.0	0.0	35	198 ↗	38 ↘	0.1	0.0
Energéticos	72 526	75 159 ↗	230 998 ↗	99.5	99.7	144 515	251 387 ↗	245 565 ↘	99.9	99.9	0	258 428 ↗	94 515 ↘	99.8	99.6
Químicos	0	2 ↗	0 ↘	0.0	0.0	1	0 ↘	19 ↗	0.0	0.0	10	0 ↘	0 ↘	0.0	0.0
Madeira, cortiça e Papel	0	0	4 ↗	0.0	0.0	4	0 ↘	7 ↗	0.0	0.0	237	2 ↘	111 ↗	0.0	0.1
Peles, couros e têxteis	0	0	5 ↗	0.0	0.0	3	21 ↗	0 ↘	0.0	0.0	7	7 ↘	2 ↘	0.0	0.0
Vestuário e calçado	2	0 ↘	0 ↗	0.0	0.0	1	2 ↗	1 ↘	0.0	0.0	3	0 ↘	0 ↘	0.0	0.0
Minérios e metais	32	54 ↗	90 ↗	0.1	0.0	37	0 ↘	1 ↗	0.0	0.0	43	5 ↘	2 ↘	0.0	0.0
Máquinas	37	141 ↗	244 ↗	0.2	0.1	118	52 ↘	79 ↗	0.0	0.0	29	75 ↗	98 ↗	0.0	0.1
Material de transporte	0	23 ↗	85 ↗	0.0	0.0	25	22 ↘	51 ↗	0.0	0.0	0	17 ↗	96 ↗	0.0	0.1
Prod. acabados diversos	2	80 ↗	125 ↗	0.1	0.1	30	74 ↗	25 ↘	0.0	0.0	29	113 ↗	37 ↘	0.0	0.0

1000 Euros	4º Trimestre														
	Outubro					Novembro					Dezembro				
	1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)	
	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013
TOTAL	303 322	162 817 ↘	318 449 ↗	100.0	100.0	152 466	401 ↘	147 383 ↗	100.0	100.0	148 537	176 509 ↗		100.0	
Agro-alimentares	1	32 ↗	23 ↘	0.0	0.0	25	16 ↘	54 ↗	4.0	0.0	87	0 ↘		0.0	
Energéticos	302 541	162 241 ↘	317 846 ↗	99.6	99.8	152 030	0 ↘	147 178 ↗	0.0	99.9	147 800	176 193 ↗		99.8	
Químicos	0	0	20 ↗	0.0	0.0	0	0 ↘	0	0.0	0.0	20	0 ↘		0.0	
Madeira, cortiça e Papel	2	1 ↘	0 ↘	0.0	0.0	0	207 ↗	79 ↘	51.5	0.1	120	0 ↘		0.0	
Peles, couros e têxteis	0	1 ↗	0 ↘	0.0	0.0	0	0	2 ↗	0.0	0.0	4	0 ↘		0.0	
Vestuário e calçado	0	0	0	0.0	0.0	0	0	0 ↗	0.0	0.0	4	0 ↘		0.0	
Minérios e metais	286	4 ↘	177 ↗	0.0	0.1	0	8 ↗	5 ↘	1.9	0.0	112	30 ↘		0.0	
Máquinas	94	82 ↘	96 ↗	0.1	0.0	55	65 ↗	40 ↘	16.2	0.0	156	92 ↘		0.1	
Material de transporte	4	28 ↗	146 ↗	0.0	0.0	47	33 ↘	2 ↘	8.2	0.0	3	0 ↘		0.0	
Prod. acabados diversos	393	428 ↗	142 ↘	0.3	0.0	309	73 ↘	22 ↘	18.1	0.0	231	194 ↘		0.1	

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Quadro 10 – Importações portuguesas por agrupamentos de produtos com origem em Angola por meses (acumulados) estrutura e sinal da evolução
homóloga – 2011 a 2013

1000 Euros	1º Trimestre															
	Agrupamentos de Produtos	Janeiro					Janeiro a Fevereiro					Janeiro a Março				
		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)	
		2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013
TOTAL	137 354	157 434 ↗	262 874 ↗	100.0	100.0	207 489	403 059 ↗	471 814 ↗	100.0	100.0	207 742	575 629 ↗	807 328 ↗	100.0	100.0	
Agro-alimentares	0	47 ↗	162 ↗	0.0	0.1	0	109 ↗	162 ↗	0.0	0.0	29	216 ↗	162 ↘	0.0	0.0	
Energéticos	137 018	156 855 ↗	262 143 ↗	99.6	99.7	206 229	402 319 ↗	470 762 ↗	99.8	99.8	206 229	574 584 ↗	806 038 ↗	99.8	99.8	
Químicos	14	4 ↘	4 ↗	0.0	0.0	14	5 ↘	5 ↘	0.0	0.0	14	5 ↘	5 ↘	0.0	0.0	
Madeira, cortiça e Papel	50	2 ↘	162 ↗	0.0	0.1	232	2 ↘	179 ↗	0.0	0.0	338	132 ↘	263 ↗	0.0	0.0	
Peles, couros e têxteis	0	45 ↗	4 ↘	0.0	0.0	0	45 ↗	4 ↘	0.0	0.0	5	45 ↗	4 ↘	0.0	0.0	
Vestuário e calçado	2	0 ↘	5 ↗	0.0	0.0	2	0 ↘	6 ↗	0.0	0.0	3	1 ↘	6 ↗	0.0	0.0	
Minérios e metais	49	106 ↗	112 ↗	0.1	0.0	49	113 ↗	122 ↗	0.0	0.0	91	147 ↗	157 ↗	0.0	0.0	
Máquinas	98	172 ↗	140 ↘	0.1	0.1	699	229 ↘	225 ↘	0.1	0.0	717	234 ↘	252 ↗	0.0	0.0	
Material de transporte	108	165 ↗	101 ↘	0.1	0.0	108	195 ↗	128 ↘	0.0	0.0	109	197 ↗	155 ↘	0.0	0.0	
Prod. acabados diversos	15	38 ↗	42 ↗	0.0	0.0	156	42 ↘	221 ↗	0.0	0.0	207	67 ↘	286 ↗	0.0	0.0	

1000 Euros	2º Trimestre															
	Agrupamentos de Produtos	Janeiro a Abril					Janeiro a Maio					Janeiro a Junho				
		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)	
		2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013
TOTAL	208 138	575 902 ↗	1 127 404 ↗	100.0	100.0	284 251	759 683 ↗	1 360 905 ↗	100.0	100.0	353 474	855 058 ↗	1 593 881 ↗	100.0	100.0	
Agro-alimentares	56	270 ↗	162 ↘	0.0	0.0	110	340 ↗	176 ↘	0.0	0.0	218	354 ↗	176 ↘	0.0	0.0	
Energéticos	206 229	574 584 ↗	1 125 794 ↗	99.8	99.9	281 186	757 953 ↗	1 358 941 ↗	99.8	99.9	350 013	852 669 ↗	1 591 743 ↗	99.7	99.9	
Químicos	14	6 ↘	5 ↘	0.0	0.0	24	6 ↘	5 ↘	0.0	0.0	36	9 ↘	5 ↘	0.0	0.0	
Madeira, cortiça e Papel	340	132 ↘	402 ↗	0.0	0.0	347	132 ↘	535 ↗	0.0	0.0	488	132 ↘	535 ↗	0.0	0.0	
Peles, couros e têxteis	5	45 ↗	4 ↘	0.0	0.0	6	45 ↗	4 ↘	0.0	0.0	12	45 ↗	4 ↘	0.0	0.0	
Vestuário e calçado	3	1 ↘	9 ↗	0.0	0.0	3	3 ↘	9 ↗	0.0	0.0	3	6 ↗	9 ↗	0.0	0.0	
Minérios e metais	92	155 ↗	217 ↗	0.0	0.0	152	197 ↗	221 ↗	0.0	0.0	181	258 ↗	230 ↗	0.0	0.0	
Máquinas	910	258 ↘	294 ↗	0.0	0.0	1 376	402 ↘	363 ↘	0.1	0.0	1 463	914 ↘	447 ↘	0.1	0.0	
Material de transporte	279	204 ↘	156 ↘	0.0	0.0	835	264 ↘	157 ↘	0.0	0.0	836	277 ↘	226 ↘	0.0	0.0	
Prod. acabados diversos	209	246 ↗	361 ↗	0.0	0.0	212	341 ↗	495 ↗	0.0	0.0	224	393 ↗	505 ↗	0.0	0.0	

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

(continua)

Quadro 10 – Importações portuguesas por agrupamentos de produtos com origem em Angola por meses (acumulados) estrutura e sinal da evolução homóloga – 2011 a 2013 (continuação)

1000 Euros	3º Trimestre														
	Janeiro a Julho					Janeiro a Agosto					Janeiro a Setembro				
	1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)	
	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013
TOTAL	426 169	930 624 ↗	1 825 547 ↗	100.0	100.0	572 782	1 182 303 ↗	2 071 318 ↗	100.0	100.0	573 176	1 441 149 ↗	2 166 218 ↗	100.0	100.0
Agro-alimentares	313	461 ↗	291 ↘	0.0	0.0	2 191	582 ↘	313 ↘	0.0	0.0	2 226	779 ↘	352 ↘	0.1	0.0
Energéticos	422 540	927 828 ↗	1 822 741 ↗	99.7	99.8	567 055	1 179 215 ↗	2 068 305 ↗	99.7	99.9	567 055	1 437 644 ↗	2 162 820 ↗	99.8	99.8
Químicos	36	11 ↘	5 ↘	0.0	0.0	37	11 ↘	24 ↗	0.0	0.0	48	11 ↘	24 ↗	0.0	0.0
Madeira, cortiça e Papel	488	132 ↘	539 ↗	0.0	0.0	492	133 ↘	546 ↗	0.0	0.0	729	134 ↘	657 ↗	0.0	0.0
Peles, couros e têxteis	12	45 ↗	9 ↘	0.0	0.0	15	66 ↗	9 ↘	0.0	0.0	22	73 ↗	11 ↘	0.0	0.0
Vestuário e calçado	5	6 ↗	9 ↗	0.0	0.0	6	8 ↗	10 ↗	0.0	0.0	9	8 ↘	10 ↗	0.0	0.0
Minérios e metais	213	312 ↗	320 ↗	0.0	0.0	250	312 ↗	321 ↗	0.0	0.0	293	317 ↗	323 ↗	0.0	0.0
Máquinas	1 500	1 055 ↘	692 ↘	0.1	0.0	1 618	1 107 ↘	771 ↘	0.1	0.0	1 647	1 182 ↘	868 ↘	0.1	0.0
Material de transporte	836	300 ↘	311 ↗	0.0	0.0	861	322 ↘	362 ↗	0.0	0.0	861	339 ↘	458 ↗	0.0	0.0
Prod. acabados diversos	226	473 ↗	631 ↗	0.1	0.0	257	548 ↗	656 ↗	0.0	0.0	286	661 ↗	693 ↗	0.0	0.0

1000 Euros	4º Trimestre														
	Janeiro a Outubro					Janeiro a Novembro					Janeiro a Dezembro				
	1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)	
	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013
TOTAL	876 498	1 603 966 ↗	2 484 667 ↗	100.0	100.0	1 028 964	1 604 367 ↗	2 632 049 ↗	100.0	100.0	1 177 501	1 780 876 ↗		100.0	
Agro-alimentares	2 227	812 ↘	375 ↘	0.1	0.0	2 251	828 ↘	429 ↘	0.1	0.0	2 338	828 ↘		0.0	
Energéticos	869 595	1 599 885 ↗	2 480 666 ↗	99.7	99.8	1 021 625	1 599 885 ↗	2 627 844 ↗	99.7	99.8	1 169 425	1 776 078 ↗		99.7	
Químicos	48	11 ↘	44 ↗	0.0	0.0	48	11 ↘	44 ↗	0.0	0.0	68	11 ↘		0.0	
Madeira, cortiça e Papel	731	135 ↘	657 ↗	0.0	0.0	731	342 ↘	737 ↗	0.0	0.0	852	342 ↘		0.0	
Peles, couros e têxteis	22	75 ↗	11 ↘	0.0	0.0	22	75 ↗	12 ↘	0.0	0.0	26	75 ↗		0.0	
Vestuário e calçado	9	8 ↘	10 ↗	0.0	0.0	9	8 ↘	11 ↗	0.0	0.0	13	8 ↘		0.0	
Minérios e metais	579	321 ↘	500 ↗	0.0	0.0	579	329 ↘	505 ↗	0.0	0.0	692	358 ↘		0.0	
Máquinas	1 741	1 264 ↘	964 ↘	0.1	0.0	1 796	1 329 ↘	1 004 ↘	0.1	0.0	1 953	1 421 ↘		0.1	
Material de transporte	866	367 ↘	604 ↗	0.0	0.0	913	400 ↘	606 ↗	0.0	0.0	916	400 ↘		0.0	
Prod. acabados diversos	679	1 088 ↗	836 ↘	0.1	0.0	988	1 161 ↗	858 ↘	0.1	0.0	1 219	1 355 ↗		0.1	

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Quadro 11 – Exportações portuguesas por agrupamentos de produtos com destino a Angola por meses (não acumulados) estrutura e sinal da evolução homóloga – 2011 a 2013

1000 Euros	1º Trimestre														
	Janeiro					Fevereiro					Março				
	1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)	
	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013
TOTAL	143 686	174 831 ↗	233 193 ↗	100.0	100.0	159 010	215 964 ↗	211 795 ↘	100.0	100.0	176 239	230 358 ↗	221 019 ↘	100.0	100.0
Agro-alimentares	36 158	47 392 ↗	61 424 ↗	27.1	26.3	33 653	41 733 ↗	50 223 ↗	19.3	23.7	40 594	47 029 ↗	49 827 ↗	20.4	22.5
Energéticos	4 185	330 ↘	578 ↗	0.2	0.2	722	1 035 ↗	1 529 ↗	0.5	0.7	862	7 253 ↗	1 493 ↘	3.1	0.7
Químicos	15 370	21 215 ↗	26 753 ↗	12.1	11.5	20 661	24 697 ↗	26 390 ↗	11.4	12.5	21 556	28 674 ↗	26 295 ↘	12.4	11.9
Madeira, cortiça e Papel	8 035	8 456 ↗	10 197 ↗	4.8	4.4	7 890	8 741 ↗	9 083 ↗	4.0	4.3	7 475	7 185 ↘	7 371 ↗	3.1	3.3
Peles, couros e têxteis	1 634	1 992 ↗	3 636 ↗	1.1	1.6	2 579	3 075 ↗	3 202 ↗	1.4	1.5	2 913	3 662 ↗	4 262 ↗	1.6	1.9
Vestuário e calçado	2 540	3 525 ↗	4 422 ↗	2.0	1.9	2 983	4 290 ↗	5 037 ↗	2.0	2.4	3 902	4 954 ↗	5 721 ↗	2.2	2.6
Minérios e metais	19 821	23 981 ↗	26 006 ↗	13.7	11.2	22 877	41 591 ↗	27 421 ↘	19.3	12.9	25 394	33 257 ↗	27 483 ↘	14.4	12.4
Máquinas	31 761	37 792 ↗	57 944 ↗	21.6	24.8	41 586	53 748 ↗	56 013 ↗	24.9	26.4	38 666	59 547 ↗	57 553 ↘	25.8	26.0
Material de transporte	5 350	9 089 ↗	10 481 ↗	5.2	4.5	5 473	11 460 ↗	9 233 ↘	5.3	4.4	8 109	13 051 ↗	13 298 ↗	5.7	6.0
Prod. acabados diversos	18 834	21 060 ↗	31 753 ↗	12.0	13.6	20 584	25 593 ↗	23 666 ↘	11.9	11.2	26 767	25 745 ↘	27 715 ↗	11.2	12.5

1000 Euros	2º Trimestre														
	Abril					Maio					Junho				
	1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)	
	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013
TOTAL	153 140	198 207 ↗	245 153 ↗	100.0	100.0	150 794	243 415 ↗	268 861 ↗	100.0	100.0	172 210	243 031 ↗	232 123 ↘	100.0	100.0
Agro-alimentares	38 088	37 966 ↘	61 118 ↗	19.2	24.9	40 247	44 504 ↗	56 821 ↗	18.3	21.1	40 270	46 386 ↗	45 078 ↘	19.1	19.4
Energéticos	4 629	917 ↘	3 923 ↗	0.5	1.6	593	5 272 ↗	1 429 ↘	2.2	0.5	5 045	633 ↘	1 033 ↗	0.3	0.4
Químicos	18 087	25 822 ↗	32 129 ↗	13.0	13.1	18 575	34 638 ↗	34 366 ↘	14.2	12.8	19 531	30 365 ↗	30 731 ↗	12.5	13.2
Madeira, cortiça e Papel	6 880	7 695 ↗	8 806 ↗	3.9	3.6	5 934	7 772 ↗	10 873 ↗	3.2	4.0	6 361	8 446 ↗	9 336 ↗	3.5	4.0
Peles, couros e têxteis	2 463	3 176 ↗	3 201 ↗	1.6	1.3	2 532	3 553 ↗	4 199 ↗	1.5	1.6	2 633	3 465 ↗	3 545 ↗	1.4	1.5
Vestuário e calçado	4 217	4 834 ↗	7 658 ↗	2.4	3.1	3 713	5 023 ↗	7 025 ↗	2.1	2.6	3 707	6 411 ↗	6 657 ↗	2.6	2.9
Minérios e metais	17 829	35 718 ↗	26 007 ↘	18.0	10.6	19 850	34 405 ↗	39 293 ↗	14.1	14.6	23 532	36 049 ↗	34 162 ↘	14.8	14.7
Máquinas	35 906	48 163 ↗	60 279 ↗	24.3	24.6	34 136	68 424 ↗	70 786 ↗	28.1	26.3	42 484	65 987 ↗	63 568 ↘	27.2	27.4
Material de transporte	7 069	11 113 ↗	14 079 ↗	5.6	5.7	5 865	12 675 ↗	12 119 ↘	5.2	4.5	8 769	13 404 ↗	8 657 ↘	5.5	3.7
Prod. acabados diversos	17 972	22 804 ↗	27 953 ↗	11.5	11.4	19 349	27 148 ↗	31 949 ↗	11.2	11.9	19 879	31 885 ↗	29 357 ↘	13.1	12.6

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

(continua)

Quadro 11 – Exportações portuguesas por agrupamentos de produtos com destino a Angola por meses (não acumulados) estrutura e sinal da evolução homóloga – 2011 a 2013 (continuação)

1000 Euros		3º Trimestre													
Agrupamentos de Produtos	Julho					Agosto					Setembro				
	1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)	
	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013
TOTAL	185 016	283 276 ↗	280 987 ↘	100.0	100.0	207 944	289 872 ↗	256 976 ↘	100.0	100.0	232 238	235 520 ↗	255 804 ↗	100.0	100.0
Agro-alimentares	45 418	49 907 ↗	54 918 ↗	17.6	19.5	50 251	64 177 ↗	49 777 ↘	22.1	19.4	66 114	60 186 ↘	69 732 ↗	25.6	27.3
Energéticos	424	3 518 ↗	8 743 ↗	1.2	3.1	5 403	6 223 ↗	3 122 ↘	2.1	1.2	18 527	587 ↘	5 231 ↗	0.2	2.0
Químicos	25 379	33 629 ↗	34 947 ↗	11.9	12.4	22 633	30 182 ↗	29 777 ↘	10.4	11.6	25 449	24 473 ↘	27 585 ↗	10.4	10.8
Madeira, cortiça e Papel	6 824	10 242 ↗	9 620 ↘	3.6	3.4	10 449	9 733 ↘	12 782 ↗	3.4	5.0	7 802	9 853 ↗	12 072 ↗	4.2	4.7
Peles, couros e têxteis	3 017	4 103 ↗	4 257 ↗	1.4	1.5	2 955	3 470 ↗	4 222 ↗	1.2	1.6	2 525	3 220 ↗	4 042 ↗	1.4	1.6
Vestuário e calçado	4 038	5 272 ↗	7 166 ↗	1.9	2.6	4 651	6 264 ↗	6 542 ↗	2.2	2.5	4 234	3 450 ↘	4 490 ↗	1.5	1.8
Minérios e metais	26 159	45 793 ↗	41 997 ↘	16.2	14.9	33 819	52 231 ↗	36 658 ↘	18.0	14.3	28 456	36 578 ↗	31 477 ↘	15.5	12.3
Máquinas	40 578	78 926 ↗	69 761 ↘	27.9	24.8	43 183	72 246 ↗	71 067 ↘	24.9	27.7	46 684	63 868 ↗	58 877 ↘	27.1	23.0
Material de transporte	7 826	13 569 ↗	15 490 ↗	4.8	5.5	9 594	11 039 ↗	10 421 ↘	3.8	4.1	8 798	7 793 ↘	10 406 ↗	3.3	4.1
Prod. acabados diversos	25 354	38 317 ↗	34 088 ↘	13.5	12.1	25 006	34 305 ↗	32 608 ↘	11.8	12.7	23 649	25 512 ↗	31 893 ↗	10.8	12.5

1000 Euros		4º Trimestre													
Agrupamentos de Produtos	Outubro					Novembro					Dezembro				
	1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)	
	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013
TOTAL	254 972	325 055 ↗	348 243 ↗	100.0	100.0	257 052	319 196 ↗	299 786 ↘	100.0	100.0	237 753	232 078 ↘			100.0
Agro-alimentares	80 802	95 737 ↗	97 096 ↗	29.5	27.9	81 315	88 175 ↗	81 774 ↘	27.6	27.3	53 685	51 852 ↘			22.3
Energéticos	4 907	2 169 ↘	1 311 ↘	0.7	0.4	744	2 474 ↗	418 ↘	0.8	0.1	7 339	4 338 ↘			1.9
Químicos	27 310	33 507 ↗	36 215 ↗	10.3	10.4	27 496	34 815 ↗	32 884 ↘	10.9	11.0	29 193	28 921 ↘			12.5
Madeira, cortiça e Papel	12 839	13 142 ↗	14 186 ↗	4.0	4.1	12 094	18 529 ↗	17 187 ↘	5.8	5.7	11 229	13 041 ↗			5.6
Peles, couros e têxteis	4 255	4 674 ↗	7 788 ↗	1.4	2.2	4 215	4 978 ↗	6 074 ↗	1.6	2.0	3 149	3 571 ↗			1.5
Vestuário e calçado	5 172	5 524 ↗	8 230 ↗	1.7	2.4	6 452	6 756 ↗	8 330 ↗	2.1	2.8	4 289	4 587 ↗			2.0
Minérios e metais	32 846	46 905 ↗	36 736 ↘	14.4	10.5	32 834	40 990 ↗	33 087 ↘	12.8	11.0	33 849	33 800 ↘			14.6
Máquinas	47 147	69 824 ↗	88 182 ↗	21.5	25.3	50 528	65 966 ↗	69 946 ↗	20.7	23.3	56 132	55 608 ↘			24.0
Material de transporte	10 399	17 359 ↗	13 074 ↘	5.3	3.8	11 680	18 172 ↗	12 430 ↘	5.7	4.1	7 640	8 363 ↗			3.6
Prod. acabados diversos	29 294	36 214 ↗	45 424 ↗	11.1	13.0	29 695	38 341 ↗	37 656 ↘	12.0	12.6	31 248	27 996 ↘			12.1

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Quadro 12 – Exportações portuguesas por agrupamentos de produtos com destino a Angola por meses (acumulados) estrutura e sinal da evolução homóloga – 2011 a 2013

1000 Euros	1º Trimestre															
	Agrupamentos de Produtos	Janeiro					Janeiro a Fevereiro					Janeiro a Março				
		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)	
		2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013
TOTAL	143 686	174 831 ↗	233 193 ↗	100.0	100.0	302 696	390 794 ↗	444 989 ↗	100.0	100.0	478 935	621 153 ↗	666 007 ↗	100.0	100.0	
Agro-alimentares	36 158	47 392 ↗	61 424 ↗	27.1	26.3	69 811	89 125 ↗	111 647 ↗	22.8	25.1	110 405	136 154 ↗	161 474 ↗	21.9	24.2	
Energéticos	4 185	330 ↘	578 ↗	0.2	0.2	4 907	1 365 ↘	2 107 ↗	0.3	0.5	5 769	8 618 ↗	3 599 ↘	1.4	0.5	
Químicos	15 370	21 215 ↗	26 753 ↗	12.1	11.5	36 031	45 912 ↗	53 142 ↗	11.7	11.9	57 587	74 586 ↗	79 438 ↗	12.0	11.9	
Madeira, cortiça e Papel	8 035	8 456 ↗	10 197 ↗	4.8	4.4	15 924	17 197 ↗	19 280 ↗	4.4	4.3	23 400	24 382 ↗	26 651 ↗	3.9	4.0	
Peles, couros e têxteis	1 634	1 992 ↗	3 636 ↗	1.1	1.6	4 213	5 067 ↗	6 838 ↗	1.3	1.5	7 127	8 729 ↗	11 100 ↗	1.4	1.7	
Vestuário e calçado	2 540	3 525 ↗	4 422 ↗	2.0	1.9	5 523	7 815 ↗	9 459 ↗	2.0	2.1	9 425	12 769 ↗	15 180 ↗	2.1	2.3	
Minérios e metais	19 821	23 981 ↗	26 006 ↗	13.7	11.2	42 699	65 572 ↗	53 427 ↘	16.8	12.0	68 093	98 829 ↗	80 910 ↘	15.9	12.1	
Máquinas	31 761	37 792 ↗	57 944 ↗	21.6	24.8	73 347	91 540 ↗	113 957 ↗	23.4	25.6	112 013	151 087 ↗	171 509 ↗	24.3	25.8	
Material de transporte	5 350	9 089 ↗	10 481 ↗	5.2	4.5	10 823	20 548 ↗	19 714 ↘	5.3	4.4	18 932	33 599 ↗	33 013 ↘	5.4	5.0	
Prod. acabados diversos	18 834	21 060 ↗	31 753 ↗	12.0	13.6	39 418	46 654 ↗	55 418 ↗	11.9	12.5	66 186	72 399 ↗	83 133 ↗	11.7	12.5	

1000 Euros	2º Trimestre															
	Agrupamentos de Produtos	Janeiro a Abril					Janeiro a Maio					Janeiro a Junho				
		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)	
		2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013
TOTAL	632 076	819 360 ↗	911 161 ↗	100.0	100.0	782 869	1 062 775 ↗	1 180 021 ↗	100.0	100.0	955 080	1 305 806 ↗	1 412 144 ↗	100.0	100.0	
Agro-alimentares	148 493	174 119 ↗	222 592 ↗	21.3	24.4	188 740	218 624 ↗	279 413 ↗	20.6	23.7	229 010	265 010 ↗	324 491 ↗	20.3	23.0	
Energéticos	10 398	9 536 ↘	7 523 ↘	1.2	0.8	10 991	14 807 ↗	8 952 ↘	1.4	0.8	16 037	15 441 ↘	9 985 ↘	1.2	0.7	
Químicos	75 674	100 407 ↗	111 567 ↗	12.3	12.2	94 248	135 045 ↗	145 933 ↗	12.7	12.4	113 779	165 410 ↗	176 663 ↗	12.7	12.5	
Madeira, cortiça e Papel	30 280	32 076 ↗	35 457 ↗	3.9	3.9	36 214	39 849 ↗	46 329 ↗	3.7	3.9	42 574	48 295 ↗	55 666 ↗	3.7	3.9	
Peles, couros e têxteis	9 590	11 905 ↗	14 301 ↗	1.5	1.6	12 121	15 458 ↗	18 501 ↗	1.5	1.6	14 754	18 923 ↗	22 046 ↗	1.4	1.6	
Vestuário e calçado	13 642	17 603 ↗	22 838 ↗	2.1	2.5	17 355	22 626 ↗	29 862 ↗	2.1	2.5	21 061	29 038 ↗	36 519 ↗	2.2	2.6	
Minérios e metais	85 922	134 548 ↗	106 917 ↘	16.4	11.7	105 772	168 952 ↗	146 210 ↘	15.9	12.4	129 304	205 001 ↗	180 372 ↘	15.7	12.8	
Máquinas	147 919	199 250 ↗	231 788 ↗	24.3	25.4	182 055	267 674 ↗	302 574 ↗	25.2	25.6	224 539	333 661 ↗	366 142 ↗	25.6	25.9	
Material de transporte	26 001	44 713 ↗	47 092 ↗	5.5	5.2	31 866	57 388 ↗	59 211 ↗	5.4	5.0	40 636	70 792 ↗	67 868 ↘	5.4	4.8	
Prod. acabados diversos	84 158	95 203 ↗	111 087 ↗	11.6	12.2	103 507	122 351 ↗	143 036 ↗	11.5	12.1	123 385	154 236 ↗	172 392 ↗	11.8	12.2	

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

(continua)

Quadro 12 – Exportações portuguesas por agrupamentos de produtos com destino a Angola por meses (acumulados) estrutura e sinal da evolução homóloga – 2011 a 2013 (continuação)

1000 Euros	3º Trimestre																				
	Janeiro a Julho					Janeiro a Agosto					Janeiro a Setembro										
	1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)							
	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013						
TOTAL	1 140 095	1 589 083	↗	1 693 131	↗	100.0	100.0	1 348 039	1 878 954	↗	1 950 107	↗	100.0	100.0	1 580 277	2 114 475	↗	2 205 910	↗	100.0	100.0
Agro-alimentares	274 427	314 917	↗	379 409	↗	19.8	22.4	324 678	379 094	↗	429 186	↗	20.2	22.0	390 793	439 280	↗	498 918	↗	20.8	22.6
Energéticos	16 460	18 959	↗	18 728	↘	1.2	1.1	21 864	25 182	↗	21 850	↘	1.3	1.1	40 391	25 769	↘	27 081	↗	1.2	1.2
Químicos	139 158	199 038	↗	211 610	↗	12.5	12.5	161 791	229 221	↗	241 387	↗	12.2	12.4	187 241	253 694	↗	268 972	↗	12.0	12.2
Madeira, cortiça e Papel	49 398	58 537	↗	65 286	↗	3.7	3.9	59 847	68 269	↗	78 068	↗	3.6	4.0	67 649	78 122	↗	90 140	↗	3.7	4.1
Peles, couros e têxteis	17 771	23 026	↗	26 302	↗	1.4	1.6	20 726	26 496	↗	30 524	↗	1.4	1.6	23 250	29 716	↗	34 566	↗	1.4	1.6
Vestuário e calçado	25 099	34 310	↗	43 685	↗	2.2	2.6	29 750	40 574	↗	50 227	↗	2.2	2.6	33 984	44 024	↗	54 716	↗	2.1	2.5
Minérios e metais	155 463	250 794	↗	222 369	↘	15.8	13.1	189 283	303 025	↗	259 027	↘	16.1	13.3	217 739	339 604	↗	290 504	↘	16.1	13.2
Máquinas	265 117	412 588	↗	435 903	↗	26.0	25.7	308 300	484 834	↗	506 970	↗	25.8	26.0	354 984	548 702	↗	565 846	↗	25.9	25.7
Material de transporte	48 461	84 361	↗	83 358	↘	5.3	4.9	58 055	95 400	↗	93 779	↘	5.1	4.8	66 853	103 193	↗	104 185	↗	4.9	4.7
Prod. acabados diversos	148 740	192 553	↗	206 481	↗	12.1	12.2	173 745	226 859	↗	239 089	↗	12.1	12.3	197 394	252 371	↗	270 982	↗	11.9	12.3

1000 Euros	4º Trimestre																					
	Janeiro a Outubro					Janeiro a Novembro					Janeiro a Dezembro											
	1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)		1000 Euros			Estrut. (%)								
	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013	2011	2012	2013	2012	2013							
TOTAL	1 835 250	2 439 530	↗	2 554 153	↗	100.0	100.0	2 092 302	2 758 726	↗	2 853 939	↗	100.0	100.0	2 330 055	2 990 805	↗			100.0		
Agro-alimentares	471 595	535 017	↗	596 014	↗	21.9	23.3	552 910	623 192	↗	677 787	↗	22.6	23.7	606 595	675 044	↗			22.6		
Energéticos	45 298	27 938	↘	28 392	↗	1.1	1.1	46 042	30 412	↘	28 811	↘	1.1	1.0	53 381	34 751	↘			1.2		
Químicos	214 551	287 201	↗	305 187	↗	11.8	11.9	242 047	322 017	↗	338 071	↗	11.7	11.8	271 239	350 937	↗			11.7		
Madeira, cortiça e Papel	80 487	91 265	↗	104 325	↗	3.7	4.1	92 581	109 794	↗	121 513	↗	4.0	4.3	103 810	122 835	↗			4.1		
Peles, couros e têxteis	27 506	34 390	↗	42 354	↗	1.4	1.7	31 721	39 369	↗	48 428	↗	1.4	1.7	34 870	42 940	↗			1.4		
Vestuário e calçado	39 156	49 548	↗	62 946	↗	2.0	2.5	45 607	56 303	↗	71 277	↗	2.0	2.5	49 896	60 890	↗			2.0		
Minérios e metais	250 585	386 509	↗	327 240	↘	15.8	12.8	283 419	427 499	↗	360 327	↘	15.5	12.6	317 268	461 299	↗			15.4		
Máquinas	402 131	618 526	↗	654 029	↗	25.4	25.6	452 659	684 491	↗	723 975	↗	24.8	25.4	508 791	740 100	↗			24.7		
Material de transporte	77 252	120 552	↗	117 259	↘	4.9	4.6	88 932	138 724	↗	129 689	↘	5.0	4.5	96 572	147 087	↗			4.9		
Prod. acabados diversos	226 688	288 585	↗	316 406	↗	11.8	12.4	256 383	326 925	↗	354 062	↗	11.9	12.4	287 631	354 921	↗			11.9		

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Quadro 13 – Definição do conteúdo dos Agrupamentos de Produtos da Nomenclatura Combinada

	Agrupamentos	Capítulos da NC
0	Agro- alimentares	01 a 24
1	Energéticos	27
2	Químicos	28 a 40
3	Madeira, cortiça e papel	44 a 49
4	Peles, couros e têxteis	41 a 43, 50 a 60, 63
5	Vestuário e calçado	61, 62, 64 a 67
6	Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
7	Máquinas	84, 85
8	Material de transporte	86 a 89
9	Prod. acabados diversos	68 a 70, 90 a 99

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>28 de janeiro de 2014</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 28 de janeiro de 2014 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de trabalhos da Presidência Grega: O Conselho tomou nota da apresentação do programa de trabalhos da Presidência Grega, que decorre entre janeiro e junho de 2014, no âmbito dos assuntos económicos e financeiros. O programa estabelece como prioritário (i) a finalização das negociações com o Parlamento Europeu do Regulamento do Mecanismo Único de Resolução, bem como a obtenção de progressos nas várias negociações em curso na área dos serviços financeiros, (ii) uma efetiva coordenação das políticas orçamentais e económicas entre estados-membros no âmbito do Semestre Europeu, (iii) a promoção do debate de soluções para um maior aprofundamento da UEM, (iv) o diálogo sobre o fomento do financiamento da economia, (v) o progresso em matérias de fiscalidade e (vi) uma representação coordenada nas cimeiras do G20. ▪ Procedimento dos défices excessivos para a Croácia: Na sequência da avaliação feita pela Comissão Europeia, o Conselho adotou uma decisão sobre a existência de um défice excessivo na Croácia e emitiu uma recomendação a este estado-membro que estabelece 2016 como prazo para a correção da situação de défice excessivo. A Croácia encontra-se em incumprimento dos valores de referência do défice e da dívida pública previstos no PEC. As metas anuais previstas para o défice são 4,6% do PIB em 2014, 3,5% do PIB em 2015 e 2,7% do PIB em 2016, compatíveis com uma trajetória da dívida pública de 63,9% do PIB em 2014, 66,1% do PIB em 2015 e 66,8% do PIB em 2016. <p>No domínio dos serviços financeiros, destaca-se ainda, na sequência do acordo alcançado com o Parlamento Europeu, a adoção pelo Conselho da Diretiva de Crédito Hipotecário, aguardando-se a respetiva publicação em Jornal Oficial nas próximas semanas.</p>
<p>Procedimento extrajudicial pré-executivo</p> <p>Conselho de Ministros de 30 de janeiro</p>	<p>Aprovou uma proposta de lei relativa ao procedimento extrajudicial pré-executivo.</p> <p>Este procedimento, de natureza facultativa, permite um conhecimento prévio, pelos credores, da existência ou inexistência de bens penhoráveis dos respetivos devedores, viabilizando decisões mais informadas quanto à instauração de ações executivas.</p> <p>A tramitação do procedimento extrajudicial cabe a um agente de execução que procede à consulta das várias bases de dados, em termos absolutamente idênticos àqueles que se verificam no âmbito da ação executiva, assegurando-se o respeito das garantias dos devedores.</p> <p>Trata-se de um mecanismo caracterizado pela simplicidade, celeridade, segurança e transparência, salvaguardando-se que todos os atos praticados no procedimento ficam registados eletronicamente, sendo suscetíveis de controlo pelas entidades competentes.</p>
<p>Privatização da Empresa Geral do Fomento</p>	<p>Aprovou o processo de privatização da Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF, S.A.).</p> <p>O concurso, regulado no diploma agora aprovado, assegura que a EGF seja adquirida por entidade com a capacidade técnica e de gestão e a dimensão e</p>

Iniciativa	Sumário
Conselho de Ministros de 30 de janeiro	<p>solidez financeiras indispensáveis à sua gestão.</p> <p>Adicionalmente, determina-se que o adquirente dote a EGF das melhores práticas no domínio ambiental e de um projeto estratégico adequado aos objetivos de desenvolvimento da economia nacional, assegurando ainda a prestação da atividade atualmente desenvolvida, tratamento e valorização de resíduos, de acordo com elevados padrões de qualidade e a sua acessibilidade a todos os cidadãos.</p> <p>No âmbito da reestruturação do sector dos resíduos urbanos, o Governo, em articulação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, estabeleceu, para efeitos do novo regime jurídico da concessão da exploração e gestão, os objetivos de serviço público dos sistemas multimunicipais de tratamento e recolha de resíduos urbanos, com vista a consagrar, entre outros, os princípios da universalidade no acesso, continuidade e qualidade de serviço, eficiência e equidade dos preços, bem como a garantia do cumprimento das metas ambientais fixadas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020).</p>
Descontos para os subsistemas de proteção social: ADSE, SAD e ADM	<p>Aprovou um diploma que modifica o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), dos Serviços de Assistência na Doença (SAD) e da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM).</p>
Conselho de Ministros de 30 de janeiro	<p>A remuneração base dos beneficiários titulares fica sujeita ao desconto de 3,50%, o mesmo se aplicando às pensões de aposentação e de reforma dos beneficiários titulares, quando o seu montante for superior ao valor correspondente à retribuição mínima mensal garantida.</p> <p>Estas alterações visam que os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde sejam autossustentáveis, isto é, assentes nas contribuições dos seus beneficiários</p>
Atividade de auditor de segurança rodoviária	<p>Aprovou uma proposta de lei que estabelece o regime de acesso e de exercício da profissão de auditor de segurança rodoviária, de emissão dos respetivos títulos profissionais e de acesso e exercício da atividade de formação profissional dos auditores, conformando-o com a transposição das diretivas da União Europeia relativas ao reconhecimento das qualificações profissionais e aos serviços no mercado interno.</p>
Conselho de Ministros de 23 de janeiro	<p>No mesmo âmbito, foi aprovado um decreto-lei para enquadrar a atividade de auditoria de segurança rodoviária (ASR), definindo obrigações e responsabilidades dos donos da obra e de entidades gestoras das vias que integram a rede rodoviária transeuropeia, dos projetistas, dos auditores de segurança rodoviária e da respetiva entidade certificadora.</p> <p>A aplicação deste instrumento incide sobre a rede rodoviária nacional que integra a rede rodoviária transeuropeia, sendo desejável que, oportunamente, se generalize à restante rede rodoviária nacional.</p> <p>O Conselho de Ministros aprovou ainda um diploma sobre a atividade de inspeção de segurança nas rodovias (ISR), procedendo ao enquadramento deste instrumento técnico, definindo o seu âmbito de aplicação e a forma como deve ser promovido pelas entidades gestoras das infraestruturas rodoviárias.</p>
Agregação dos portos comerciais do Algarve e a Administração do	<p>Aprovou um diploma que agrega os portos comerciais do Algarve e a Administração do Porto de Sines, criando as condições para os investimentos que os Portos de Faro e Portimão carecem, desde há décadas, para o aumento da sua capacidade quer na vertente de cruzeiros quer na vertente da carga.</p>

Iniciativa	Sumário
<p>Porto de Sines</p> <p>Conselho de Ministros de 23 de janeiro</p>	<p>É estabelecido o regime de transferência dos portos de Faro e de Portimão do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., (IPTM, I.P.) para a APS - Administração do Porto de Sines, S.A., que passa a designar-se como APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., (APS, S.A.), refletindo de forma mais adequada as suas novas funções.</p> <p>A APS, S.A., sucede nas atribuições e é investida nas competências exercidas até aqui pelo IPTM, I.P., na qualidade de administração portuária dos dois portos, bem como nas funções de autoridade e nos direitos e deveres respeitantes às infraestruturas portuárias, incluindo as relações jurídicas relevantes, como as comerciais, tributárias e laborais.</p>
<p>Avaliação de impacto ambiental</p> <p>Conselho de Ministros de 16 de janeiro</p>	<p>Aprovou uma retificação ao regime jurídico de avaliação de impacto ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo uma diretiva da União Europeia relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.</p>
<p>Emissão de papel comercial – regime jurídico</p> <p>Conselho de Ministros de 9 de janeiro</p>	<p>Aprovou a revisão do regime jurídico do papel comercial, tendo em vista a criação de condições que potenciem o recurso a este instrumento por um número maior de emitentes, em particular empresas de menor dimensão que habitualmente não recorrem a esta modalidade de financiamento.</p> <p>Nesse sentido, são revistos os requisitos aplicáveis às emissões de papel comercial, tornando mais flexíveis as emissões dirigidas a investidores institucionais, sem se prejudicar os requisitos de segurança e transparência aplicáveis às emissões que se destinem a investidores não qualificados.</p> <p>Passa a ser possível emitir papel comercial, sem limites à obtenção de fundos e independentemente do nível de capitais próprios, quando a estrutura de capitais do emitente permita assegurar, depois da emissão, um rácio de autonomia financeira considerado adequado, nos termos a definir pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.</p> <p>A revisão hoje aprovada, que contribui para o alargamento das alternativas de financiamento das empresas, introduz ainda a possibilidade de negociação em mercados nacionais e internacionais.</p>
<p>Alteração do Orçamento do Estado para 2014</p> <p>Conselho de Ministros de 9 de janeiro</p>	<p>Aprovou uma proposta de lei de alteração do Orçamento do Estado para 2014, no sentido de colmatar o problema orçamental de sustentabilidade dos encargos com as pensões aberto pela decisão de desconformidade constitucional relativamente à convergência das pensões da CGA em pagamento, com o regime da segurança social.</p> <p>Procede-se à recalibragem da Contribuição Extraordinária de Solidariedade, alargando simultaneamente o patamar da sua incidência de base, que passa a ser as pensões a partir dos 1000 euros, e o da incidência das taxas marginais suplementares de 15% e 40%, que passam respetivamente para pensões acima de 11 (4611 euros) e 17 (7126 euros) IAS.</p> <p>O Conselho de Ministros decidiu ainda avançar com a proposta de aumento de 1% dos descontos a efetuar pelos beneficiários dos subsistemas ADSE, Assistência na Doença aos Militares (ADM) e da Divisão de Assistência na Doença (SAD), que será agora objeto de apreciação com os representantes sindicais e associativos dos beneficiários.</p> <p>Esta alteração visa que os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde sejam autofinanciáveis, isto é, assentes nas contribuições dos seus beneficiários, e tem por pressuposto o seu carácter voluntário, para onde</p>

Iniciativa	Sumário
	evoluirão também o ADM e os SAD.
Estabilidade tarifária do Sistema Elétrico Nacional	Aprovou um diploma que estabelece disposições tendentes a assegurar as condições de estabilidade tarifária no período inicial de aplicação das medidas necessárias a garantir a sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional.
Conselho de Ministros de 2 de janeiro	Esta decisão visa impedir que, no curto prazo, se verifique um aumento repentino e acentuado dos custos da eletricidade, o que colocaria sérias dificuldades às famílias e empresas.

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Tarifário de transportes coletivos rodoviários interurbanos de passageiros</i> Despacho normativo n.º 10-A/2013. D.R. n.º 247, Suplemento, Série II de 2013-12-20	Atualização Tarifária a partir de 1 de janeiro para os títulos relativos aos transportes coletivos rodoviários interurbanos de passageiros até 50 km, para os títulos de transporte nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, para os títulos relativos aos transportes ferroviários urbanos e suburbanos em percursos inferiores a 50 km e para os títulos relativos aos transportes fluviais.
<i>Valor médio de construção para 2014</i> Portaria n.º 370/2013. D.R. n.º 251, Série I de 2013-12-27	Fixa o valor médio de construção por metro quadrado a vigorar no ano de 2014.
<i>Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2013. D.R. n.º 253, Série I de 2013-12-31	Aprova o Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem.
<i>Sistema de segurança social</i> Lei n.º 83-A/2013. D.R. n.º 252, 3.º Suplemento, Série I de 2013-12-30	Primeira alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social.
<i>Grandes Opções do Plano para 2014</i> Lei n.º 83-B/2013. D.R. n.º 253, Suplemento, Série I de 2013-12-31	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2014.
<i>Orçamento do Estado para 2014</i> Lei n.º 83-C/2013. D.R. n.º 253, Suplemento, Série I de 2013-12-31	Lei do Orçamento do Estado para 2014.
<i>Tarifário das inspeções técnicas de veículos a motor</i> Portaria n.º 378-A/2013. D.R. n.º 253, 3.º Suplemento, Série I de 2013-12-31	Estabelece o valor das tarifas devidas pela realização das inspeções técnicas periódicas e reinspeções, inspeções para atribuição de matrícula e inspeções extraordinárias de veículos a motor e seus reboques, bem como pela emissão da segunda via da ficha de inspeção e revoga a Portaria n.º 1036/2009, de 11 de setembro.
<i>Auxílios comunitários regionais</i> Decreto-Lei n.º 167-B/2013. D.R. n.º 253, 3.º Suplemento, Série I de 2013-12-31	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de agosto, prorrogando o período previsto nos enquadramentos comunitários aplicáveis aos auxílios com finalidade regional, até 30 de junho de 2014.
<i>Centros de inspeção técnica de veículos</i> Portaria n.º 378-E/2013. D.R. n.º 253, 3.º Suplemento, Série I de 2013-12-31	Primeira alteração à Portaria n.º 221/2012, de 20 de julho que estabelece os requisitos técnicos a que devem obedecer os centros de inspeção técnica de veículos (CITV), no âmbito da Lei n.º 11/2011, de 26 de abril.
<i>Regime geral de segurança social – pensão de invalidez e de velhice</i> Decreto-Lei n.º 167-E/2013. D.R. n.º 253, 3.º	Altera o regime jurídico de proteção social nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral de segurança social.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
Suplemento, Série I de 2013-12-31 -	
<p><i>Pensão de velhice</i> Portaria n.º 378-G/2013. D.R. n.º 253, 3.º Suplemento, Série I de 2013-12-31</p>	Define o fator de sustentabilidade e idade normal de acesso à pensão de velhice para os anos de 2014 e 2015.
<p><i>Medidas “Contrato emprego-inserção”</i> Portaria n.º 378-H/2013. D.R. n.º 253, 3.º Suplemento, Série I de 2013-12-31</p>	Terceira alteração à Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, que regula as medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção+».
<p><i>Autorização de assumir encargos</i> Portaria n.º 1/2014. D.R. n.º 1, Série II de 2014-01-02</p>	Autoriza o Centro Hospitalar do Oeste a assumir encargos, nos anos de 2013 e 2014, para a execução da obra de remodelação do Serviço de Internamento Cirúrgico.
<p><i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 306/2014. D.R. n.º 5, Série II de 2014-01-08</p>	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Lousada, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.
<p><i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 307/2014. D.R. n.º 5, Série II de 2014-01-08</p>	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Mirandela, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.
<p><i>Receita de privatização dos CTT</i> Despacho n.º 308/2014. D.R. n.º 5, Série II de 2014-01-08</p>	Determina a aplicação da receita provisória obtida com a operação de privatização dos CTT, SA.
<p><i>Receita de privatização da ANA</i> Despacho n.º 358/2014. D.R. n.º 6, Série II de 2014-01-09</p>	Determina a aplicação da receita líquida provisória obtida com a operação de privatização da ANA, SA.
<p><i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 465/2014. D.R. n.º 7, Série II de 2014-01-10</p>	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Câmara de Lobos, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.
<p><i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 466/2014. D.R. n.º 7, Série II de 2014-01-10</p>	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município do Cartaxo, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.
<p><i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 467/2014. D.R. n.º 7, Série II de 2014-01-10</p>	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Espinho, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.
<p><i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 468/2014. D.R. n.º 7, Série II de 2014-01-10</p>	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Freixo de Espada à Cinta, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.
<p><i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 469/2014. D.R. n.º 7, Série II de 2014-01-10</p>	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Lagos, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.
<p><i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 470/2014. D.R. n.º 7, Série II de 2014-01-10</p>	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Serpa, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.
<p><i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 471/2014. D.R. n.º 7, Série II de 2014-01-10</p>	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Chaves, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
	pal.
<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 472/2014. D.R. n.º 7, Série II de 2014-01-10	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Lages, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.
<i>Endividamento RCM 2013</i> Despacho n.º 473/2014. D.R. n.º 7, Série II de 2014-01-10	Alteração aos limites de endividamento RCM 2013.
<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 609/2014. D.R. n.º 8, Série II de 2014-01-13	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Portimão, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.
<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 610/2014. D.R. n.º 8, Série II de 2014-01-13	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Portalegre, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.
<i>Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2014. D.R. n.º 8, Série I de 2014-01-13	Aprecia positivamente a Revisão Intercalar 2013 - 2015 da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária.
<i>Venda das seguradoras Fidelidade, Multicare e Cares – proposta vencedora</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2014. D.R. n.º 8, Série I de 2014-01-13	Seleciona a proposta vencedora para a aquisição de ações do capital social das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros de Saúde, S.A., e Cares - Companhia de Seguros, S.A., ou da sociedade ou sociedades que detenham, direta ou indiretamente, a totalidade ou parte dos respetivos ativos, objeto de venda direta de referência.
<i>Regulamentação das rescisões por mútuo acordo</i> Portaria n.º 8-A/2014. D.R. n.º 10, Suplemento, Série I de 2014-01-15	Regulamenta o programa de rescisões por mútuo acordo de técnicos superiores a realizar no âmbito da administração direta e indireta do Estado, estabelecendo a sua duração, os requisitos e as condições específicas a aplicar e a tramitação do processo prévio ao acordo de cessação do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.
<i>Transporte marítimo e por vias navegáveis interiores - passageiros</i> Decreto-Lei n.º 7/2014. D.R. n.º 10, Série I de 2014-01-15	Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 261/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de fevereiro, alterado pelo Regulamento (UE) n.º 1177/2010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro, relativo aos direitos dos passageiros dos serviços de transporte marítimo e por vias navegáveis interiores.
<i>Atividade de mediação imobiliária</i> Regulamento n.º 16/2014. D.R. n.º 10, Série II de 2014-01-15	Regulamento dos procedimentos administrativos previstos na Lei n.º 15/2013, de 8 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária.
<i>Centros de inspeção de veículos - prevenção da corrupção</i> Deliberação n.º 44/2014. D.R. n.º 10, Série II de 2014-01-15	Obrigatoriedade do cumprimento da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009, pelas autoridades gestoras de centros de inspeção.
<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 653/2014. D.R. n.º 10, Série II de 2014-01-15	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Oliveira dos Hospital, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.
<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 654/2014. D.R. n.º 10, Série II de 2014-01-15	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Oliveira do Minho, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 655/2014. D.R. n.º 10, Série II de 2014-01-15	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Vizela, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.
<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 656/2014. D.R. n.º 10, Série II de 2014-01-15	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Alandroal, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.
<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 657/2014. D.R. n.º 10, Série II de 2014-01-15	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Alcochete, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.
<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 658/2014. D.R. n.º 10, Série II de 2014-01-15	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Santa Cruz, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.
<i>Medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito</i> Lei n.º 1/2014. D.R. n.º 11, Série II de 2014-01-16	Procede à oitava alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros
<i>Reforma do IRC</i> Lei n.º 2/2014. D.R. n.º 11, Série II de 2014-01-16	Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro
<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> Despacho n.º 981/2014. D.R. n.º 15, Série II de 2014-01-22	Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Vila Nova de Poiares, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.
<i>Orgânica do Ministério da Economia</i> Decreto-Lei n.º 11/2014. D.R. n.º 15, Série I de 2014-01-22	Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Economia
<i>Jurisdição da autoridade marítima</i> Portaria n.º 14/2014. D.R. n.º 16, Série I de 2014-01-23	Define as artes permitidas, condicionamentos, termos do licenciamento e taxas aplicáveis ao exercício da pesca lúdica em águas oceânicas, em águas interiores marítimas ou em águas interiores não marítimas sob jurisdição da autoridade marítima.
<i>Licenciamento de empreendimentos turísticos</i> Decreto-Lei n.º 15/2014. D.R. n.º 16, Série I de 2014-01-23	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.
<i>Taxas de juros moratórios</i> Aviso n.º 1019/2014. D.R. n.º 17, Série II de 2014-01-24	Taxas supletivas de juros moratórios em vigor no 1.º semestre de 2014.
<i>Abertura de concurso da GNR</i> Despacho n.º 1170/2014. D.R. n.º 17, Série II de 2014-01-24	Abertura até ao limite de 400 lugares para admissão ao curso de formação de guardas 2014 da Guarda Nacional Republicana.
<i>Medida Incentivo Emprego- revisão</i> Portaria n.º 17/2014. D.R. n.º 18, Série I de 2014-01-27	Primeira alteração à Portaria n.º 286-A/2013, de 16 de setembro que cria a medida Incentivo Emprego.
<i>Fundos Europeus e de Investimento 2014-2020</i> Despacho n.º 1390-A/2014. D.R. n.º 19, Suplemento, Série II de 2014-01-28	Fixa os prazos para consulta dos programas operacionais de aplicação dos Fundos Europeus e de Investimento relativos ao período de programação 2014-2020.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Repartição de encargos de eletrificação da ferrovia</i></p> <p>Portaria n.º 70/2015. D.R. n.º 20, Série II de 2014-01-29.</p>	<p>Autoriza a REFER, E.P.E. a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de prestação de serviços de "assistência técnica para as tecnologias SSI e WESTLOCK, manutenção de 1.ª Linha dos troços da Rede Ferroviária Nacional de tecnologia SSI e Westlock e formação tecnológica".</p>
<p><i>Repartição de encargos de eletrificação da ferrovia</i></p> <p>Portaria n.º 71/2015. D.R. n.º 20, Série II de 2014-01-29.</p>	<p>Autoriza a REFER, E.P.E. a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de prestação de serviços de "assistência técnica para as tecnologias ESTW e PIPC, manutenção de 1ª linha dos troços da Rede Ferroviária Nacional de tecnologias ESTW e PIPC e formação tecnológica.</p>
<p><i>Repartição de encargos de eletrificação da ferrovia</i></p> <p>Portaria n.º 72/2015. D.R. n.º 20, Série II de 2014-01-29.</p>	<p>Autoriza a REFER, E.P.E. a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de prestação de serviços para a "Conceção, Fornecimento e Montagem de Sistemas de Telecomunicações Ferroviárias em vários troços da Rede Ferroviária Nacional".</p>
<p><i>Repartição de encargos de eletrificação da ferrovia</i></p> <p>Portaria n.º 73/2015. D.R. n.º 20, Série II de 2014-01-29.</p>	<p>Autoriza a REFER a proceder à repartição de encargos relativos à execução do contrato da empreitada de Conceção, Fornecimento/Montagem e Manutenção de Sistemas de Controlo-Comando e Sinalização de vários troços da Rede Ferroviária Nacional.</p>
<p><i>Repartição de encargos de eletrificação da ferrovia</i></p> <p>Portaria n.º 74/2015. D.R. n.º 20, Série II de 2014-01-29.</p>	<p>Autoriza a REFER a proceder à repartição de encargos relativos à execução do contrato da empreitada de Eletrificação do Troço Caíde/Marco, na Linha do Douro.</p>
<p><i>Sistema de Normalização Contabilística</i></p> <p>Despacho n.º 1507/2014. D.R. n.º 21, Série II de 2014-01-30</p>	<p>Determina que é, obrigatoriamente, aplicável às entidades públicas empresariais da área da saúde o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).</p>

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Varição em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Varição homóloga
VHA	Varição homóloga acumulada
VITA	Varição intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano
VM01	Varição homóloga dos últimos 01 meses

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.